



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD
Programa de Mestrado em Direito

FREDERICO MEINBERG CEROY

A BUSCA DA FELICIDADE EM SIGMUND FREUD
e sua percepção pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil

BRASÍLIA
2014

FREDERICO MEINBERG CEROY

**A BUSCA DA FELICIDADE EM SIGMUND FREUD
e sua percepção pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como requisito para obtenção do título de mestre em Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Professor Doutor **Leonardo Roscoe Bessa**

BRASÍLIA
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao amor da minha vida, Larissa Dias Magalhães Meinberg, que sempre me apoiou nos meus projetos, por mais insensatos que pareçam.

Agradeço, também, ao meu orientador, professor Leonardo Roscoe Bessa, por todo o auxílio e empenho na finalização desta dissertação e durante o curso do Mestrado, da banca de ingresso à defesa.

Finalmente, agradeço ao professor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy pelas fantásticas aulas ministradas e pela ajuda despendida para a minha qualificação, ainda no ano de 2013.

RESUMO

O presente trabalho é uma investigação sobre a busca da felicidade na obra de Sigmund Freud e a percepção do Supremo Tribunal Federal do Brasil sobre o tema. Para tanto, abordo as obras de Freud de forma cronológica, com ênfase em "O Mal-Estar na Civilização", para então proceder a uma investigação da busca da felicidade na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e na Suprema Corte dos Estados Unidos da América, demonstrando que a busca da felicidade, usada para fundamentar decisões judiciais, está intimamente ligada à ideia de liberdade. O trabalho é, também, uma abordagem teórica do direito ou princípio da busca da felicidade, mormente nos julgados exarados pelos STF. Ao final da dissertação, concluo pela não existência do direito à busca da felicidade, sendo ele fruto do se chamou de romantização do direito.

Palavras-chave: Busca da Felicidade - Sigmund Freud - STF - Suprema Corte dos Estados Unidos da América - Romantização

ABSTRACT

The present work is an investigation into the pursuit of happiness in the work of Sigmund Freud and the perception of the Brazilian Supreme Court about the theme. For that, I discuss chronologically the works of Freud, with emphasis on "Civilization and Its Discontents", for then proceed to an investigation of the pursuit of happiness in the United States Declaration of Independence and in the Supreme Court of United States of America, demonstrating that the pursuit of happiness, used to support judgments, is closely linked to the idea of freedom. The work it also is a theoretical approach of the right or principle of the pursuit of happiness, especially on judgments delivered by Brazilian Supreme Court . At the end of the dissertation, I conclude that is no such right, it being a result of what was called romanticizing the right.

Key-words: Pursuit of Happiness - Sigmund Freud - STF - Supreme Court of the United States - Romanticizing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	12
A BUSCA DA FELICIDADE EM SIGMUND FREUD.....	12
1.1 A Interpretação dos Sonhos (1899).....	12
1.2 Cinco Lições de Psicanálise (1910[1909])	14
1.3 Leonardo Da Vinci e uma Lembrança da sua Infância (1910)	18
1.4 Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna (1908).....	21
1.5 Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte [A Desilusão Gerada e Nossa Atitude para com a Morte] (1915).....	30
1.5.1 A Desilusão da Guerra	31
1.5.2 Nossa Atitude para com a Morte	37
1.6 Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico (1916) ..	42
1.7 O Futuro de uma Ilusão (1927)	44
1.8 O Mal-Estar na Civilização (1930 [1929]).....	50
1.8.1 Breve Histórico	50
1.8.2 A Obra.....	51
1.8.3 Da Intoxicação	54
1.8.4 Domínio das Fontes Internas	55
1.8.4.1 Felicidade da Quietude.....	55
1.8.4.2 Sublimação dos Instintos	55
1.8.4.3 Ilusões	56
1.8.4.4 Realidade como Inimiga.....	57
1.8.4.5 Realização Positiva de Felicidade.....	58
1.8.4.6 Gozo da Beleza	58
1.8.5 Conclusão Parcial.....	59
1.8.6 A Religião	60
1.8.7 Por que é tão difícil para os homens serem felizes?	61
1.8.8 Direito	62
1.8.9 Amor	63
1.8.10 Frustração da Vida Sexual	64
1.8.11 Outras Exigências da Civilização	64
1.8.12 Inibição da Agressividade.....	66
1.8.13 Conclusão.....	66
CAPÍTULO II.....	69
O COMEÇO DA TRANSPOSIÇÃO DA FELICIDADE PARA O DIREITO.....	69
A BUSCA DA FELICIDADE NA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	69

2.1 A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.....	70
2.1.1 A Introdução	71
2.1.2 O Preâmbulo	71
2.1.3 Seção dos “Irmãos Britânicos”	72
2.2 A Principal Influência: Algernon Sidney	73
2.3 Conclusão	74
CAPÍTULO III	76
<i>SUPREME COURT OF THE UNITED STATES - PURSUIT OF HAPPINESS</i>	76
3.1 Meyer v. Nebraska (262 U.S. 390, 1923).....	77
3.2 Pierce v. Society of Sisters (268 U.S. 510, 1925)	81
3.3 Loving v. Virginia (388 U.S. 1, 1967)	85
3.4 Outros Casos de Pursuit of Happiness na Supreme Court of the United States	88
3.5 Conclusão: Pursuit of Happiness e sua Ligação com a Liberdade Individual.....	88
CAPÍTULO IV	89
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF E O USO JURÍDICO DA BUSCA DA FELICIDADE	89
4.1 Primeiros Resultados	90
4.2 Novo Casamento e Felicidade. "Loving v. Virginia" no Brasil.....	91
4.3 O Começo da Deturpação	92
4.4 Medida Cautelar - União Homoafetiva	94
4.5 STA (Suspensão de Tutela Antecipada) n. 223-AgR/PE	98
4.6 Lei de Biossegurança	101
4.7 Recurso Extraordinário n. 477554/MG - Relator: Ministro Celso de Mello	104
CAPÍTULO V	108
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA BUSCA DA FELICIDADE	108
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	117
ANEXO.....	123
Anexo I - Íntegra da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.....	123
Anexo II - Justificação da PEC 19/10 - “PEC da Felicidade” que Tramita no Senado Federal	126

É um estranho paradoxo: é bem possível que o sonho de felicidade seja a cenoura atrás da qual nossa cultura individualista e liberal força todos a correr, mas é certo também que o sonho só é uma cenoura eficaz à condição que seja entretida uma insatisfação permanente com nosso destino. Ou seja, é preciso não ser feliz para correr atrás da felicidade e de seus substitutos. O culto da inquietude inconformada e angustiada é tão essencial ao funcionamento de uma sociedade liberal quanto o sonho de felicidade.

Contardo Calligaris¹

¹ CALLIGARIS, Contardo. *Cartas a um jovem terapeuta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 42.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos o judiciário brasileiro tem usado a felicidade como fundamento de decisões. É o que foi chamado de direito à busca da felicidade. A doutrina nacional, encabeçada por Saul Tourinho Neto², sustenta, inclusive, a existência de um princípio da busca da felicidade derivado do princípio da dignidade da pessoa humana³.

A reação da maioria dos operadores do direito, ao ouvir sobre a transposição da felicidade para o direito, é de choque e chacota. Mas por quê? O que causa essa reação natural e espontânea nas pessoas?

O presente trabalho tem como objetivo responder a pergunta: a busca da felicidade pode, efetivamente, ser transposta para o direito?

Para responder à indagação fui ao que parece ser a origem dessa tentativa de transposição: A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Aparentemente, o primeiro documento "jurídico" a usar a busca da felicidade, também, como razão de existir. Irei investigar se a felicidade mencionada na Declaração de Independência, diante do momento histórico vivido pela América, pode ser usada da forma indiscriminada como tem sido feito no Brasil.

Posteriormente, investigo o uso da busca da felicidade no judiciário americano, mormente na Suprema Corte dos Estados Unidos da América. Em capítulo específico, tento entender o contexto histórico e fático das decisões americanas que usam a felicidade, de algum modo, como fundamentação para decidir, e, principalmente, se podemos transpor para o judiciário brasileiro essa felicidade inspirada pelos tribunais americanos.

² LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positivação e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

³ Devo confessar que, inicialmente, achei extremamente interessante a concepção de um direito à busca da felicidade. Inclusive o meu projeto de pesquisa do presente mestrado foi nominado como "O Princípio da Busca da Felicidade como Vetor Hermenêutico a Propiciar a Reformatação de Instintos do Direito Civil". Seguindo o cronograma acadêmico, à época, optei por um tema novo e lhe dei um nome pomposo. Nos idos de 2012 estava animado com o dito direito, realmente acreditada, ou pior, queria crer na sua existência. A crueldade do tempo e dos estudos fez arrefecer a ideia de lutar numa guerra por causa de uma bandeira que levantei de forma ingênua na academia. Essa dissertação poderia ser uma defesa do direito ou princípio da busca da felicidade, mas não é.

Em momento posterior, irei ao Supremo Tribunal Federal do Brasil para investigar como a busca da felicidade tem sido usada no Brasil e se a experiência americana do uso da felicidade no judiciário americano pode inspirar as cortes brasileiras.

Aprendi nas aulas do professor Arnaldo de Azevedo Godoy, durante o mestrado no UniCEUB, que o estudo do Direito Comparado de forma superficial, com viés positivista, é uma armadilha tremenda. O uso de legislações estrangeiras ou institutos jurídicos, sem a devida compreensão histórica e social do país de onde se importa a norma ou instituto é um erro grosseiro.

Mas o que é felicidade na vida real? Como alcançar essa felicidade de forma verdadeira? Apenas respondendo a estas perguntas poderemos transpor a felicidade para o direito. Caso contrário, é algo arbitrário e ingênuo, simples senso comum. Em linguagem jurídica: qual é a natureza jurídica da felicidade?

Fui buscar na obra de Sigmund Freud as respostas, afinal o autor operou uma verdadeira revolução na maneira das pessoas pensarem. O texto base da busca é o clássico freudiano "O Mal-Estar na Civilização". Entretanto, a investigação não se limitará à obra mencionada, indo buscar nos textos anteriores, de forma cronológica, as respostas.

Todos os textos freudianos, que de alguma forma abordam a felicidade, serão objeto da pesquisa. Do embrionário "A Interpretação dos Sonhos", de 1899, aos controvertidos "Moral Sexual Civilizada", de 1908, e "O Futuro de uma Ilusão", de 1927.

Traço marcante em Sigmund Freud era sua coragem em enfrentar o *status quo*. Coragem em dizer o que realmente acreditava e o que havia descoberto. Inspirei-me nessa coragem para expor o que acho ser algo absurdo e oportunista, e que, mesmo assim, tem sido aplaudido pela sociedade acadêmica - a busca da felicidade transposta para o direito.

O objetivo final do trabalho é fazer um contraponto em relação aos defensores do direito ou princípio da busca da felicidade na doutrina brasileira, que estão, por sinal, muito bem representados pelo professor Saul Tourinho Leal e pela sua tese de doutorado, nominada: "Direito à Felicidade: História, Teoria, Positivização e Jurisdição".

Este contraponto acadêmico poderá, num futuro próximo, corroborar teses judiciais contrárias à aplicação do direito à busca da felicidade. Como se verá no Capítulo dedicado ao Supremo Tribunal Federal, todo combate a este suposto direito tem sido feito de forma pouco

acadêmica com argumentos ancorados no senso comum, principalmente em razão da carência de investigações jurídicas nacionais sobre o tema.

Não tenho a intenção de estar escrevendo algo novo ou importante. Acredito que simplesmente estou escrevendo de forma verdadeira, expondo o que vejo e acredito. Sem mentiras e falsa educação.

Por fim, informo que toda a dissertação será escrita na primeira pessoa, afinal não existem co-autores para que de maneira tradicional se use o “pensamos”; “acreditamos” ...

CAPÍTULO I

A BUSCA DA FELICIDADE EM SIGMUND FREUD

1.1 A Interpretação dos Sonhos (1899)

O Deslocamento

O homem atormentado pelo sofrimento físico e mental obtém dos sonhos o que a realidade lhe nega: saúde e felicidade. Do mesmo modo, há na doença mental imagens brilhantes de felicidade, grandiosidade, eminência e riqueza. A suposta posse de bens e a realização imaginária de desejos - cujo refreamento ou destruição realmente fornece uma base psicológica para a loucura - constituem muitas vezes o conteúdo principal do delírio. Uma mulher que tenha perdido um filho amado experimenta as alegrias da maternidade em seu delírio; um homem que tenha perdido seu dinheiro julga-se imensamente rico; uma moça que tenha sido enganada sente que é eternamente amada.

Radestock⁴

O livro “A Interpretação dos Sonhos”, de 1899, constitui o texto fundamental para compreender os princípios da psicanálise, a chave de toda a obra freudiana. Segundo o próprio Freud, o sonho “é a via régia de acesso ao conhecimento do inconsciente na vida mental”.⁵

Apesar do título, “A Interpretação dos Sonhos” não se restringe a sonhos. É também uma autobiografia do autor. Oferece um apanhado das ideias psicanalíticas fundamentais como o complexo de Édipo, o trabalho da repressão e a luta entre desejo e defesa.

A premissa básica da obra, a lei geral extraída, diz que o sonho é uma realização de desejos. Em outras palavras: o sonho é a realização disfarçada de um desejo suprimido ou reprimido. As pessoas, todas as pessoas, nutrem desejos que não podem trazer à luz do dia sem que tenham sido censuradas.

O sonho tem a função de converter impulsos e lembranças inaceitáveis numa história inofensiva capaz de neutralizar seu impacto e permitir que se expressem. E por consequência, essa história inofensiva não é capaz de despertar o sonhador como faria o sonhar envolvendo

⁴ Esse trecho de Radestock é, na verdade, um resumo de uma aguda observação feita por Griesinger (1861, 106), que mostra com bastante clareza que as representações nos sonhos e nas psicoses têm em comum a característica de serem realizações de desejos.

FREUD, Sigmund. *Interpretação dos sonhos*: primeira parte (1900). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1972, 4 v, p. 96.

⁵ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.118.

impulsos e desejos proibidos. Assim, essa conversão tem a função, também, de manter e preservar o sono.

O efeito do deslocamento ocorrido durante o sonho, que interessa particularmente a este trabalho, é explicado com didática pelo maior biógrafo de Sigmund Freud, Peter Gay, no seguinte sentido:

Enquanto a condensação não precisa envolver a censura, o trabalho de deslocamento é o local por excelência desta. A censura atua inicialmente para reduzir a intensidade das paixões que ardem para se expressar, e a seguir para transformá-las. Assim, o deslocamento permite que essas paixões, por mais mutiladas que muitas vezes apareçam em seu disfarce público, escapem à resistência mobilizada pela censura. Por conseguinte, os desejos reais que animam um sonho podem simplesmente nunca aparecer nele. Evidentemente, é por isso que os sonhadores que tentam entender suas produções devem fazer associações tão livres quanto eles se permitirem, e por isso o analista deve empregar todos os seus dotes interpretativos naquilo que elas lhe dizem.⁶

A título de exemplo, vamos imaginar o desejo natural de uma criança do sexo masculino em ceifar a vida do próprio pai - em razão do complexo de Édipo. O desejo existe, está presente no inconsciente, entretanto o simples ato de imaginá-lo gera uma repulsa do próprio pensador, seguida do sentimento de culpa. No sonho a criança pode saciar o desejo homicida ao representar o pai como uma formiga e então esmagá-la com todo o ímpeto possível.

Então indago: a realização dos desejos ocultos através dos sonhos possui o condão de saciá-los plenamente?

A resposta parece ser um peremptório não. A realização onírica das paixões proibidas funcionam, apenas, como um paliativo. Como no filme "Matrix", a ficção não consegue saciar e superar a realidade fática. O ser humano necessita realizar na vida real os desejos, mesmo que de forma mínima. O sonho não é um substituto hábil para tanto, como veremos a diante no capítulo relacionado à obra de Freud "O Mal-Estar na Civilização". Não consegue o sonho produzir felicidade, apenas ilusão.

O direito à busca da felicidade pode ajudar as pessoas a obterem felicidade propriamente dita? Ou será, também, uma ilusão.

⁶ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 130.

1.2 Cinco Lições de Psicanálise (1910[1909])

Quinta Lição

Da Satisfação Substitutiva à Sublimação

Sexo, esse minúsculo ponto feminino, em torno do qual gira a máquina do mundo.

Carlos Drummond de Andrade

O conteúdo de “Cinco Lições de Psicanálise” foi pronunciado em língua alemã por Freud, em 1909, na Clark University em Worcester nos Estados Unidos da América. Posteriormente o teor foi transposto em forma de artigos. Na viagem à América do Norte Freud estava acompanhado por Jung e Ferenczi. Constitui a primeira exposição sistemática que Freud fez de sua teoria.

Em “Cinco Lições”, Freud faz um apanhado geral das descobertas psicanalíticas dos últimos anos. Na quinta lição, em específico, afirma categoricamente que as pessoas adoecem quando obstáculos exteriores ou a incapacidade de adaptação interna lhes tolhe a satisfação das necessidades sexuais. Essas pessoas buscam, então, refúgio na doença onde conseguem encontrar uma satisfação substitutiva dos desejos sexuais negados.

Uma mulher, por exemplo, criada em ambiente de religião extremista (obstáculo exterior)⁷ que só permite a prática do sexo após o casamento, pode adoecer já que sua necessidade sexual básica não está sendo satisfeita. Ao adoecer, essa mulher consegue satisfação substitutiva de seus desejos sexuais.

Do mesmo modo, um homem que foi criado em ambiente social e familiar machista, mas que ostenta desejos homossexuais fortes e reais, adoecer para evitar a satisfação real do desejo. Nesse exemplo, o obstáculo à satisfação do desejo é um obstáculo interno, ou seja, sua incapacidade de adaptação frente às diretrizes familiares postas. Aqui, também, há satisfação substitutiva na doença.

Como há satisfação na doença, os pacientes naturalmente possuem tendência a se opor à cura, que em última análise lhes negaria a satisfação dos desejos. A fuga da realidade insa-

⁷ Conforme será analisado no capítulo referente às decisões judiciais baseadas no direito à busca da felicidade, o que acontece, por via judicial, é a atenuação dos obstáculos exteriores à satisfação dos desejos. Não sendo possível, em regra, o judiciário atuar diante dos obstáculos internos e individuais de cada pessoa.

tisfatória da vida acaba por proporcionar ao doente um prazer mediato. Ela se dá pelo caminho das primeiras fases da vida sexual, época que não faltou satisfação.

Esta regressão às fases primeiras da vida sexual se apresenta sob dois aspectos. O primeiro temporal, porque a libido, na necessidade erótica, volta a se fixar nos mais remotos estados evolutivos. O segundo aspecto é o formal, porque emprega os meios psíquicos originários e primitivos para manifestação da mesma necessidade. Sob ambas as vertentes a regressão se volta para a infância, restabelecendo um estado infantil da vida sexual.

Todos os homens, com as elevadas aspirações de nossa cultura e sob a pressão das íntimas repressões, acham a realidade insatisfatória e por isso mantêm uma vida de fantasia onde se contentam em compensar as deficiências da realidade, engendrando realizações de desejos. Na fantasia ele sacia, de forma mediata, os desejos reprimidos.

Em “Artigos sobre Metapsicologia”, de 1915, Freud explicou detidamente sobre a repressão, separando um capítulo inteiro para ela. Em suas palavras:

Aprendemos então que a satisfação de um instinto que se acha sob repressão seria bastante possível, e, além disso, que tal satisfação seria invariavelmente agradável em si mesma, embora irreconciliável com outras reivindicações e intenções. Ela causaria, por conseguinte, prazer num lugar e desprazer em outro. Em consequência disso, torna-se condição para a repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação. Ademais, a observação psicanalítica das neuroses de transferência leva-nos a concluir que a repressão não é um mecanismo defensivo que esteja presente desde o início; que ela só pode surgir quando tiver ocorrido a cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente; e que a essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância.⁸

Assim, para Freud, o verdadeiro homem vencedor é aquele que pelo próprio esforço consegue transformar em realidade suas aspirações de vida. Quando esse resultado não é atingido, seja por oposição do mundo exterior, seja por fraqueza do indivíduo, este se desprende da realidade, recolhendo-se aonde pode gozar do seu mundo de fantasia, cujo conteúdo, no caso de moléstia, se transforma em sintoma. O homem medíocre que aspira à grandes realizações encontra na esquizofrenia, por exemplo, o gozo de seus sonhos de grandeza.

Mas existem outros caminhos, que não a doença, para a fuga da realidade. Quando a pessoa possui dotes artísticos podem suas fantasias transmutar-se não em sintomas senão em

⁸ FREUD, Sigmund. *Artigos sobre metapsicologia* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 170.

criações artísticas. É o que veremos no próximo capítulo com o estudo sobre a vida e obra de Leonardo Da Vinci, sob o prisma psicanalítico Freudiano.

Quando faltam ou são insuficientes esses preciosos dons artísticos, é absolutamente inevitável que a libido chegue ao reavivamento dos desejos infantis, e com isso à neurose. Ela representante a prisão de onde as pessoas desiludidas com a vida ou que se sentem fracas demais para viver se recolhem.

É a chamada sublimação, como explica o autor:

Conhecemos uma solução muito mais conveniente, a chamada 'sublimação', pela qual a energia dos desejos infantis não se anula mas ao contrário permanece utilizável, substituindo-se o alvo de algumas tendências por outro mais elevado, quicá não mais de ordem sexual. Exatamente os componentes do instinto sexual se caracterizam por essa faculdade de sublimação, de permutar o fim sexual por outro mais distante e de maior valor social. Ao reforço de energia para nossas funções mentais, por essa maneira obtido, devemos provavelmente as maiores conquistas da civilização. A repressão prematura exclui a sublimação do instinto reprimido; desfeito aquele, está novamente livre o caminho para a sublimação.⁹

Uma solução dada inicialmente pelo autor para evitar a enfermidade psicológica e encontrar o mínimo de felicidade consiste em permitir a satisfação direta de desejos libidinais reprimidos.

As exigências, ditas, normais da sociedade tornam o viver difícil para a maioria das criaturas humanas. Eles são, assim, forçados a se afastarem da realidade, dando origem às neuroses.

Não devemos ensoberbecer-nos tanto, a ponto de perder completamente de vista nossa natureza animal, nem esquecer tampouco que a felicidade individual não deve ser negada pela civilização. A plasticidade dos componentes sexuais, manifesta na capacidade de sublimarem-se, pode ser uma grande tentação a conquistarmos maiores frutos para a sociedade por intermédio da sublimação contínua e cada vez mais intensa. Mas assim como não contamos transformar em trabalho senão parte do calor empregado em nossas máquinas, de igual modo não devemos esforçar-nos em desviar a totalidade da energia do instinto sexual da sua finalidade própria. Nem o conseguiríamos. E se o cerceamento da sexualidade for exagerado, trará consigo todos os danos duma exploração abusiva.¹⁰

Em conclusão, nem a satisfação substitutiva nem a sublimação possuem o condão de fazer o indivíduo feliz. São, apenas, paliativos para uma vida infeliz que não conseguiu trazer

⁹ FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. (1910 [1909]). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v, p. 50.

¹⁰ Ibidem, p. 50.

à superfície, e realizar, os desejos e aspirações mais íntimos. O encontro da felicidade passa, necessariamente, pela satisfação direta de desejos libidinais reprimidos, mesmo que em quantidades mínimas.

Não há como negar o prazer mediato gerado pela satisfação substitutiva. Essa satisfação, entretanto, encarcera o indivíduo em um estado infantil da vida sexual, além de transformá-lo num enfermo psíquico.

Já a sublimação, por sua vez, também não traz felicidade real ao indivíduo - no máximo uma satisfação mediata -, mas como se verá na obra “O Mal-Estar na Civilização” é ela a mola propulsora por detrás das realizações da civilização.

Continuo a abordar a sublimação no próximo capítulo ao tratar do mestre nesta arte: o grande Leonardo Da Vinci.

1.3 Leonardo Da Vinci e uma Lembrança da sua Infância (1910)

O Mestre da Sublimação

Happiness in intelligent people is the rarest thing I know.

Ernest Hemingway

O ensaio “Leonardo Da Vinci e uma Lembrança da sua Infância”, de 1910, foi muito apreciado por Freud, em parte por gostar da figura histórica de Leonardo. Sob o aspecto técnico, o autor não considerava o trabalho como um caso clínico.

Segundo Peter Gay, apesar das deduções brilhantes de Freud, o ensaio é uma realização com sérios defeitos. Muitas das provas que o autor utilizou para montar seu retrato são inconclusivas ou viciadas. O esboço do caráter de Leonardo conserva uma semelhança plausível: Leonardo é o artista que tem eternos problemas em terminar sua obra e que rejeita, nos anos finais de sua vida, a arte em prol da ciência; é o delicado homossexual reprimido que legou ao mundo um dos maiores enigmas da arte, o sorriso de Mona Lisa.¹¹

O que realmente nos interessa no citado ensaio é a capacidade de sublimação dos desejos sexuais realizados por Da Vinci. Afinal, seus afetos e desejos eram controlados e submetidos ao instinto de pesquisa. Ele não amou nem odiou, porém se perguntava acerca da origem e do significado daquilo que deveria amar ou odiar. Parecia indiferente ao bem e ao mal, ao belo e ao horrível.¹²

A transformação da força psíquica instintiva em várias formas de atividade, da mesma maneira que a transformação das forças físicas, não poderia ser realizada sem prejuízo. O exemplo de Leonardo mostra-nos quantas outras coisas precisam ser consideradas com relação a estes processos. O adiamento do amor até o seu pleno conhecimento constitui um processo artificial que se transforma em uma substituição. De um homem que consegue chegar até o conhecimento não se poderá dizer que ama ou odeia; situa-se além do amor e do ódio. Terá pesquisado em vez de amar. E será, talvez, este o motivo pelo qual a vida de Leonardo foi tão mais pobre de amor do que a de outros grandes homens, e de outros artistas. As tormentosas paixões de uma natureza, que inspiram e que esgotam, paixões que foram, para outros, fonte de experiência mais plenas, parecem não o haver instigado.

Existem ainda outras consequências. A investigação substitui a ação e também a criação. Um homem que começou a vislumbrar a grandeza do universo com todas as suas complexidades e suas leis, esquece facilmente sua própria insignificância. Per-

¹¹ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 279.

¹² FREUD, Sigmund. *Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v, p. 69.

dido de admiração e cheio de verdadeira humildade, facilmente esquece ser, ele próprio, uma parte dessas forças ativas e que, de acordo com a medida de sua força, terá um caminho aberto diante de si para tentar alterar uma pequena parcela do curso preestabelecido para o mundo - um mundo em que as menores coisas são tão importantes e extraordinárias quanto o são as coisas grandiosas.¹³

A vida cotidiana das pessoas mostra que a maioria consegue orientar uma boa parte das forças resultantes do instinto sexual para suas atividades profissionais. O instinto sexual possui esta capacidade, já que é dotado da mencionada capacidade de sublimação, isto é tem a capacidade de substituir seu objetivo imediato por outros desprovidos de caráter sexual e que possam ser mais valorizados socialmente.

Um grande empresário, por exemplo, orienta as forças do seu instinto sexual para as atividades ligadas ao seu empreendimento mercantilista. É agressivo e apaixonado pelos negócios como se seguisse inteiramente seus desejos sexuais primários.

No caso de Leonardo a natureza, deu ao artista a capacidade de exprimir seus impulsos mais secretos, desconhecidos inclusive por ele, por meio dos trabalhos que criou. Obras que impressionam outras pessoas, que se emocionam sem saber ao certo de onde vem o sentimento.

No ensaio, Freud tenta chegar à origem da sublimação de Leonardo:

Se Leonardo teve sucesso ao reproduzir nas feições de Mona Lisa a dupla significação contida naquele sorriso, a promessa de ternura infinita e ao mesmo tempo a sinistra ameaça, manteve-se também fiel ao conteúdo de sua lembrança mais distante. Porque a ternura de sua mãe foi-lhe fatal; determinou o seu destino e as privações que o mundo lhe reservava. A violência das carícias evidentes em sua fantasia sobre o abutre eram muito naturais. No seu amor pelo filho, a pobre mãe abandonada procurava dar expansão à lembrança de todas as carícias recebidas e à sua ânsia por outras mais. Tinha necessidade de fazê-lo, não só para consolar-se de não ter marido mas também para compensar junto ao filho a ausência de um pai para acarinhá-lo. Assim, como todas as mães frustradas, substitui o marido pelo filho pequeno, e pelo precoce amadurecimento de seu erotismo privou-o de uma parte de sua masculinidade. O amor da mãe pela criança que ela mesma amamenta e cuida é muito mais profundo que o que sente, mais tarde, pela criança em seu período de crescimento. Sua natureza é a de uma relação amorosa plenamente satisfatória, que não somente gratifica todos os desejos mentais mas também todas as necessidades físicas; e se isto representa uma das formas possíveis da felicidade humana, em parte será devido à possibilidade que oferece de satisfazer, sem reprovação, desejos impulsivos há muito reprimidos e que podem ser considerados como perversos. Nos casais jovens e mais felizes, o pai se dá conta de que o bebê, sobretudo se for um menino, transfor-

¹³ Ibidem, p. 70.

ma-se em seu rival, o que vem a constituir o ponto de partida de um antagonismo para com o favorito, que está profundamente arraigado no inconsciente.¹⁴

Mais uma vez afirmo, a sublimação não é fonte de felicidade plena. Trata-se de um mecanismo que serve muito mais à civilização do que ao indivíduo. Possivelmente, os maiores feitos humanos foram possíveis graças à sublimação dos desejos sexuais perpetrada por seus autores. Não se duvida do prazer mediato obtido com a sublimação, entretanto ela não é, por si só, fonte de felicidade real.

No caso em tela, Leonardo obteve diversos prazeres mediatos com os seus atos de sublimação, entretanto as consequências das sublimações, possivelmente, afastaram as chances de felicidade real. Acredito que sua incapacidade crônica de terminar as obras advêm do prazer mediato obtido por eles no início e que vão se esvaindo com o passar do tempo. Daí a necessidade de sempre estar buscando investigações e feitos novos, tudo com o objetivo de obter a satisfação mediata proporcionada pela sublimação dos desejos sexuais.

¹⁴ FREUD, Sigmund. *Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v, p. 105-106.

1.4 Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna (1908)

Sexualidade e Agressividade

Contudo, uma sociedade que aceita essa moral ambígua não pode levar muito longe o “amor” a verdade, a honestidade e à humanidade, e deverá induzir seus membros à ocultação da verdade, a um falso otimismo, e a enganarem a si próprios e aos demais. A moral sexual civilizada traz consequências ainda mais graves, pois, glorificando a monogamia, impossibilita a seleção pela virilidade - único fator que pode aperfeiçoar a constituição do homem, pois entre os povos civilizados a seleção pela vitalidade foi reduzida a um mínimo pelos princípios humanitários e pela higiene.

Ética Sexual (1907)

Von Ehre

No artigo “Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna”, de 1908, Freud sugere que o predomínio da doença nervosa em sua época¹⁵ derivava de uma auto recusa excessiva, imposta pela sociedade “respeitável” de classe média sobre as necessidades sexuais dos seres humanos comuns. O inconsciente, em suma, não pode escapar à cultura.

Supõe, Freud, que sob o regime de uma moral civilizada a saúde e a eficiência das pessoas estejam sujeitas a danos psíquicos, causados pelos sacrifícios que são exigidos pela sociedade.

Nossa civilização repousa sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos; a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade.

Além das exigências da vida, os sentimentos familiares e religiosos levaram o homem a fazer renúncias, que tem progressivamente aumentado com a evolução da civilização.

Aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um “criminoso”, um “*outlaw*”, diante da sociedade. A menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem: um “herói” ou um artista, por exemplo.

O instinto sexual coloca à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia, em virtude de uma singular e marcante característica: sua capacidade de deslocar seus objetivos sem restringir consideravelmente a sua intensidade.

¹⁵ Acredito que na atualidade também.

A essa capacidade de trocar seu objetivo sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro, chama-se capacidade de sublimação, conforme já foi exposto nos capítulos anteriores.

Contrastando com esta mobilidade (sublimação), na qual reside seu valor para a civilização, o instinto sexual é passível de fixar-se de uma forma particularmente obstinada, que o inutiliza e o leva algumas vezes a degenerar-se até as chamadas anormalidades.

Parece que a constituição inata de cada indivíduo é que irá decidir primeiramente qual parte do seu instinto sexual será possível sublimar e utilizar. Entretanto, não é possível ampliar indefinidamente esse processo de deslocamento. Para a grande maioria das pessoas parece ser indispensável uma certa quantidade de satisfação sexual direta, e qualquer restrição dessa quantidade, que varia de indivíduo para indivíduo, acarreta fenômenos que devem ser considerados como uma doença.

Assim, grande parte das forças suscetíveis de utilização em atividades culturais são obtidas pela supressão dos chamados elementos pervertidos da excitação sexual.

Considerando a evolução do instinto sexual, Freud distingue três estágios de civilização. Um primeiro em que o instinto sexual pode manifestar-se livremente sem que fossem consideradas as metas de reprodução. Um segundo estágio em que tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo da reprodução. E finalmente um terceiro, no qual só a reprodução legítima é admitida como meta sexual. Esse terceiro estágio corresponde a moral sexual “civilizada” da época em que o autor escreveu a obra.

Em toda uma série de pessoas o desenvolvimento do instinto sexual (do auto-erotismo ao amor objetual com seu objetivo de união dos genitais) não se realizou de forma perfeita e completa. Como resultado desses distúrbios de desenvolvimento, surgem dois tipos de desvios nocivos da sexualidade normal, isto é, da sexualidade que é útil à civilização. Desvios esses que possuem entre si uma relação quase de positivo para negativo.

Em primeiro lugar, segundo Freud, estão as diversas variedades de pervertidos, nos quais uma fixação infantil a um objetivo sexual preliminar impediu o estabelecimento da pri-

mazia da função reprodutora, e os homossexuais ou invertidos, nos quais o objetivo sexual foi defletido do sexo oposto.¹⁶

As formas mais acentuadas de perversão e homossexualidade, especialmente quando exclusivas, sem dúvida tornam o indivíduo socialmente inútil e infeliz, sendo necessário reconhecer que as exigências culturais do segundo estágio constituem uma fonte de sofrimentos para certa parcela da humanidade.¹⁷

O destino desses indivíduos de constituição diversa da dos seus semelhantes é variável, dependendo de terem nascido com um instinto sexual forte ou comparativamente fraco, em relação a padrões absolutos.

No segundo caso, quando o instinto sexual é em geral fraco, os pervertidos conseguem suprimir totalmente as inclinações que os colocam em conflito com as exigências morais do seu estágio de civilização. Do ponto de vista ideal, essa é a única realização, pois para reprimir seu instinto sexual, esgotam as forças que poderiam ser utilizadas em atividades culturais. É como se esses indivíduos estivessem interiormente inibidos e exteriormente paralisados.

Quando o instinto sexual é muito intenso, mas pervertido, existem dois desfechos possíveis. No primeiro o indivíduo afetado permanece pervertido e sofre as consequências do seu desvio dos padrões de civilização. No segundo, o sujeito consegue realmente, sob a influência da educação e das exigências sociais, suprimir seus instintos pervertidos, mas essa supressão é falsa, ou melhor, frustrada.

Os instintos sexuais inibidos não são mais expressos como tais, mas conseguem expressar-se de outras formas igualmente nocivas para o sujeito, e que o tornam tão inútil para a sociedade quanto o teria inutilizado a satisfação de seus instintos suprimidos.

Os fenômenos substitutivos surgidos em consequência da supressão do instinto constituem o que Freud chamava de doenças nervosas.

¹⁶ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 195.

¹⁷ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 195.

Os neuróticos são uma classe de indivíduos que conseguem, sob o influxo de exigências culturais, efetuar uma supressão aparente de seus instintos, supressão essa que se torna cada vez mais falha. Portanto, eles só conseguem continuar a colaborar com as atividades culturais com um grande dispêndio de energia e a expensas de um empobrecimento interno, sendo às vezes obrigados a interromper sua colaboração e a adoecer.

A experiência psicanalítica ensina que existe, para a imensa maioria das pessoas, um limite além do qual suas constituições não podem atender às exigências da civilização. Aqueles que desejam ser mais "nobres" do que suas constituições lhes permitem são vitimados pela neurose. Esses indivíduos teriam sido mais saudáveis se lhes fosse possível ser menos bons. Em muitas famílias os homens saudáveis, embora do ponto de vista social sejam altamente imorais, enquanto as mulheres, cultas e de elevados princípios, sucumbem a graves neuroses.

Mesmo quando o limite entre a liberdade sexual e as restrições é fixado, certo número de indivíduos é marginalizado como perverso, e outro grupo, que se esforça para não ser perverso, embora por constituição o devesse ser, é impelido às doenças.

O domínio do instinto pela sublimação, refletindo as forças instintuais sexuais do seu objetivo sexual para fins culturais mais elevados, só pode ser efetuado por uma minoria, e mesmo assim de forma intermitente, sendo mais difícil no período ardente e vigoroso da juventude. Os demais, tornam-se em grande maioria neuróticos, ou sofrem alguma espécie de prejuízo. Ao meu ver, a satisfação sexual é a melhor proteção contra a ameaça que as disposições inatas anormais ou os distúrbios do desenvolvimento constituem para uma vida sexual normal. Quanto maior a disposição de um indivíduo para a neurose, menos ele tolerará a abstinência. Os instintos cujo desenvolvimento normal foi coibido tornam-se ainda mais indomáveis. A libido reprimida torna-se capaz de perceber os pontos fracos raramente ausentes da estrutura da vida sexual, e por ali abre caminho obtendo uma satisfação substitutiva neurótica na forma de sintomas patológicos. Quem penetrar nos determinantes das doenças nervosas cedo ficará convencido de que o incremento dessas doenças em nossa sociedade provém da intensificação das restrições sexuais. (grifo nosso)¹⁸

Feita essas observações, Sigmund Freud indaga se a satisfação sexual legítima, permitida, pode oferecer compensação aceitável pela renúncia a todas as outras satisfações, ditas ilegítimas?

A resposta a esta pergunta nos leva ao problema de determinar se as relações sexuais no âmbito do casamento legítimo podem oferecer uma total compensação para as restrições impostas.

¹⁸ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 198-199.

O autor expõe que em diversos pacientes seus o medo das consequências do ato sexual, dentro de um casamento legítimo, acarreta, de início, o término da afeição física do casal. Mais tarde, como efeito retardado da perda da afeição física, há também a destruição da afinidade psíquica que os unia e que deveria substituir a paixão inicial. A desilusão espiritual e a privação física, a que a maioria dos casamentos estão condenados, recolocam os cônjuges na situação anterior ao casamento. Situação que é agora ainda mais penosa pela perda de uma ilusão, e na qual devem mais uma vez apelar para suas energias a fim de subjugar e defletir seus instintos sexuais.

A cura das doenças nervosas decorrentes do casamento estaria na infidelidade conjugal, porém quanto mais severa houver sido a educação da jovem e mais seriamente ela se submeter às exigências da civilização, mais receará recorrer a essa saída. No conflito entre seus desejos e seu sentimento de dever, mais uma vez se refugiará na neurose. Nada protegerá sua virtude tão eficazmente quanto uma doença. Dessa forma o matrimônio, que é oferecido ao instinto sexual do jovem civilizado como uma consolação, mostra-se inadequado mesmo durante o seu decurso, não havendo sequer possibilidades de que possa compensar as privações anteriores.

Mais uma vez Freud faz uma pergunta: Qual a relação entre os possíveis efeitos nocivos dessa renúncia sexual e seus proveitos no campo cultural?

Na imensa maioria dos casos, a luta contra a sexualidade consome toda a energia disponível do caráter, justamente quando o jovem precisa de suas forças para conquistar o seu quinhão e o seu lugar na sociedade. A relação entre a quantidade de sublimação possível e a quantidade de atividade sexual necessária varia muito de indivíduo para indivíduo, e mesmo de profissão para profissão. É difícil conceber um artista abstinente, salvo Leonardo Da Vinci, conforme já demonstrado.

Com isso, não ficou a impressão de que a abstinência sexual contribui para produzir homens de ação enérgicos e autoconfiantes, nem pensadores originais ou libertadores e reformistas audazes. Com frequência bem maior produz homens fracos, bem comportados, que mais tarde se perdem na multidão que tendem a seguir, de má-vontade, os caminhos apontados por indivíduos fortes.

O comportamento sexual de um ser humano constitui o protótipo de suas demais reações ante a vida. Do homem que mostra firmeza na conquista do seu objeto amoroso, pode-

mos esperar que revele igual energia e constância na luta pelos seus outros fins. Mas se, por toda uma série de motivos, ele renuncia à satisfação de seus fortes instintos sexuais, seu comportamento em outros setores da vida será, em vez de enérgico, conciliatório e resignado.

No artigo "Tipos de Desencadeamento da Neurose", de 1912, Freud sustenta que:

A causa precipitante mais óbvia, mais facilmente descobrível e mais inteligível de um desencadeamento da neurose deve ser vista no fator externo que pode ser descrito, em termos gerais, como *frustração*. O indivíduo foi sadio enquanto sua necessidade de amor foi satisfeita por um objeto real no mundo externo; torna-se neurótico assim que esse objeto é afastado dele, sem que um substituto ocupe seu lugar. Aqui, a felicidade coincide com a saúde e a infelicidade, com a neurose. É mais fácil para o destino que para o médico ocasionar uma cura, pois aquele pode oferecer ao paciente um substituto para a possibilidade de satisfação que perdeu.

Assim, para este tipo, ao qual indubitavelmente pertence a maioria dos seres humanos em geral, a possibilidade de cair enfermo surge apenas quando há abstinência. E daí se pode avaliar que papel importante na causação das neuroses pode ser desempenhado pela limitação imposta pela civilização ao campo das satisfações acessíveis. A frustração tem efeito patogênico por represar a libido e submeter assim o indivíduo a um teste de quanto tempo ele pode tolerar este aumento de tensão psíquica e que métodos adotará para lidar com ela. Há apenas duas possibilidades de permanecer sadio quando existe uma frustração persistente de satisfação no mundo real. A primeira é transformar a tensão psíquica em energia ativa, que permanece voltada para o mundo externo e acaba por arrancar dele uma satisfação real da libido. A segunda é renunciar à satisfação libidinal, sublimar a libido represada e voltá-la para a consecução de objetivos que não são mais eróticos e fogem à frustração. O fato de estas duas possibilidades serem realizadas nas vidas dos homens prova que a infelicidade não coincide com a neurose e que a frustração não decide sozinha se sua vítima permanece sadia ou tomba enferma. O efeito imediato da frustração reside em ela colocar em jogo os fatores disposicionais que até então haviam sido inoperantes.¹⁹

Quanto à questão da abstinência, é preciso estabelecer a abstenção de qualquer atividade sexual e a abstenção de relações sexuais com o sexo oposto.

Muitos indivíduos que se vangloriam de ser abstinentes, só o conseguiram com o auxílio da masturbação e satisfações análogas ligadas às atividades sexuais auto-eróticas da primeira infância. Entretanto, esses meios substitutivos de satisfação sexual não são inofensivos. Eles predis põem às numerosas formas de neurose e psicose que podem resultar na involução da vida sexual a formas infantis. Tampouco a masturbação satisfaz as exigências ideais da moral sexual civilizada, conseqüentemente levando os jovens a travar com os ideais da educação aqueles mesmos conflitos que procuravam evitar pela abstinência. Além disso, ela corrompe em mais de um sentido o caráter, por meio da indulgência, conforme análise do autor.

¹⁹ FREUD, Sigmund. *Tipos de desencadeamento da neurose* (1912). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, 12 v, p. 291-292.

A primeira consequência danosa da masturbação é acostumar o indivíduo a atingir objetivos importantes sem esforço e pelos meios mais fáceis, e não através de uma ação vigorosa. Ou seja, mais uma prova de que a sexualidade do indivíduo obedece ao protótipo do seu comportamento na sociedade. Como segunda consequência danosa, as fantasias que acompanham a satisfação do objeto sexual são levadas a níveis de perfeição dificilmente encontradas na realidade. Um sagaz escritor (Karl Kraus, no jornal vienense *Die Fackel*) expressou essa mesma verdade, invertendo os seus termos, numa cínica observação: "A copulação nada mais é do que um substituto insatisfatório da masturbação".²⁰

Outra consequência, segundo Freud, das dificuldades da vida sexual normal é a expansão da satisfação homossexual. Aqueles que são homossexuais devido à sua organização, e aos que passaram a sê-lo na infância, junta-se um grande número de indivíduos em que a obstrução do curso principal de sua libido causou o alargamento do canal secundário da homossexualidade.

Todas essas consequências inevitáveis e indesejadas do preceito da abstinência convergem para um único resultado: o completo fiasco da preparação para o casamento, instituição essa que a moral sexual civilizada pensa ser a única herdeira das impulsões sexuais.

Todo homem cuja libido, em consequência de práticas sexuais masturbatórias ou pervertidas, acostumou-se a situações e condições de satisfação anormais apresenta no casamento uma potência diminuída.

Também as mulheres que puderam preservar sua virgindade com o auxílio de recursos análogos mostram-se anestesiadas às relações sexuais normais do casamento.

Assim, tem início o matrimônio com os cônjuges apresentando uma reduzida capacidade erótica que irá sucumbir ao processo de dissolução com uma rapidez maior do que os demais.

Afirma, o autor, com propriedade que:

As pessoas bem informadas sabem que não exagero nessa descrição, e que muitos casos igualmente desastrosos podem ser encontrados a cada momento. É difícil para o não iniciado acreditar quão rara é a potência normal num marido e quão frequente

²⁰ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 204.

é a frigidez feminina no casal que vive sob o império da nossa moral sexual civilizada, que grau de renúncia exige freqüentemente de ambos os cônjuges o casamento e a que limites estreitos fica reduzida a vida conjugal - aquela felicidade tão ardentemente desejada. Já expliquei que nessas circunstâncias o desenlace mais óbvio é a doença nervosa, mas é preciso também assinalar que esse tipo de casamento continua a exercer sua influência sobre os poucos filhos, ou o filho único, gerado pelo mesmo. À primeira vista, parece um caso de hereditariedade, mas a um exame mais apurado comprova-se ser na realidade o efeito de poderosas impressões infantis. Uma esposa neurótica, insatisfeita, torna-se uma mãe excessivamente terna e ansiosa, transferindo para o filho sua necessidade de amor. Dessa forma ela o desperta para a precocidade sexual. Além disso, o mau relacionamento dos pais excita a vida emocional da criança, fazendo-a sentir amor e ódio em graus muito elevados ainda em tenra idade. Sua educação rígida, que não tolera qualquer atividade dessa vida sexual precocemente despertada, vai em auxílio da força supressora e esse conflito, em idade tão tenra, fornece todos os elementos necessários ao aparecimento de uma doença nervosa que durará toda a vida.²¹

Já é sabido, segundo Freud, que uma neurose crônica, mesmo que não destrua por completo a capacidade vital do indivíduo, representa em sua vida uma séria desvantagem, talvez de grau idêntico a uma tuberculose ou um defeito cardíaco. Dessa forma, se uma sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios; e nem ao menos pode falar em lucros.

A supressão dos impulsos hostis à civilização que não são diretamente sexuais acarreta, também, um fracasso semelhante na obtenção de compensação. Por exemplo, se um homem tornou-se excessivamente bondoso em resultado de uma violenta supressão de uma inclinação constitucional para a aspereza e a crueldade, freqüentemente perde tanta energia ao realizar isso que não consegue fazer tudo que os seus impulsos compensadores exigem, podendo, no final das contas, fazer pior do que teria feito sem a supressão. Este tópico será melhor analisado no capítulo dedicado à obra “O Mal-Estar na Civilização”.

Acrescente que a restrição da atividade sexual numa comunidade é, em geral, acompanhada de uma intensificação do medo da morte e da ansiedade ante a vida que perturba a capacidade do indivíduo para o prazer, assim como a disposição de enfrentar a morte por uma causa. O resultado é uma redução no desejo de gerar filhos, privando assim esse grupo ou comunidade de uma participação no futuro.

Por fim, conclui Sigmund Freud:

²¹ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 206.

Em vista disso, é justo que indaguemos se a nossa moral sexual ‘civilizada’ vale o sacrifício que nos impõe, já que estamos ainda tão escravizados ao hedonismo a ponto de incluir entre os objetivos de nosso desenvolvimento cultural uma certa dose de satisfação da felicidade individual. Certamente não é atribuição do médico propor reformas, mas me pareceu que eu poderia defender a necessidade de tais reformas se ampliasse a exposição de Von Ehrenfels sobre os efeitos nocivos de nossa moral sexual ‘civilizada’, indicando o importante papel que essa moral desempenha no incremento da doença nervosa moderna.²²

Em "Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna” Sigmund Freud deixa claro que o caminho da infelicidade do ser humano passa pela observância estrita da moral sexual civilizada e pela recusa da satisfação dos desejos sexuais mínimos.

Existem caminhos para atenuação dos desejos sexuais primitivos, entretanto um dose mínima de satisfação é necessária, sob pena de se adoecer.

Diante deste quadro, fica as indagações: A obtenção de felicidade passa pela satisfação das necessidades sexuais? O casamento tradicional é fonte de felicidade?

²² FREUD, Sigmund. *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 208.

1.5 Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte [A Desilusão Gerada e Nossa Atitude para com a Morte] (1915)

Viena, 28 de dezembro de 1914.

Prezado Dr. Van Eeden,

Aventuro-me, sob o impacto da guerra, a lembrar-lhe duas teses formuladas pela psicanálise e que, sem dúvida, contribuíram para sua impopularidade.

A psicanálise inferiu dos sonhos e das parapraxias das pessoas saudáveis, bem como dos sintomas dos neuróticos, que os impulsos primitivos, selvagens e maus da humanidade não desapareceram em qualquer de seus membros individuais, mas persistem, embora num estado reprimido, no inconsciente (para empregar nossos termos técnicos) e aguardam as oportunidades para se tornarem ativos mais uma vez. Ela nos ensinou, ainda, que nosso intelecto é algo débil e dependente, um brinquedo e um instrumento de nossos instintos e afetos, e que todos nós somos compelidos a nos comportar inteligente ou estupidamente, de acordo com as ordens de nossas atitudes [emocionais] e resistências internas.

Se, agora, o senhor observar o que está acontecendo na presente guerra - as crueldades e as injustiças pelas quais as nações mais civilizadas são responsáveis, a maneira distinta pela qual julgam suas próprias mentiras e maldades e as de seus inimigos, e a falta geral de compreensão interna (*insight*) que predomina -, terá de admitir que a psicanálise tem estado certa em ambas as suas teses.

Talvez ela não tenha sido inteiramente original nisso; não poucos pensadores e estudiosos da humanidade fizeram afirmações semelhantes. Nossa ciência, porém, as elaborou detalhadamente e as empregou a fim de lançar luz sobre muitos enigmas psicológicos.

Espero que venhamos a nos encontrar em tempos mais felizes.

Seu, sinceramente,

Sigm. Freud.²³

A devida compreensão da obra “O Mal-Estar na Civilização”, de 1930, passa pela análise dos textos que a antecederam, mormente os artigos sobre a “Desilusão da Guerra” e sobre a “Nossa Atitude para com a Morte” (1915), além de “O Futuro de uma Ilusão”, de 1927. Não seria possível a Freud chegar as conclusões expostas em “O Mal-Estar” sem as reflexões advindas daqueles textos.

²³ Esta carta foi escrita por Freud no fim de 1914, alguns meses depois de deflagrada a Primeira Guerra Mundial e alguns meses antes da elaboração de suas “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte”. Van Eeden, a quem a carta foi endereçada, era um psicopatologista holandês, mais conhecido, contudo, como homem de letras. Embora velho conhecido de Freud, nunca aceitou seus conceitos.

FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 340-341.

Na noite de 08 para 09 de julho de 1915, passado quase um ano da eclosão da Primeira Grande Guerra²⁴, Freud teve um sonho que chamou de profético. O conteúdo deste sonho trazia a morte de seus filhos Martin, Oliver e Ernst, sendo que o Martin falecia em primeiro lugar. Poucos dias depois, ele descobriu que, no mesmo dia em que teve esse sonho, Martin fora realmente ferido no fronte russo, entretanto com pouca gravidade. Com a continuidade da guerra Freud refletia sobre as profundezas a que podia descer a humanidade. A guerra parecia um amontoado de atos sintomáticos desagradáveis, uma aventura horripilante na psicose coletiva.²⁵

1.5.1 A Desilusão da Guerra

As reflexões de Freud sobre a guerra geraram dois artigos,²⁶ escritos em 1915: “A Desilusão da Guerra” e “Nossa Atitude para com a Morte”. No primeiro artigo Freud afirma que dentro das nações, ditas civilizadas, elevadas normas de conduta moral foram formuladas para o indivíduo, ditando a maneira de como a vida dele deveria ser formatada caso desejasse participar de uma comunidade civilizada. Essas normas rigorosas exigiam muito das pessoas, ao passo que determinavam uma enorme dose de autodomínio e de renúncia à satisfação dos instintos. Acima de tudo, o ser humano via-se proibida de fazer uso de imensas vantagens auferidas pela prática da mentira e da fraude na competição com seus semelhantes. Os Estados civilizados consideravam esses padrões morais como sendo a base de sua existência e adotavam medidas sérias se qualquer um se aventurasse a violá-los. Devia-se supor, portanto, que o próprio Estado os respeitaria e não pensaria em empreender contra eles qualquer coisa que viesse a contradizer a base de sua própria existência.

A crença nestes padrões morais da civilização fazem crer, pelo menos para a maioria das pessoas, que os conflitos bélicos estariam relegados aos livros de história. A fruição dessa civilização comum era perturbada de tempos em tempos por vozes de advertência, que decla-

²⁴ A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados e os Impérios Centrais. Mais de 9 milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas.

²⁵ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 361-362.

²⁶ Estes dois artigos foram escritos, cerca de seis meses após o deflagar da Primeira Guerra Mundial, e expressão algumas das considerações de Freud sobre ela. Em fins do mesmo ano, Freud escreveu outro ensaio acerca de um tema análogo, “Sobre a Transitoriedade”. Muitos anos depois, mais uma vez voltou ao tema, em sua carta aberta a Einstein, “Why War?” (1935).

ravam que antigas divergências tradicionais tornavam as guerras inevitáveis, inclusive entre os membros de uma comunidade. Entretanto, mesmo estas vozes destoantes acreditavam que as guerras inevitáveis seriam efetivadas como um embate de armas entre cavaleiros, com imunidade aos feridos, além de respeito a civis não combatentes.

Logo, a guerra que se recusava acreditar irrompeu e trouxe desilusão aos povos civilizados. A Primeira Grande Guerra Mundial foi, até então, a mais sanguinária e destrutiva do que qualquer outra guerra de eras passadas. Ela desprezava todas as restrições conhecidas de Direito Internacional e ignorava as prerrogativas dos feridos e do serviço médico. Esmagava com fúria cega tudo que surgia em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens.

Nessa Grande Guerra, o cidadão comum pode, com perplexidade, convencer-se que o Estado proibia ao indivíduo a prática do mal, não porque queria aboli-lá, mas porque desejava seu monopólio.

Um Estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo como membro de uma sociedade, se assim agisse dessa forma descontrolada. Emprega, o Estado, contra o inimigo a mentira deliberada e a fraude. O Estado exige o grau máximo de obediência e de sacrifício de seus cidadãos e ao mesmo tempo os trata como crianças que devem estar sob sua batuta.

Sustenta Sigmund Freud, na presente obra em análise, que não se deve exigir do Estado a abstenção da prática do mal, pois isso o colocaria em desvantagem perante pessoas e nações. Entretanto, não é menos desvantajoso para o indivíduo, conformar-se aos padrões de moralidade e abster-se de uma conduta brutal e arbitrária.

Entretanto, quando uma comunidade não levanta mais objeções à prática do mal (como durante uma guerra), os homens, de forma individual, perpetram atos de crueldade, fraude e barbárie tão incompatíveis com seu nível de civilização, que qualquer um julgaria impossíveis.

Acolhemos as ilusões²⁷, de uma forma geral, porque elas nos poupam de sentimentos desagradáveis. Portanto, não devemos reclamar se, repetidas vezes, essas ilusões entrarem em choque com alguma parcela da realidade e se despedaçarem contra ela.

Duas coisas principais na Primeira Grande Guerra despertaram o sentimento de desilusão nas pessoas. Em primeiro, a baixa moralidade revelada externamente por Estados que, em suas relações internas, se intitulavam guardiães dos padrões morais. Em segundo, a brutalidade demonstrada por indivíduos que, enquanto participantes da mais alta civilização europeia, não julgávamos capazes de tal comportamento.

Ao analisar a brutalidade demonstrada pelos indivíduos durante a guerra, Freud começa a se indagar sobre a forma de como os homens adquirem um alto grau de moralidade. A primeira hipótese colocada é que as pessoas são virtuosas e nobres desde o nascimento, desde o começo de suas vidas. De plano esta tese ingênua é abandonada pelo autor.

Uma segunda resposta sugere que a humanidade objetiva um processo de desenvolvimento contínuo e que esta evolução pressupõe a erradicação das tendências humanas más. Assim, sob a influência da educação e de um ambiente civilizado o homem conseguiria substituir as tendências más, inatas, por outras boas, impostas. Caso isso seja verdade é surpreendente que o mal ressurgja com tamanha força em qualquer um que tenha sido educado dessa forma.

Na verdade, para Freud, não existe essa “erradicação” do mal. A essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades básicas.

Em si mesmos, esses impulsos não são nem bons nem maus. Deve-se admitir que todos os impulsos que a sociedade condena como maus, egoístas e cruéis são de natureza primitiva.

Esses impulsos primitivos passam por um longo processo de desenvolvimentos antes de se tornarem ativos no adulto. São inibidos; dirigidos no sentido de outras finalidades e outros campos; mesclam-se; alteram seus objetos e reverterem a seu possuidor.

²⁷ A ideia das ilusões será melhor trabalhada por Freud no texto “O Futuro de uma Ilusão”, de 1927.

Configurações internas (psíquicas) de reações contra certos instintos assumem a forma enganadora de uma mudança em seu conteúdo, como se o egoísmo se tivesse transmutado em altruísmo ou a crueldade em piedade.

Essas formações de reação são facilitadas pela circunstância de que alguns impulsos instintuais surgem, quase que desde o início, em pares de opostos. Um fenômeno denominado “ambivalência de sentimentos”. O exemplo mais facilmente observado e compreensível disso reside no fato de que o amor intenso e o ódio intenso são, com tanta frequência, encontrados juntos na mesma pessoa. A psicanálise acrescenta que esses dois sentimentos opostos, não raramente, têm como objeto a mesma pessoa. Um exemplo é a situação natural já citada de se amar e odiar o pai ao mesmo tempo.

Só quando todas essas “vicissitudes institucionais” foram superadas é que se forma aquilo que Freud denomina de caráter de uma pessoa. O caráter, por sua vez, só de forma inadequada pode ser classificado como “bom” ou “mau”. Raramente, um ser humano é totalmente bom ou mau. Via de regra ele é bom em relação a determinada coisa e mau em relação a outra, ou bom em certas circunstâncias externas e em outras indiscutivelmente mau.

É interessante verificar que, na primeira infância, a preexistência de fortes impulsos maus constitui muitas vezes a condição para uma inequívoca inclinação no sentido do bom no adulto. Aqueles que, enquanto crianças, foram os mais pronunciados egoístas, podem muito bem tornar-se os mais prestimosos e abnegados membros da comunidade. A maioria dos sentimentalistas, amigos da humanidade e protetores dos animais, evoluíram de pequenos sádicos e atormentadores de animais.

A transformação dos “maus” instintos é ocasionada por dois fatores, um interno e outro externo, ambos atuando na mesma direção. O fator interno consiste na influência exercida sobre os instintos maus (digamos, egoístas) pelo erotismo, isto é, pela necessidade humana de amor, tomada em seu sentido mais amplo.

Pela mistura dos componentes eróticos, os instintos egoístas são transformados em sociais. Aprendemos a valorizar o fato de sermos amados como uma vantagem em função da qual estamos dispostos a sacrificar outras vantagens.

O fator externo é a força exercida pela educação, que representa as reivindicações de nosso ambiente cultural, posteriormente continuadas pela pressão direta desse ambiente. A

civilização foi alcançada através da renúncia à satisfação instintual, exigindo ela, por sua vez, a mesma renúncia de cada recém-chegado. No decorrer da vida de um indivíduo há uma substituição constante da compulsão externa pela interna. As influências da civilização provocam, por uma mescla de elementos eróticos, uma sempre crescente transformação das tendências egoístas em tendências altruísticas e sociais. Outra parte dessa transformação instintual tem de ser realizada durante a vida do próprio indivíduo. Assim, o ser humano está sujeito não só à pressão de seu ambiente cultural imediato, mas também à influência da história cultural de seus ancestrais.

Freud chama de “suscetibilidade à cultura” a capacidade pessoal de um homem para transformar os impulsos egoístas sob a influência do erotismo. Essa suscetibilidade se compõe de duas partes, uma inata e outra adquirida no curso da vida.

A compulsão externa exercida sobre um ser humano por sua educação e por seu ambiente produz ulterior transformação em sua vida instintual - um afastamento posterior do egoísmo para o altruísmo. Esse, porém, não é o efeito regular ou necessário da compulsão externa.

A educação e o ambiente não só oferecem benefícios no tocante ao amor, com também empregam outros tipos de incentivos: recompensas e punições. Dessa forma, seu efeito pode vir a ser que uma pessoa sujeita à sua influência escolha comportar-se bem, no sentido cultural da expressão, embora nenhum enobrecimento do instinto, nenhuma transformação de inclinações egoístas em altruísticas se tenham operado nela.

O resultado final será o mesmo. Apenas uma análise acurada e específica das circunstâncias revelará se um determinado homem sempre age bem porque suas inclinações instintuais o compelem a isso ou se é "bom" na medida em que este comportamento cultural é vantajoso para seus propósitos egoístas.

Contudo, o conhecimento superficial de um indivíduo não permitirá distinguir entre esses dois casos. É certo que somos enganosamente levados por nosso otimismo a exagerar grosseiramente o número de seres humanos que têm sido transformados num sentido cultural. E completa Freud afirmando que:

A sociedade civilizada, que exige boa conduta e não se preocupa com a base instintual dessa conduta, conquistou assim a obediência de muitas pessoas que, para tanto, deixam de seguir suas próprias naturezas. Estimuladas por esse êxito, a sociedade se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral, e assim forçou

os seus membros a um alheamento ainda maior de sua disposição instintual. Consequentemente, eles estão sujeitos a uma incessante supressão do instinto, e a tensão resultante disso se trai nos mais notáveis fenômenos de reação e compensação. No domínio da sexualidade, onde é mais difícil realizar essa supressão, o resultado se manifesta nos fenômenos reativos das desordens neuróticas. Em outros lugares, é verdade que a pressão da civilização não traz em seu rastro quaisquer resultados patológicos, mas se revela em deformações do caráter e na perpétua presteza dos instintos inibidos em irromper, em qualquer oportunidade adequada, em proveito da satisfação. Qualquer um, compelido dessa forma a agir continuamente em conformidade com preceitos que não são a expressão de suas inclinações instintuais, está psicologicamente falando, vivendo acima de seus meios, e pode objetivamente ser descrito como um hipócrita, esteja ou não claramente cômico dessa incongruência. É inegável que nossa civilização contemporânea favorece, num grau extraordinário, a produção dessa forma de hipocrisia. Pode-se-ia dizer que ela está alicerçada nessa hipocrisia, e que teria de se submeter a modificações de grande alcance, caso as pessoas se comprometessem a viver em conformidade com a verdade psicológica. Assim, existem muito mais hipócritas culturais do que homens verdadeiramente civilizados.²⁸

Ora, a surpresa e desilusão frente ao comportamento incivilizado das pessoas durante a Primeira Grande Guerra foram injustificados. Na realidade, o ser humano não decaiu tanto quanto temíamos porque nunca subiu tanto quanto acreditávamos.

O fato de a coletividade de indivíduos da humanidade, os povos e os Estados terem mutuamente suprimido suas restrições morais, naturalmente estimulou esses cidadãos individuais a se afastarem momentaneamente da constante pressão da civilização e a concederem uma satisfação temporária aos instintos que vinham mantendo sob pressão. Isso provavelmente não envolveu qualquer violação de sua moralidade relativa dentro de suas próprias nações.

O que chamamos de doenças mentais inevitavelmente produz a impressão de que a vida intelectual e mental foi destruída. Na realidade, a destruição só se aplica a aquisições e desenvolvimento posteriores. A essência da doença mental reside num retorno a estados anteriores de vida afetiva e de funcionamento.

Em conclusão, afirma o autor:

Assim, a transformação do instinto, em que se baseia nossa suscetibilidade à cultura, também poderá ser permanente ou temporariamente desfeita pelos impactos da vida. Sem dúvida, as influências da guerra se encontram entre as forças que podem provocar tal involução; dessa forma, não precisamos negar a suscetibilidade à cultura a

²⁸ FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 321.

todos que no momento se comportam de maneira incivilizada, e podemos prever que o enobrecimento dos seus instintos será restaurado em tempos mais pacíficos.²⁹

Sempre que vamos dormir nos despimos de nossa moralidade arduamente conquistada como se fosse uma peça de vestuário, tornando a “vesti-la” na manhã seguinte. Apenas os sonhos nos podem informar a respeito da regressão de nossa vida emocional a uma das primeiras etapas de desenvolvimento.

1.5.2 Nossa Atitude para com a Morte

O artigo sobre “Nossa Atitude para com a Morte” é, na verdade, uma continuação do primeiro, “A Desilusão da Guerra”. Deve ser lido em conjunto para a real compreensão freudiana. Mais uma vez o contexto histórico é importante. Lembramos que o texto foi escrito durante a Primeira Grande Guerra Mundial. Começa o texto dizendo o autor que: “O segundo fator o qual atribuo nosso atual sentimento de alheamento deste mundo outrora belo e conveniente é a perturbação que ocorreu na atitude que, até o momento, adotamos em relação à morte”.³⁰

As pessoas, naturalmente, estavam preparadas para sustentar que a morte era o resultado necessário da vida, que cada um deve à natureza uma morte e deve esperar pagar a dívida. Em suma, que a morte era natural, inegável e inevitável.

Na prática as pessoas estavam habituadas a se comportar de forma diferente. Havia uma tendência inegável para pôr a morte de lado, para eliminá-la da vida.

Por isso, a escola psicanalítica afirmou que no fundo ninguém crê em sua própria morte, ou dizendo a mesma coisa de outra maneira, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade.

Essa nossa sensibilidade não impede, por óbvio, a ocorrência de mortes. Quando acontece, somos profundamente atingidos. É como se nossa expectativa absurda de imortalidade fosse atingida em seu âmago.

²⁹ FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 323-324.

³⁰ Ibidem, p. 327.

Nosso hábito é dar ênfase à causação fortuita da morte, como acidentes, doenças, infecções, idade avançada, etc. Assim, tentamos reduzir a morte de uma necessidade para um fato fortuito.

Não é por outro motivo que um grande número de mortes simultâneas nos atinge como algo extremamente terrível.

Para com a pessoa que morreu adotamos uma atitude muito especial. Deixamos de criticá-la, negligenciamos suas más ações pretéritas e julgamos justificável realçar tudo o que seja de mais favorável à sua lembrança. As considerações pelos mortos são mais importantes para nós do que a verdade.

Enfim, a tendência de excluir a morte de nossos projetos de vida traz em seus rastros muitas outras renúncias e exclusões.

Fica evidente que a deflagração da guerra destrói esse tratamento convencional da morte. A morte não mais pode ser negada; somos forçados a acreditar nela. As pessoas passam a morrer, e não mais uma a uma, porém dezenas de milhares, muitas vezes num único dia. Agora a morte não é mais um acontecimento fortuito, como acreditava o inconsciente das pessoas.

Para melhor compreender o choque gerado pela guerra nas pessoas, deve-se estabelecer uma distinção entre dois grupos: os que arriscam suas vidas no campo de batalha e os que permanecem em casa, tendo apenas de esperar pela perda de seus entes queridos por ferimento, moléstia ou infecção.

A análise irá se restringir, apenas, ao segundo grupo. Os que não vão ao campo de batalha são incapazes de manter a atitude anterior em relação à morte.

Mas como começou esta postura do homem em relação à morte?

O homem primevo assumia uma atitude notável em relação à morte. Longe de ser coerente, era, na realidade, altamente contraditória. Não fazia qualquer objeção à morte de outrem. Ela significava, na verdade, o aniquilamento de alguém que ele odiava, e o homem primitivo não tinha quaisquer escrúpulos em ocasioná-la. Este homem gostava de matar e fazia isso como uma coisa natural.

A história primeva da humanidade está repleta de assassinatos. Em “Totem e Tabu”, de 1912-1913, Freud sustenta que o crime primevo da humanidade deve ter sido um parricídio, a morte do pai primevo da horda humana primitiva, cuja imagem mnêmica foi depois transfigurada numa deidade.³¹

Para o homem primevo, sua própria morte era certamente tão inimaginável e irreal quanto o é para qualquer um de nós hoje em dia. Sua crença na imortalidade é abalada quando ele viu morrer alguém que lhe era querido - a esposa, o filho, o amigo.

O homem já não podia manter a morte à distância, pois a havia provado. Assim, idealizou um meio-termo. Admitiu o fato de sua própria morte, negando-lhe, porém, o significado de aniquilamento. E foi ao lado do cadáver de alguém amado que inventou os espíritos, e seu sentimento de culpa pela satisfação mesclado à sua tristeza transformou esses espíritos recém-nascidos em demônios maus que tinham de ser temidos.

Sua lembrança dos mortos tornou-se a base para a suposição de outras formas de existência, fornecendo-lhe a concepção de uma vida que continua após a morte aparente. Só mais tarde as religiões conseguiram representar essa vida futura como a mais desejável, a única verdadeiramente válida, e reduzir a vida que termina com a morte a uma mera preparação.

Assim, a origem da negação da morte, que é descrita como uma atitude convencional e cultural, remonta aos tempos mais antigos.

³¹ INADA, Jaqueline Feltrin. *Um exame crítico sobre o conceito de felicidade a partir de Freud e Marcuse*. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, p. 26.

"Nesta obra, Freud escreve que as primeiras famílias surgiram com a instalação da necessidade de satisfação genital no homem, a qual, antes, aparecia somente em alguns períodos, tal como ocorre com diversas espécies de animais. Por isso, o homem adquiriu motivos para conservar ao seu lado uma fêmea. Esta, por sua vez, permaneceu junto ao macho devido à proteção que ele poderia oferecer aos seus filhos. Assim é que surgiram as famílias primitivas. Ao descobrir que podia adaptar o mundo para nele sobreviver de uma forma melhor, o “outro” adquiriu para o homem o valor de um companheiro de trabalho. Provavelmente, os primeiros sujeitos que lhe auxiliaram no trabalho foram os membros de sua família. Entretanto, nessas famílias a vontade do pai era irrestrita. Enquanto ao pai era reservado o desfrute de prazeres devido à posse de todas as mulheres, aos filhos cabia apenas o trabalho. Os filhos, revoltados, cometeram então o parricídio. Além de terem matado o pai, também o devoraram, a fim de adquirirem parte de sua força. Mas, ao mesmo tempo em que o pai era odiado por proibir a realização de desejos sexuais, também era amado e admirado. Esta ambivalência resultou em sentimento de culpa. O pai, agora morto, tinha mais força do que quando era vivo. Isto porque, a autoridade do pai foi internalizada, dando origem a uma entidade mental chamada de superego. Com o fito de impedir a repetição de tal ato agressivo, surgiram diversas restrições, as quais foram assimiladas pelo superego. Nenhum filho, a partir daí, poderia assumir o lugar do pai, ou seja, possuir todas as mulheres da tribo. Nesse sentido, foi instituído o horror ao incesto para que a vida em comunidade pudesse ser preservada".

Ao lado do corpo sem vida do ente amado, passou a existir não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte de sentimentos de culpa do homem, mas também os primeiros mandamentos éticos. Sendo o primeiro e mais importante: “Não matarás”.

Essa extensão final do mandamento já não é experimentada pelo homem civilizado em tempos de guerra. Quando terminado o conflito bélico, cada um dos combatentes vitoriosos retornará alegremente à pátria, para sua esposa e seus filhos, sem ser questionado nem perturbado por pensamentos sobre os inimigos que, quer de perto, quer de longe, matou.

Voltemos ao inconsciente de nossa própria vida mental. Freud se pergunta: Qual é a atitude do nosso inconsciente para com o problema morte? E responde: quase exatamente a mesma que a do homem primevo. Nosso inconsciente, portanto, não crê em sua própria morte; comporta-se como se fosse imortal. Assim, não existe nada de instintual em nós que reaja a uma crença na morte. Talvez isso seja o segredo do heroísmo.

O medo da morte, que nos domina com mais frequência do que pensamos, é algo secundário e, via de regra, o resultado de um sentimento de culpa.

Por outro lado, admitimos a morte para estranhos e inimigos, muitas vezes a desejando com afinho. Aqui há uma distinção que será decisiva no que diz respeito à vida real. Nosso inconsciente não executa o ato de matar, ele simplesmente o pensa e o deseja. Em nossos impulsos inconscientes, diariamente e todas as horas, nos livramos de alguém que nos atrapalha, de alguém que nos ofendeu ou nos prejudicou. A expressão “Que o Diabo o carregue!”, que tantas vezes aflora aos lábios das pessoas em tom de brincadeira e que, na realidade, significa “Que a morte o carregue!”, é em nosso inconsciente um sério e poderoso desejo de morte.

Nosso inconsciente é tão inacessível à idéia de nossa própria morte, tão inclinado ao assassinato em relação a estranhos, tão dividido (isto é, ambivalente) para com aqueles que amamos, como era o homem primevo.

E, conclui Freud, com a sagacidade que lhe é peculiar:

É fácil ver como a guerra se choca com essa dicotomia. Ela nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primevo que existe em cada um de nós. Compele-nos mais uma vez a sermos heróis que não podem crer em sua própria morte; estigmatiza os estranhos como inimigos, cuja morte deve ser provocada ou desejada; diz-nos que desprezemos a morte daqueles que amamos. A guerra, porém, não pode ser abolida; enquanto as condições de existência entre as nações continuarem tão diferentes e sua repulsa mútua tão violenta, sempre haverá guerra. É então que surge a pergunta: Não somos nós que devemos ceder, que nos devemos

adaptar à guerra? Não devemos confessar que em nossa atitude civilizada para com a morte estamos mais uma vez vivendo psicologicamente acima de nossos meios, e não devemos, antes, voltar atrás e reconhecer a verdade? Não seria melhor dar à morte o lugar na realidade e em nossos pensamentos que lhe é devido, e dar um pouco mais de proeminência à atitude inconsciente para com a morte, que, até agora, tão cuidadosamente suprimimos? Isso dificilmente parece um progresso no sentido de uma realização mais elevada, mas antes, sob certos aspectos, um passo atrás - uma regressão; mas tem a vantagem de levar mais em conta a verdade e de novamente tornar a vida mais tolerável para nós. Tolerar a vida continua a ser, afinal de contas, o primeiro dever de todos os seres vivos. A ilusão perderá todo o seu valor, se tornar isso mais difícil para nós.

Lembramo-nos do velho ditado: “*Se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra*”.

Estaria de acordo com o tempo em que vivemos alterá-lo para: “*Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte*”.³²

As conclusões de Sigmund Freud são totalmente atuais. Diante da guerra o homem continua a se despojar de toda civilidade conquistada, libertando os instintos primitivos até então adormecidos.

³² FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 338-339.

1.6 Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico (1916)

A psicologia nunca poderá dizer a verdade sobre a loucura, pois é a loucura que detém a verdade da psicologia.

Michel Foucault

O ensaio “Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico” foi publicado em 1916. Na segunda parte da obra encontramos o nominado “Arruinados pelo Êxito”. Nele o autor demonstra, mais uma vez, como é difícil a obtenção da felicidade, sendo que o atingir um objetivo de vida pode sim gerar infelicidade. Pessoas que se tornam infelizes por ter alcançado a tão almejada felicidade.

São as palavras de Sigmund Freud:

O trabalho psicanalítico proporcionou-nos a tese segundo a qual as pessoas adoecem de neurose como resultado de *frustração*. Referimo-nos à frustração da satisfação de seus desejos libidinais, fazendo-se necessária uma digressão a fim de tornarmos a tese inteligível. Para que uma neurose seja gerada, deve haver um conflito entre os desejos libidinais de uma pessoa e a parte de sua personalidade que denominamos de ego, que é a expressão do seu instinto de autopreservação e que também abrange os ideais de sua personalidade. Um conflito patogênico dessa espécie só ocorre quando a libido tenta seguir caminhos e objetivos que o ego de há muito superou e condenou e, portanto, proibiu para sempre, e isso a libido só faz se for privada da possibilidade de uma satisfação ego-sintônica ideal. Por isso, a privação, a frustração de uma satisfação real, é a primeira condição para a geração de uma neurose, embora, na verdade, esteja longe de ser a única.

Parece ainda mais surpreendente, e na realidade atordoante, quando, na qualidade de médico, se faz a descoberta de que as pessoas ocasionalmente adoecem precisamente no momento em que um desejo profundamente enraizado e de há muito alimentado atinge a realização. Então, é como se elas não fossem capazes de tolerar sua felicidade, pois não pode haver dúvida de que existe uma ligação causal entre seu êxito e o fato de adoecerem.³³

Para facilitação da compreensão da tese exposta, Freud traz o exemplo de uma mulher bem nascida e educada que desde jovem demonstrava um enorme gosto pela vida. Ainda jovem, fugiu de casa e perambulou pelo mundo em busca de aventuras até conhecer um pintor que a admirava pelos encantos femininos e qualidades requintadas. Ambos foram morar juntos e ela comprovou ser uma companheira fiel. Quando ele estava preparado para torná-la sua esposa legítima ela começou a “desmoronar”. Descuidou da casa; imaginou-se perseguida pelos parentes dele; proibiu ao amante, em razão de um ciúme doentio, todo contato social e

³³ FREUD, Sigmund. *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico* (1916). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 357.

prejudicou-o em seu trabalho artístico. Em seguida, a mulher sucumbiu a uma doença mental incurável.

Em “Um Distúrbio de Memória na Acrópole”³⁴, de 1936, Freud retornou ao tema das pessoas que adoecem em razão da realização dos desejos. Diz Sigmund Freud:

Lembro-me de que, em uma ocasião anterior, tratei do caso parecido de pessoas que, conforme expressei, são ‘arrasadas pelo sucesso’. Geralmente as pessoas adoecem de frustração, da não-realização de alguma necessidade vital ou de um desejo. A estas pessoas, contudo, sucede o contrário; adoecem, ou, até mesmo, ficam aniquiladas, porque um desejo seu, excepcionalmente intenso, realizou-se. O contraste entre as duas situações não é tão grande como parece à primeira vista. O que acontece no caso paradoxal é simplesmente que o lugar da frustração externa é assumido por uma frustração interna. O sofredor não se permite a felicidade: a frustração interna ordena-lhe que se afeire à frustração externa. Mas por quê? Porque - esta é a resposta, em muitos casos - a pessoa não pode esperar que o Destino lhe proporcione algo tão bom. De fato, é outro exemplo de ‘bom demais para ser verdade’, é a expressão de um pessimismo do qual uma grande parte parece estar presente em muitos dentre nós. Em um outro grupo de casos, como naqueles que se arruinam com o êxito, encontramos um sentimento de culpa ou de inferioridade que pode ser traduzido assim: ‘Não mereço tanta felicidade, não mereço.’ Mas esses dois motivos são, em essência, o mesmo, por ser um apenas uma projeção do outro. Conforme há muito já se sabe, o Destino, que esperamos nos trate tão mal, é materialização de nossa consciência, do severo superego que há dentro de nós, sendo ele próprio um remanescente da instância primitiva de nossa infância.³⁵

Em outra ocasião, Freud defrontou-se com outro caso semelhante de pessoa “arruinada pelo êxito”. Um respeitável professor universitário nutria, havia muitos anos, o desejo natural de ser o sucessor do mestre que o iniciara nos estudos. Quando esse professor mais antigo se aposentou e os colegas informaram ao pretendente que ele fora escolhido para substituí-lo, começou a hesitar, depreciou seus méritos, declarou-se indigno de preencher o cargo para o qual fora designado, e caiu numa melancolia que o deixou incapaz de toda e qualquer atividade durante vários anos.

Ainda, segundo o autor, o trabalho analítico não encontra dificuldade em demonstrar que são as forças da consciência que proíbem o indivíduo de obter a tão almejada vantagem proveniente da feliz mudança da realidade. E finaliza trazendo o exemplo de pessoa que sucumbe ao atingir o êxito, após lutar por ele com todas as suas forças: Lady Macbeth, personagem de Shakespeare.

³⁴ Carta aberta a Romain Rolland por ocasião de seu setuagésimo aniversário.

³⁵ FREUD, Sigmund. *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico* (1916). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 296-297.

1.7 O Futuro de uma Ilusão (1927)

O homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último pai.³⁶

Extrait des sentiments

Jean Meslier

Durante a feitura do ensaio especulativo “O Futuro de uma Ilusão”, de 1927, Freud estava sentindo o peso da idade (71 anos) e os efeitos secundários do câncer na região da mandíbula que o afligia. A prótese usada era dolorosa e, para piorar as coisas, ele sofria de acessos de anginas. A morte era uma presença comum em seus pensamentos. A sua habitual rabugice havia se intensificado. A percepção de que seu corpo estava simplesmente se recusando a servi-lo semeou a melancolia em sua avaliação de “O Futuro de uma Ilusão”.

Décadas de ateísmo por princípio e de reflexão psicanalítica sobre a religião o haviam preparado para a empreitada. Fora um ateísmo coerente e militante desde os dias de estudante, zombando de Deus e da religião, não poupando o Deus e a religião de sua família (Judaísmo). Com “O Futuro de uma Ilusão”, cumpriu a promessa que fizera a si mesmo. Demolir a religião com armas psicanalíticas.³⁷

Entretanto, o crítico mais ferrenho do ensaio era o próprio Freud. Ele chegou a dizer que a obra era pueril, analiticamente fraca e imprópria. Entretanto, este tipo de comentário, misto de depressão pós-parto e superstição bastante defensiva, tinha se tornado um hábito nele.

O Futuro de uma Ilusão foi o grande ensaio preparatório para as ideias que seriam esboçadas na obra seguinte: “O Mal-Estar na Civilização”.

Já no início de “O Futuro”, Freud deixa claro que despreza qualquer distinção entre cultura e civilização³⁸. Civilização humana, em sua concepção, significa tudo aquilo que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais.

³⁶ Frase erroneamente atribuída a Voltaire.

³⁷ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 527-528.

³⁸ Por esse motivo a obra “O Mal-Estar na Civilização” foi também traduzida para a língua portuguesa como “O Mal-Estar na Cultura”.

Na percepção freudiana, a civilização apresenta dois aspectos ao observador. Em primeiro, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas. Em segundo, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros.

Existem duas características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões.³⁹

Naturalmente estes regulamentos necessários de convivência geram um pesado fardo, sacrifícios instintuais, que a civilização espera, a fim de tornar possível a vida em comunidade. Os sacrifícios tornam todo indivíduo um virtual inimigo da civilização, por isso ela tem de se proteger contra os impulsos hostis dos próprios indivíduos.

Fica, assim, a impressão de que a civilização é algo que foi imposto a uma maioria resistente por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção. Freud acredita que a civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto, pois todos os homens possuem tendências destrutivas, anti-sociais e anticulturais.

Em seguida, o autor coloca uma questão decisiva: saber até que ponto é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação.

Os meios de pelos quais a civilização pode ser defendida são as medidas de coerção e outras, que se destinam a reconciliar os homens com ela e a recompensá-los por seus sacrifícios. Estas últimas podem ser descritas como as vantagens mentais da civilização.

Buscando uniformizar a terminologia Freud descreve como Frustração o fato de um instinto não poder ser satisfeito. Proibição o regulamento pelo qual a frustração é estabelecida. E como privação a condição produzida pela proibição.

³⁹ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 18.

Existem privações que afetam a todos e privações que não afetam a todos, mas apenas a grupos, classes ou mesmo indivíduos isolados. As primeiras são mais antigas como a vedação ao canibalismo, ao incesto e a ânsia de matar.

Essas primeiras renúncias instintuais já envolvem um fator psicológico igualmente importante para todas as outras renúncias instintuais. Acha-se em consonância com o curso do desenvolvimento humano que a coerção externa se torne gradativamente internalizada, pois um agente mental especial, o superego do homem, a assume e a inclui entre seus mandamentos.⁴⁰ Toda criança apresenta esse processo de transformação e só por esse meio que ela se torna um ser moral e social. Aqueles em que se realizou são transformados de opositores em veículos da civilização. Quanto maior é o seu número numa unidade cultural, mais segura é a sua altura e mais ela pode passar sem medidas externas de coerção.

O grau de internalização difere entre as diversas proibições instintuais. Freud observa com surpresa e preocupação que a maioria das pessoas obedece às proibições culturais apenas sob pressão coerção externa, isto é, somente onde essa coerção pode fazer-se efetiva e enquanto deve ser temida. Isso também é verdade quanto ao que é conhecido como sendo as exigências morais da civilização, que, do mesmo modo, se aplicam a todos.

Quanto à satisfação, existe um tipo diferente concedido aos participantes de uma unidade cultural pela arte, embora ela permaneça inacessível às massas. Freud descobriu no início de seus escritos que a arte oferece satisfações substitutivas para as mais antigas e mais profundamente sentidas renúncias culturais, e, por esse motivo, ela serve, como nenhuma outra coisa, para reconciliar o homem com os sacrifícios que tem de fazer em benefício da civilização.

Entretanto, o item mais importante do inventário psíquico de uma civilização, segundo o autor, são as ideias religiosas, ou, em outras palavras, em suas ilusões.

Em que reside o valor peculiar da idéias religiosas?

Já foi dito sobre a hostilidade para com a civilização, produzida pela pressão que ela exerce pelas renúncias do instinto. E se todas as proibições fossem suspensas? A vida seria mais feliz?

⁴⁰ Ver: FREUD, Sigmund. *O ego e o id* (1923). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 19 v.

Logo nos depararíamos com primeira dificuldade. Todos os outros têm exatamente os mesmos desejos que eu, e não me tratarão com mais consideração do que eu os trato. Assim, só uma única pessoa se poderia tornar irrestritamente feliz através desta suspensão das proibições: um tirano, um ditador, que se tivesse apoderado de todos os meios de poder.

Ora, uma das funções principais da civilização é nos defender contra a natureza. A total liberdade dos desejos nos jogaria num estado de natureza, provavelmente difícil de suportar.

Tal como para a humanidade em geral, também para o indivíduo a vida é difícil de suportar. A civilização de que participa impõe-lhe certa quantidade de privação, e outros homens lhe trazem outro tanto de sofrimento. A isso se acrescentam os danos que a natureza indomada - o que ele chama de Destino - lhe inflige.

Já sabemos como o indivíduo reage aos danos que a civilização e os outros homens lhe infligem: desenvolve um grau correspondente de resistência aos regulamentos da civilização e de hostilidade para com ela. Mas, como se defende ele contra os poderes superiores da natureza, do Destino, que o ameaçam da mesma forma que a tudo mais?

A civilização o poupa dessa tarefa. Ela a desempenha da mesma maneira para todos. Contra esses violentos super-homens externos podemos aplicar os mesmo métodos que empregamos em nossa própria sociedade. Podemos tentar "retirar" uma parte de seu poder.

A construção psicológica de defesa não é nova para o ser humano. Possui um protótipo infantil, de que é somente a continuação. No passado, nos encontramos em semelhante estado de desamparo: como crianças de tenra idade, em relação a nossos pais. Tínhamos razões para temê-los, especialmente nosso pai; contudo, estávamos certos de sua proteção contra os perigos que conhecíamos. Assim, foi natural assemelhar as duas situações - tenra idade e poderes da natureza.

O homem transforma as forças da natureza não simplesmente em pessoas com quem pode associar-se como seus iguais, mas lhes concede o caráter de um pai. Transforma-as em deuses, seguindo nisso um protótipo infantil.

No decorrer do tempo, os homens primitivos, fizeram as primeiras observações de regularidade e conformidade à lei nos fenômenos naturais e, com isso, as forças da natureza perderam seus traços humanos. O desamparo do homem, porém, permanece e, junto com ele,

seu anseio pelo pai e pelos deuses. Assim, os deuses mantêm sua tríplice missão: exorcizar os terrores da natureza; reconciliar os homens com a crueldade do Destino, particularmente a que é demonstrada na morte e, por último, recompensá-los pelos sofrimentos e privações que uma vida civilizada em comum lhe impõe.

Para isso, se criou um cabedal de idéias, nascido da necessidade que tem o homem de tornar tolerável seu desamparo. Tudo construído com o material das lembranças do desamparo de sua própria infância e da infância da raça humana. Pode-se perceber claramente que a posse dessas idéias o protege em dois sentidos: contra os perigos da natureza e do Destino e contra os danos que o ameaçam por parte da própria sociedade humana.

Reside aqui a essência da questão. A vida neste mundo, segundo essas ideias, serve a um propósito mais elevado. Certamente não é fácil adivinhar qual ele seja, mas significa um aperfeiçoamento da natureza do homem.

Deste modo, uma inteligência superior ordena tudo para o melhor. A própria morte não é uma extinção e todo o bem será recompensado e todo o mal punido.

Para o autor, as idéias religiosas nada mais são que ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade.

Importante frisar que para Freud ilusão não é a mesma coisa que um erro. O que é característico da ilusão é o fato de derivarem de desejos humanos. São as palavras do autor:

A religião, é claro, desempenhou grandes serviços para a civilização humana. Contribuiu muito para domar os instintos associativos. Mas não o suficiente. Dominou a sociedade humana milhares de anos e teve tempo para demonstrar o que pode alcançar.

Se houvesse conseguido tornar feliz a maioria da humanidade, confortá-la, reconciliá-la com a vida, e transformá-la em veículo de civilização, ninguém sonharia em alterar as condições existentes. Mas, em vez disso, o que vemos? Vemos que um número estorrecedor de pessoas se mostram insatisfeitas e infelizes com a civilização.

É duvidoso que os homens tenham sido em geral mais felizes na época em que as doutrinas religiosas dispunham de uma influência irrestrita; mais morais certamente não foram.

Se as realizações da religião com respeito à felicidade do homem, susceptibilidade à cultura e controle moral não são melhores que isso, não pode deixar de surgir a questão de saber se não estamos superestimando sua necessidade

para a humanidade e se fazemos bem em basearmos nela nossas existências culturais.⁴¹

Freud sustenta que a religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade. Tal como a neurose obsessiva das crianças, ela surgiu do complexo de Édipo, do relacionamento com o pai.

Se, por um lado, a religião traz consigo restrições obsessivas, exatamente como num indivíduo faz a neurose obsessiva. Por outro, ela abrange um sistema de ilusões plenas de desejo juntamente com um repúdio da realidade, tal como não encontramos em parte alguma senão num estado de confusão alucinatória.

Por fim, conclui Freud dizendo que:

Assim, tenho de contradizê-lo quando prossegue argumentando que os homens são completamente incapazes de passar sem a consolação da ilusão religiosa, que, sem ela, não poderiam suportar as dificuldades da vida e as crueldades da realidade. Isso é certamente verdade quanto aos homens em que se instilou o doce (ou agridoce) veneno desde a infância. Mas, e os outros, os que foram mais sensatamente criados? Os que não padecem da neurose talvez não precisem de intoxicante para amortecê-la. Encontrar-se-ão, é verdade, numa situação difícil. Terão de admitir para si mesmos toda a extensão de seu desamparo e insignificância na maquinaria do universo; não podem mais ser o centro da criação, o objeto de terno cuidado por parte de uma Providência beneficente. Estarão na mesma posição de uma criança que abandonou a casa paterna, onde se achava tão bem instalada e tão confortável. Mas não há dúvida de que o infantilismo está destinado a ser superado. Os homens não podem permanecer crianças para sempre; têm de, por fim, sair para a 'vida hostil'. Podemos chamar isso de '*educação para a realidade*'. Precisaré confessar-lhe que o único propósito de meu livro é indicar a necessidade desse passo à frente ?⁴²

Den Himmel überlassen wir

Den Engeln und den Spatzen.

"Deixemos o Céu aos anjos e aos pardais"⁴³

Todos os textos até agora analisados foram importantes para entender a construção do pensamento freudiano ligado à busca da felicidade. Esta "doutrina" da busca da felicidade de Sigmund Freud tem como obra derradeira "O Mal-Estar na Civilização" que será objeto de estudo no tópico a seguir.

⁴¹ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 47-48.

⁴² FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 58.

⁴³ Do poema de Heine, *Deutschland (Caput)*. FREUD, Sigmund. Op.cit., p. 59.

1.8 O Mal-Estar na Civilização (1930 [1929])

É difícil escapar à impressão de que em geral as pessoas usam medidas falsas, de que buscam poder, sucesso e riqueza para si mesmas e admiram aqueles que os têm, subestimando os autênticos valores da vida.

O Mal-Estar na Civilização

Sigmund Freud

1.8.1 Breve Histórico

No âmbito internacional "O Mal-Estar na Civilização" foi definitivamente o texto de maior influência, e também o mais sombrio, escrito por Sigmund Freud. Nenhuma das ideias esboçadas na obra são propriamente novas. Freud, inicialmente, já as havia exposta em cartas, no ano de 1890, ao seu amigo e confidente Flies. Uma década depois as expusera em o artigo "Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna", e repetira-as em "O Futuro de uma Ilusão", ambos já analisados. O que torna o "Mal-Estar" diferente e revolucionário são as análises e conclusões advindos dos pensamentos já elaborados.

Freud teve vontade de dar outro título ao ensaio. "Meu trabalho talvez pudesse se chamar", escreveu a Eitingon em julho de 1929, "se realmente precisa de um título: A infelicidade na cultura" - *Das Unglück in der Kultur*.⁴⁴

Curiosamente, quase como um prenúncio do que havia sido escrito, cerca de uma semana antes que Freud enviasse o manuscrito de "O Mal-Estar" - em 29 de outubro, a Bolsa de Valores de Nova York quebrou. Começando o que seria conhecida como a Grande Depressão.

Por mais sombria que fosse a mensagem de "O Mal-Estar", a obra teve uma enorme popularidade, tendo sido vendido os 12 mil exemplares da primeira edição, em apenas um ano.⁴⁵

Na obra anterior, "O Futuro de uma Ilusão", Freud deixou claro que civilização humana significa, em sua visão, tudo aquilo em que a vida humana se elevou de sua condição animal e, com isso, difere da condição vida dos animais.⁴⁶ E complementou afirmando que des-

⁴⁴ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 546.

⁴⁵ Ibidem, p. 555.

⁴⁶ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 15-16.

preza a distinção entre os termos cultura e civilização. Importante frisar que em razão desta última colocação exista tantas diferenças nas traduções do título do livro “O Mal-Estar na Civilização”, pois alguns tradutores deram o nome de “O Mal-Estar na Cultura”.⁴⁷

1.8.2 A Obra

Já no início da obra “O Mal-Estar na Civilização”, Freud confessa a dificuldade em se trabalhar cientificamente sentimentos, como por exemplo a felicidade. Pode-se tentar descrever seus sinais fisiológicos, mas não o seu verdadeiro âmago.

Passa, então, Freud a tema ambicioso: qual é a finalidade da vida. A questão finalidade da vida humana já foi posta inúmeras vezes, por outros pensadores. Entretanto, jamais se encontrou resposta satisfatória, e talvez não se tenha. Muitos dos que puseram a questão em pauta acrescentaram: se a vida não tiver finalidade, perderá qualquer valor. Será?

As doutrinas religiosas afirmam conseguir responder à indagação sobre a finalidade da vida. Talvez porque a ideia de uma finalidade na vida exista em função do próprio sistema religioso, conforme abordado em “O Futuro de Uma Ilusão”.

Questão menos ambiciosa diz respeito ao que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida. O que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes, afirma Freud.

Essa busca da felicidade humana comporta dois lados muito bem definidos, segundo o autor. Uma meta positiva e outra negativa: quer o homem, por um lado, a ausência de dor e desprazer e de outro a vivência de fortes prazeres.

No sentido mais estrito, e popular, a palavra “felicidade” se refere apenas à vivência de fortes prazeres. Interessante notar que a atividade dos homens se desdobra em duas direções, segundo procure realizar uma ou outra dessas metas - predominante ou mesmo exclusivamente.

É simplesmente o programa do princípio do prazer que estabelece a finalidade da vida. Infelizmente esse princípio está em desacordo com o mundo inteiro. Afirmar Freud que: “É

⁴⁷ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

absolutamente inexecutável, todo o arranjo do Universo o contraria; podemos dizer que a intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha no plano da 'Criação'".⁴⁸

Aquilo que chamamos de "felicidade", no sentido popular, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico. Quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em um morno bem-estar. Somos constituídos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado.⁴⁹

Logo, nossas possibilidades de felicidade são restritas por nossa constituição psicológica, não havendo, por óbvio, a possibilidade do Estado modificar a situação aplicando o direito a busca da felicidade.⁵⁰

Ao contrário, a infelicidade é bem mais fácil de ser experimentada. Esta, provavelmente, se acha no plano da "Criação". O sofrer (infelicidade) nos ameaça a partir de três lados bem delimitados na obra "O Mal-Estar".

A primeira ameaça advém do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência.

Já a segunda ameaça diz respeito ao mundo externo que pode se abater sobre nós com forças poderosas, inexoráveis e destruidoras.

E, por fim, a terceira ameaça proveniente das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta última fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro. Tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem.

Sob a pressão destas possibilidades de sofrimento, os indivíduos costumam moderar suas pretensões à felicidade. Se alguém se dá por feliz ao escapar à desgraça e sobreviver ao tormento, se em geral a tarefa de evitar o sofrer impele para segundo plano a de conquistar o prazer.

⁴⁸ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 30.

⁴⁹ Goethe chega a advertir: "Nada é mais difícil de suportar do que uma série de dias belos".

FREUD, Sigmund. Op.cit., p. 31.

⁵⁰ Ou Princípio da Busca da Felicidade.

Nesta esteira de pensamento afirma Jésus Santiago, no artigo “Freud e sua Política da Felicidade”:

A interpretação lacaniana desse elemento econômico do trabalho da civilização exprime-se, fundamentalmente, pela noção de um mais-de-gozar, concebida como um excedente de satisfação obtido pela “renúncia ao gozo” (LACAN, 1968-1969/2007). A delimitação conceitual do campo lacaniano do gozo permite apreender a impossibilidade da felicidade plena e sua contrapartida, qualquer que seja o lugar de sua realização e de implicação, ou seja: o mais-de-gozar. Isto quer dizer que, do ponto de vista da vida civilizada, o aspecto totalizante do gozo perde todo o seu valor. No fundo, esse último aspecto do gozo absoluto apenas tem valor para a função mítica do pai de *Totem a tabu*. Nos termos da psicanálise, o marco de toda formação social humana se inscreve pelo limite que se impõe com o assassinato do pai gozador, figura que exprime a dimensão ilimitada e absoluta do gozo. Em última instância, o assassinato do pai se presentifica pelo valor de excedente do gozo, cuja operacionalidade se institui por intermédio do efeito de subtração, determinado pelos investimentos do sujeito no mercado do gozo próprio de cada etapa histórica da civilização. Deduz-se, a partir daí, que, para Freud, o móvel de toda busca da felicidade introduz o horizonte da figura mítica do pai da horda selvagem, uma vez que apenas o pai gozador é plenamente feliz.⁵¹

Como então alcançar a felicidade? O direito pode ajudar na empreitada? Vários caminhos foram propostos por diversos pensadores de outras escolas de sabedoria de vida.

A satisfação irrestrita de todas as necessidades se apresenta como a maneira mais tentadora de conduzir a vida, mas significa pôr o gozo à frente da cautela, trazendo logo o seu próprio castigo. A civilização e o direito em si repudiam as pessoas e os atos voltados exclusivamente à aquisição do gozo (prazer). Aqui já percebemos que caso o indivíduo opte por esse caminho o Estado não o auxiliará com o direito à busca da felicidade.

Outros métodos nos quais evitar o desprazer é a intenção predominante se diferenciam conforme a fonte de desprazer a que mais dirigem a atenção. Alguns são extremos, outros, moderados, alguns são unilaterais e outros atacam vários pontos simultaneamente.

O deliberado isolamento, o afastamento dos demais é a salvaguarda mais disponível contra o sofrimento que pode resultar das relações humanas. A felicidade que se pode alcançar por essa via é a da quietude. Contra o mundo externo a pessoa só pode se defender por algum tipo de distanciamento. Neste caso a fonte de sofrimento advinda da relação com os outros seres humanos é atenuada.

Mas os métodos mais interessantes para prevenir o sofrimento são aqueles que tentam influir no próprio organismo. Afinal, o sofrimento é apenas sensação, existe somente na

⁵¹ SANTIAGO, Jésus. Freud e sua política da felicidade. *Revista de Estudos Lacanianos*, v. 1, n. 2, 2008.

medida em que o sentimos, e nós o sentimos em virtude de certos arranjos de nosso organismo.

1.8.3 Da Intoxicação

O método mais cru, mas também mais eficaz de exercer tal influência no organismo é o químico, a intoxicação. Fato é que substâncias de fora do corpo que, uma vez presentes no sangue e nos tecidos, produzem em nós sensações imediatas de prazer, e também mudam de tal forma as condições de nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de acolher impulsos desprazerosos.

Os dois efeitos não só acontecem ao mesmo tempo, como parecem intimamente ligados.

O serviço dos narcóticos na luta pela felicidade e no afastamento da miséria é tão valorizado como benefício, que tanto indivíduos como povos lhes reservaram um sólido lugar em sua economia libidinal. A eles se deve não só o ganho imediato de prazer, mas também uma parcela muito desejada de independência em relação ao mundo externo.

Sabe-se que com o uso dos narcóticos podemos nos subtrair à pressão da realidade a qualquer momento e encontrar refúgio num mundo próprio que tenha melhores condições de sensibilidade.

É notório que justamente essa característica dos entorpecentes determina também o seu perigo e nocividade. Em algumas circunstâncias eles são culpados pelo desperdício de grandes quantidades de energia que poderiam ser usadas na melhoria da sorte humana.

Se a intoxicação é um método eficaz para prevenir o sofrimento e entregar alguma felicidade porque o Estado a repudia, em regra? Por que apenas algumas substâncias químicas, como o álcool, são permitidas e outras proibidas? Mais uma vez é o Estado/Direito traçando o caminho da (in) felicidade da população. Deste modo, vamos chamar de “Felicidade Estatal” as formas permitidas pelo Estado para que o indivíduo obtenha alguma felicidade. A “Felicidade Estatal”, por si só, é arbitrária e demagógica, afinal traça um rol de possibilidades socialmente aceitas de “felicidade”. O cidadão pode se embriagar com álcool e a conduta é socialmente aceita, ao passo que o uso de drogas, ditas ilícitas, catapulta o indivíduo para a margem da sociedade, pois é uma felicidade não aceita.

Analisando por outro ângulo: se o Estado aceita o álcool como forma de obter alguma felicidade, e inclusive tributa essa felicidade, detêm a pessoa direito à busca da felicidade de consumir a sua bebida?

1.8.4 Domínio das Fontes Internas

1.8.4.1 Felicidade da Quietude

A satisfação de instintos é felicidade. Por isso causa muito sofrer se o mundo exterior nos deixa à míngua, recusando-se a nos saciar as carências. Assim, em tese, o domínio das fontes internas das necessidades instintuais geraria a felicidade.

Isso ocorre, de modo extremo, na sabedoria do Oriente com os praticantes iogues. Qualquer outra atividade é abandonada (e a vida, sacrificada) para adquirir-se, apenas, a felicidade da quietude.

Entretanto, a sensação de felicidade ao satisfazer um impulso instintual selvagem, não domado pelo Eu, é incomparavelmente mais forte do que a obtida ao saciar um instinto domesticado.

Na minha percepção a felicidade na quietude funciona de forma esplendida como fuga da realidade. Há um sacrifício da vida real em detrimento de uma vivência vazia de experiências e contatos humanos. Entretanto, a felicidade da quietude possui um prazo de validade. Tal validade é imposta pela capacidade da pessoa em dar as costas aos impulsos selvagens. Estes impulsos não são ignorados e sim armazenados, como numa panela de pressão que provavelmente irá explodir em alguma fase da vida.

1.8.4.2 Sublimação dos Instintos

Outra técnica de afastar o sofrimento recorre aos deslocamentos da libido que nosso aparelho psíquico permite, através dos quais sua função ganha muito em flexibilidade. A tarefa consiste em deslocar de tal forma as metas dos instintos, que eles não podem ser atingidos pela frustração a partir do mundo externo.

A sublimação dos instintos empresta aqui sua ajuda. O melhor resultado é obtido quando se consegue elevar suficientemente o ganho de prazer a partir das fontes de trabalho

psíquico e intelectual. Deste modo, o destino não pode fazer muito contra a felicidade do indivíduo.

São exemplos de sublimação dos instintos a alegria do artista no criar, ao dar corpo a suas fantasias; a alegria do pesquisador na solução de problemas e na apreensão da verdade. Esta técnica parece a Sigmund Freud a mais “fina e elevada”.

Entretanto, mais uma vez, a sua intensidade é amortecida, comparada à satisfação de impulsos instintuais grosseiros e primários como a prática do sexo e a agressividade contra os outros, conforme será visto.

A fraqueza desse último método está em não ser de aplicação geral, no fato de poucos lhe terem acesso. Ele pressupõe talentos e disposições especiais, que não se acham presentes em medida eficaz. Também a esses poucos ele não pode assegurar completa proteção do sofrimento, não lhes proporciona um escudo impenetrável aos dardos do destino e costuma falhar, quando o próprio corpo é a fonte do sofrer.⁵² Neste último procedimento é nítida a intenção de tornar-se independente do mundo exterior, buscando suas satisfações em processos internos psíquicos. As mesmas características surgem, também, no próximo método.⁵³

1.8.4.3 Ilusões

Agora, neste novo método, o vínculo com a realidade é ainda mais frouxo, a satisfação é obtida de ilusões que a pessoa reconhece como tais, sem que a discrepância entre elas e a realidade lhe perturbe a fruição. As ilusões são originárias da vida de fantasia. Entre as satisfações pela fantasia se destaca a fruição de obras de artes, que por intermédio do artista se

⁵² Não havendo uma disposição que prescreva imperiosamente a direção dos interesses vitais de alguém, o trabalho acessível a todos pode ocupar o lugar que lhe é proposto pelo sábio conselho de Voltaire. Não é possível, nos limites de um panorama sucinto, examinar satisfatoriamente a importância do trabalho para a economia libidinal. Nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo se insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que oferece de deslocar para o trabalho e os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais - narcísicos, agressivos e mesmo eróticos - empresta-lhe um valor que não fica atrás de seu caráter imprescindível para a afirmação e justificação da existência na sociedade. A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendores existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados. E, no entanto, o trabalho não é muito apreciado como via para a felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 36.

⁵³ Ibidem, p. 35.

torna acessível aos que não são eles mesmos criadores. Ela difere da felicidade obtida pela sublimação dos instintos, como por exemplo pela produção da obra de arte em si. No caso em tela, a satisfação é obtida pela fruição da obra de arte produzida por outrem.⁵⁴

Quem é sensível à influência da arte nunca a estima demasiadamente como fonte de prazer e consolo para a vida. A suave narcose em que nos induzir a arte não consegue produzir mais que um passageiro alheamento às durezas da vida, não sendo forte o bastante para fazer esquecer a miséria real.

Aqui, curiosamente, há um reconhecimento estatal da importância da arte, mesmo que de forma demagógica. Definitivamente, ela se encontra no “menu” do que denomino “Felicidade Estatal”. O maior exemplo disso é a existência no Brasil da “Bolsa Cultura”, além da obsessão da mídia nacional em colocar a arte como forma de resgate dos pobres, salvando-os das drogas e criminalidade. Nada mais falso, infantil e mentiroso.

1.8.4.4 Realidade como Inimiga

O próximo procedimento é mais radical, pois enxerga a realidade como a única inimiga, a fonte de todo o sofrimento. Todos os laços com a realidade devem ser rompidos para ser feliz em algum sentido.

O eremita dá as costas a este mundo, nada quer saber dele.

Entretanto, pode-se fazer mais para combater esta realidade que se apresenta. Pode-se tentar refazê-la, construir outra em seu lugar, nos qual os aspectos mais intoleráveis sejam eliminados e substituídos por outros conforme o próprio desejo. O indivíduo revoltoso que trilha este caminho para uma suposta felicidade, normalmente nada alcança. Afinal, a realidade é forte demais. Esta pessoa se torna uma louca, que em geral não encontra quem a ajude na execução de seu delírio.⁵⁵

É de particular importância o caso em que grande número de pessoas empreende conjuntamente a tentativa de assegurar a felicidade e proteger-se do sofrimento através de uma delirante modificação da realidade. É o chamado delírio de massa, como o caso das religiões da humanidade. Por óbvio, quem partilha o delírio jamais o percebe. O delírio de

⁵⁴ Ibidem, p. 37.

⁵⁵ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p.37-38.

massa ocasionado pelas religiões foi exaustivamente analisado por Freud em “O Futuro de uma Ilusão”.

1.8.4.5 Realização Positiva de Felicidade

Amor

Esta outra técnica também procura a independência face ao destino e, com esse propósito, localiza a satisfação em processos psíquicos internos, valendo-se aí do caráter deslocável da libido. Neste caso, não há o afastamento do mundo exterior, pelo contrário, agarra-se aos seus objetos e obtém felicidade de uma relação afetiva para com eles.

Apega-se, apaixonadamente, por uma realização positiva de felicidade. Freud fala daquela orientação de vida que tem o amor como centro, que espera toda satisfação do amar e ser amado. Essa atitude psíquica é familiar a todos nós.

Uma das formas de manifestação do amor, o amor sexual, nos proporcionou a mais forte experiência de uma sensação de prazer avassaladora, dando-nos assim o modelo para nossa busca da felicidade. Nada mais natural do que insistirmos em procurá-la no mesmo caminho em que a encontramos primeiro - amor sexual.⁵⁶

O lado frágil dessa técnica de vida é claro. Estamos desprotegidos, infelizes, quando perdemos o objeto amado ou seu amor.

O pensamento ocidental possui um verdadeiro fascínio em relação ao amor. A análise de livros, filmes e músicas mostra o amor como a fonte para solução de quase todos os problemas da humanidade. Parece-me um exagero absurdo, que acaba por transformar àquele que não é amado em um “leproso social”, alguém de segunda categoria, alguém que não merece ser amado, merecedor de toda a infelicidade do mundo.

1.8.4.6 Gozo da Beleza

A felicidade pode ser buscada, também, no gozo da beleza, onde quer que ela se mostre a nossos sentidos e nosso julgamento. Seja na beleza das formas e dos gestos humanos, de objetos naturais e de paisagens, de criações artísticas e mesmos científicas.

⁵⁶ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 39.

Essa atitude estética para com o objetivo da vida não oferece muita proteção contra a ameaça do sofrer, mas compensa muitas coisas. A fruição da beleza tem uma qualidade sensorial peculiar, suavemente inebriante. A “beleza” e a “atração” são características do objeto sexual. É digno de nota que os genitais mesmos, cuja visão tem efeito excitador, quase nunca sejam tidos como belos.⁵⁷

Importante observação deve ser feita neste ponto. O gozo da beleza nos dias atuais está intimamente ligada à estética corporal e facial. O pensamento ocidente idolatra as pessoas belas. São elas fontes de referência para toda uma sociedade. Não por outro motivo, vivemos numa época de celebridades vazias, focadas, apenas, na estética.

Assim, essa beleza que inicialmente é uma fonte de felicidade se torna razão da infelicidade com o passar dos anos e com o perecimento do corpo.

Não nos surpreendamos se num futuro próximo alguém procurar o judiciário brasileiro pleiteando uma, ou várias, cirurgias plásticas estéticas, a serem custeadas pelo Estado, alegando o chamado direito à busca da felicidade - direito de ser esteticamente feliz.

1.8.5 Conclusão Parcial

Pelo exposto, conclui Sigmund Freud, de maneira parcial, que o programa de ser feliz, que nos é imposto pelo princípio do prazer, é irrealizável. Entretanto, não somos capazes de abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distante a sua realização. Nisso há diferentes caminhos que podem ser tomados, seja dando prioridade ao conteúdo positivo da meta - a obtenção de prazer, ou ao negativo - evitar o desprazer.

Em nenhum desses caminhos podemos alcançar tudo o que desejamos. No sentido moderado em que é admitida como possível, a felicidade constitui um problema da economia libidinal do indivíduo. Não há um caminho único para todas as pessoas. Cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz. Fatores variados atuarão para influir na escolha individual. Depende, basicamente, de quanta satisfação real o homem pode esperar do mundo exterior e de que ponto é levado a fazer-se independente do mundo. E, também, afinal, de

⁵⁷ Ibidem, p. 39.

quanta força ele se atribui para modificá-lo conforme seus desejos. Neste ponto a constituição psíquica do indivíduo será decisiva.⁵⁸

Aquele predominantemente erótico dará prioridade às relações afetivas com outras pessoas. O narcisista, inclinado à autossuficiência, buscará as satisfações principais em seus eventos psíquicos internos. O homem de ação não largará o mundo externo, no qual pode testar sua força. No citado narcisista, a natureza de seus dons e a medida de sublimação instintual que lhe é possível determinarão onde colocará seus interesses.

Afirma Freud que toda decisão extrema terá como castigo o fato de expor o indivíduo aos perigos inerentes a uma técnica de vida adotada exclusivamente e que se revele inadequada. É sábio não esperar toda satisfação de uma única tendência, segundo ele.

Quem possuir uma constituição libidinal particularmente desfavorável e não tiver passado apropriadamente pela transformação e reordenação de seus componentes libidinais, imprescindível para realizações posteriores, terá problema em obter felicidade da sua situação eterna, ainda mais quando for colocado frente a tarefas mais difíceis. De nada adiantando o Estado aplicar o direito à busca da felicidade.

A última técnica de vida, que ao menos lhe promete satisfações substitutivas, é a fuga pra a doença neurótica, que em geral ele empreende ainda jovem. O indivíduo que numa idade posterior fracassa nos esforços pela felicidade, encontra ainda consolo no prazer obtido por meio da intoxicação crônica, ou faz a desesperada tentativa de rebelião que é a psicose.⁵⁹

1.8.6 A Religião

A religião estorva esse jogo de escolha e adaptação, ao impor igualmente a todos o seu caminho para conseguir felicidade e guardar-se o sofrimento. Sua técnica consiste em rebaixar o valor da vida e deformar delirantemente a imagem do mundo real, o que tem por pressuposto a intimidação da inteligência. A este preço, pela veemente fixação de um

⁵⁸ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 40.

⁵⁹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p.42.

infantilismo psíquico e inserção num delírio de massa, a religião consegue poupar a muitos homens a neurose individual.⁶⁰

Existem muitos caminhos que podem levar à felicidade, tal como é acessível ao ser humano, mas nenhum que a ela conduza seguramente, segundo Freud.

1.8.7 Por que é tão difícil para os homens serem felizes?

Freud, em “O Mal-Estar na Civilização” indicou as três fontes de onde vem o sofrer humano: a prepotência da natureza; a fragilidade de nossos corpos; e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade (Social).

No tocante às duas primeiras, nosso julgamento não tem por que hesitar: ele nos obriga ao reconhecimento dessas fontes do sofrer e a rendição ao inevitável sofrer oriundo delas. Tal constatação não produz um efeito paralisante, pelo contrário, ele mostra à nossa atividade a direção que deve tomar.

Atitude diferente temos para com a terceira fonte de sofrimento, a social. Boa parte de nossa culpa por nossa miséria vem do que é chamado de civilização. Seríamos mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condição primitiva?⁶¹

No esteio das viagens de descobrimento, estabelecemos contato com tribos e povos primitivos. Devido à observação insuficiente e à compreensão equivocada de seus usos e costumes, eles pareceram, aos europeus, levar uma vida simples, feliz, de poucas necessidades, inatingíveis para os visitantes culturalmente superiores.

Posteriormente, descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais, e conclui-se então que, se estas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidade de felicidade.

Afinal, de que nos vale uma vida mais longa, se ela for penosa, pobre em alegrias e tão plena de dores que só poderemos saudar a morte como uma redenção?

⁶⁰ Ibidem, p. 42.

⁶¹ Uma análise profunda sobre esta temática foi realizada pelo sociólogo Pedro Demo em: DEMO, Pedro. *Dialética da felicidade: olhar sociológico pós-moderno*, volume I. Petrópolis: Vozes, 2001. _____, *Dialética da felicidade: insolúvel busca de solução*, volume II. Petrópolis: Vozes, 2001. _____, *Dialética da felicidade: felicidade possível*, volume III. Petrópolis: Vozes, 2001.

Parece fora de dúvida que não nos sentimos bem em nossa atual civilização, mas é difícil julgar se, e em que medida, os homens de épocas anteriores sentiram-se mais felizes, e que papel desempenharam nisto suas condições culturais.

Na percepção freudiana, sempre nos inclinaremos a apreender nossa miséria objetivamente, isto é, a nos transportar para tais condições com as nossas exigências e suscetibilidades, para então examinar que ocasiões nelas veríamos para experimentar felicidade ou infelicidade. Entretanto, a felicidade é algo inteiramente subjetivo.

1.8.8 Direito

O traço característico da civilização diz respeito ao modo como são reguladas as relações dos homens entre si, as relações sociais: ao indivíduo enquanto vizinho, enquanto colaborador, como objeto sexual de outro, como membro de uma família e de um Estado.

O poder de uma comunidade se estabelece como “Direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. Tal substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo.

A exigência cultural seguinte é a de justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo.

O resultado final desta formatação cultural deve ser um direito para o qual todos contribuem com sacrifícios de seus instintos, e que não permite que ninguém se torne vítima da força bruta. Freud afirma peremptoriamente que a liberdade individual não é um bem cultural. Afinal, o impulso de liberdade se dirige contra determinadas formas e reivindicações da civilização, ou contra ela simplesmente.

Boa parte da peleja da humanidade se concentra em torno da tarefa de achar um equilíbrio adequado. Ou seja, que traga felicidade entre tais exigências individuais e aquelas do grupo. É um dos problemas que concernem ao seu próprio destino, a questão de se este equilíbrio é alcançável mediante uma determinada configuração cultural ou se o conflito é insolúvel.

Por essas razões, Arnaldo Sampaio de Moraes Gogoy, no artigo “O Contrato Social em Sigmund Freud” sustenta que:

O contrato social é poderosíssima construção conceitual e institucional da tradição ocidental. Com diferenças de pormenor, revela a intuição de que abdicamos de nossa liberdade originária em troca de segurança que a vida em sociedade propiciaria.

Para Sigmund Freud, o contrato social é fonte de angústias. A renúncia de nossas pulsões teria como resultado direto a constatação de que a sociedade fracassa em proporcionar a felicidade que se espera dela. É esta percepção freudiana que orienta as reflexões vindouras.

O custo da aceitação é a renúncia absoluta de nossa condição original. O índice de abovimento da existência é a impressão digital que toca nas grandes oportunidades da vida social. O necessário amesquinamento das pulsões é a chave interpretativa dos porquês de nossas frustrações.

Perdemos a guerra imaginária que nosso inconsciente trava contra a cultura. O pacto social se mostra como um contrato de adesão. As cláusulas que pactuamos são nossas amarras. Revelam a fragilidade de nossa vontade, o vício de nossa alternativa e o erro das nossas opções.⁶²

Deste modo, sustentar a existência de um direito à busca da felicidade me parece totalmente contraditória. Direito e felicidade, conforme exposto, são totalmente incompatíveis. O direito é fonte de infelicidade na medida em que é uma das razões dos sacrifícios dos instintos que, de alguma forma, poderiam gerar a felicidade do indivíduo.

1.8.9 Amor

Afirma Freud que a descoberta de que o amor sexual (genital) proporciona ao indivíduo as mais fortes vivências de satisfação, dá-lhe realmente o protótipo de toda felicidade. Por isso, deve tê-lo feito continuar a busca da satisfação vital no terreno das relações sexuais, colocando o erotismo genital no centro da vida.

Prossegue dizendo que assim ele se torna dependente, de maneira preocupante, de uma parte do mundo exterior, ou seja, do objeto amoroso escolhido. Fica ele exposto ao sofrimento máximo, quando é desprezado pelo objeto amoroso ou o perde graças à morte ou à infidelidade.

Por causa disso, os sábios de todas as épocas desaconselharam enfaticamente esse caminho do amor. Não obstante, ele jamais deixou de atrair um grande número de seres humanos, mormente na cultura ocidental passada e atual.

⁶² GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O contrato social em Sigmund Freud. *Consultor Jurídico*, São Paulo. 16 out. 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-out-16/embargos-culturais-contrato-social-sigmund-freud>>. Acesso em: 23 out. 2013.

Uma pequena minoria pode, devido à sua constituição, achar felicidade pela via do amor, mais isso requer vastas alterações psíquicas da função amorosa.

Tais pessoas se fazem independentes da concordância do objeto, ao deslocar o peso maior de ser amado para amar. Elas protegem-se da perda do objeto, ao voltar seu amor igualmente para todos os indivíduos, e não para objetos isolados. Assim, evitam as oscilações e decepções do amor genital afastando-se da meta sexual deste, transformando o instinto em um impulso inibido na meta.

Nessa utilização do amor para o sentimento interior de felicidade, quem mais avançou, segundo Freud, foi, provavelmente, São Francisco de Assis, levando-se em conta a época histórica do “Mal-Estar na Civilização”.

De imediato Freud expõe as suas objeções a essa forma de ser “feliz”. Um amor que não escolhe parece a ele perder uma parte do seu valor, ao cometer injustiça com o objeto. Além disso, nem todos os humanos são dignos de amor. Afirmação que concordo de forma absoluta.

1.8.10 Frustração da Vida Sexual

O Neurótico

O trabalho psicanalítico ensinou que são justamente as frustrações da vida sexual que os indivíduos chamados de neuróticos não suportam. Frustrações advindas, em sua maioria, das privações dos instintos efetuadas pela civilização.

Os neuróticos criam, com seus sintomas, gratificações substitutivas que, no entanto, causam sofrimento ou tornam-se fonte de sofrimento, ao lhe criar dificuldades com o ambiente e a sociedade.

Mas a civilização ainda requer outros sacrifícios além da satisfação sexual.

1.8.11 Outras Exigências da Civilização

"Amar o outro"

A pista nos pode ser fornecida por uma das chamadas exigências ideais da sociedade civilizada. Consubstanciada na seguinte frase: “Ama teu próximo como a ti mesmo”.

Diante da mencionada frase, Sigmund Freud faz algumas indagações:

Por que deveríamos fazer isso?
 Em que nos ajudará?
 Sobretudo, como levar isso a cabo?
 Como nos será possível?

Segundo o autor, o meu amor é algo precioso para mim, algo que não posso despendar irresponsavelmente. Encontra, ainda, outras dificuldades. Esse desconhecido não apenas não é digno de amor em geral. Honestamente, ele tem mais direito à minha hostilidade, até ao meu ódio.

Outra máxima da civilização consubstanciada na frase “*Ama teus inimigos*”, também é objeto de análise e assombro por parte de Freud.

A verdade por trás dessas máximas, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre outros dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade.

Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seus trabalhos sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo.⁶³

A civilização tem de recorrer a tudo para pôr limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações, através de formações psíquicas reativas.

Daí, portanto, o uso de métodos que devem instigar as pessoas a estabelecer identificações e relações amorosas inibidas em sua meta, daí as restrições à vida sexual e também o mandamento ideal de amar o próximo como a si mesmo, que verdadeiramente se justifica pelo fato de nada ser mais contrário à natureza humana original.

Evidentemente não é fácil, para os homens, renunciar à gratificação de seu pendor à agressividade. Eles não se sentem bem ao fazê-lo.

⁶³ "O homem é o lobo do homem" como já dito por Thomas Hobbes.

Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor por que para ele é difícil ser feliz nela.

O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança.

1.8.12 Inibição da Agressividade

De que meio se vale a cultura para inibir, tornar inofensiva, talvez eliminar a agressividade que a defronta?

A agressividade é introjetada, internalizada. É propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. A tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido, Freud chama de consciência de culpa, e ela se manifesta como necessidade punição.

A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada.

1.8.13 Conclusão

Em conclusão, Freud afirma que o preço do progresso cultural é a perda de felicidade, pelo acréscimo do sentimento de culpa. Em nota de rodapé o autor cita uma passagem de “Hamlet”: “Assim a consciência nos torna a todos covardes [...]” e completa afirmando:

O fato de ocultar ao jovem o papel que a sexualidade terá em sua vida não é a única recriminação que se deve fazer à educação atual. Ela também peca em não prepará-lo para a agressividade, de que ele certamente será objeto. Ao soltar os jovens na vida com uma orientação psicológica tão incorreta, a educação age como quem envia pessoas para uma expedição polar com roupas de verão e mapas dos lagos italianos. Torna-se aí evidente certo abuso das exigências éticas. A severidade destas não prejudicaria muito, caso a educação dissesse: “Assim deveriam ser os homens, para serem felizes e tornarem os outros felizes; mas é preciso ter em conta que eles não são assim”. Em vez disso, fazem o jovem acreditar que todos os demais cumprem as prescrições éticas, que são virtuosos. Nisso é fundamentada a exigência de que ele também o seja.⁶⁴

Provavelmente o citado sentimento de culpa produzido pela cultura não é reconhecido como tal. Ele permanece inconsciente e vem à luz como um mal-estar, uma insatisfação para a qual se busca outras motivações.

⁶⁴ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 107.

As religiões reconhecem o papel do sentimento de culpa na cultura, inclusive fornecem a redenção da humanidade de tal sentimento a que chamam de pecado.

No processo de desenvolvimento do indivíduo, conserva-se a principal meta do programa do princípio do prazer, achar a satisfação da felicidade, e a integração ou adaptação a uma comunidade aparece como uma condição inevitável, que se deve cumprir para a alcançar a meta felicidade. Se pudéssemos fazê-lo sem esta condição, seria talvez melhor. Em outros termos, o desenvolvimento individual nos aparece como um produto da interferência de duas tendências: a aspiração à felicidade, que habitualmente chamamos de “egoísta”, e a aspiração à união com outros na comunidade, que denominamos “altruísta”. No desenvolvimento individual a ênfase cai geralmente na aspiração egoísta ou à felicidade; a outra, que pode ser chamada “cultural”, contenta-se, via de regra, com o papel restritivo. É diferente no processo cultural. Nele o principal é, de longe, a meta de criar uma unidade a partir dos indivíduos humanos; a meta da felicidade ainda existe, mas é impelida para segundo plano; quase parece que a criação de uma grande comunidade humana teria êxito maior se não fosse preciso preocupar-se com a felicidade do indivíduo.⁶⁵

Também, em conclusão, afirma Jésus Santiago que:

Ao meu ver, o essencial da política de felicidade concebida como um dos nomes do impossível se traduz pelo aforisma lacaniano de que “não há felicidade a não ser do falo” (LACAN 1969-1970/1992). É verdade que essa formulação traduz o fato de que a felicidade não pode articular-se atualmente de outra maneira que não seja como um fator integrante da dimensão política. Como se viu, o próprio Freud afirma a sua descrença com relação ao emprego das tentativas terapêuticas da experiência ética antiga para obter o bem nos moldes de uma verdadeira disciplina da felicidade, na medida em que facilmente se transmutam em formas imperativas de acesso ao bem. Nos tempos atuais, os caminhos da disciplina ética que favorecem a função da virtude expressa pelo princípio de evitamento de todo excesso, e que, permitem ao homem escolher o que razoavelmente pode fazê-lo feliz, se mostram, assim, obstruídos.⁶⁶

Para Freud, o indivíduo que segue à risca os preceitos éticos da civilização põe-se em desvantagem diante daquela pessoa que o ignora. “Que poderoso obstáculo à cultura deve ser a agressividade, se a defesa contra ela pode tornar tão infeliz quanto ela mesma!”.⁶⁷

⁶⁵ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 115.

⁶⁶ SANTIAGO, Jésus. Freud e sua política da felicidade. *Revista de Estudos Lacanianos*, v. 1, n. 2, 2008.

⁶⁷ Ibidem, p. 119.

A certeza a que se chega é que os juízos de valor dos homens são inevitavelmente governados por seus desejos de felicidade, e que, portanto, são uma tentativa de escorar suas ilusões com argumentos.

CAPÍTULO II

O COMEÇO DA TRANSPOSIÇÃO DA FELICIDADE PARA O DIREITO

A BUSCA DA FELICIDADE NA DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Quando forçados, portanto a recorrer às armas para uma reparação, um apelo ao tribunal mundial fez-se necessário para nos justificarmos. Essa era a finalidade da Declaração de Independência. Não descobrir novos princípios ou novos argumentos nunca antes considerados, não meramente dizer coisas que jamais haviam sido ditas, mas expor à humanidade o senso comum da questão em termos simples e firmes, de modo a obter sua aprovação e legitimar a posição de independência que somos forçados a adotar. Sem objetivar originalidade de princípios ou sentimentos, e ao mesmo tempo sem copiar qualquer texto anterior, o documento pretendia ser uma expressão do pensamento americano e dar a essa expressão o tom e o espírito que a ocasião exigia.⁶⁸ (grifo nosso)

Thomas Jefferson a Henry Lee, 1825 (Escritos, 1984)

⁶⁸ To Henry Lee, Monticello, May 8, 1825

DEAR SIR, Your favor of Apr. 29 has been duly recieved, and the offer of mineralogical specimens from Mr. Myer has been communicated to Dr. Emmet our Professor of Natural history. The last donation of the legislature to the University was appropriated specifically to a library and apparatus of every kind. But we apply it first to the more important articles of a library, of an astronomical, physical, & chemical apparatus. And we think it safest to see what these will cost, before we venture on collections of mineral & other subjects, the last we must proportion to what sum we shall have left only. The Professor possesses already what he thinks will be sufficient for mineralogical and geological explanations to his school. I do not know how far he might be tempted to enlarge his possession by a catalogue of articles and prices, if both should be satisfactory. If Mr. Myer chuses to send such a catalogue, it shall be returned to you immediately, if the purchase be not approved. That George Mason was the author of the bill of rights, and the constitution founded on it, the evidence of the day established fully in my mind. Of the paper you mention, purporting to be instructions to the Virginia delegation in Congress, I have no recollection. If it were anything more than a project of some private hand, that is to say, had any such instructions been ever given by the convention, they would appear in the journals, which we possess entire. But with respect to our rights, and the acts of the British government contravening those rights, there was but one opinion on this side of the water. All American whigs thought alike on these subjects. When forced, therefore, to resort to arms for redress, an appeal to the tribunal of the world was deemed proper for our justification. This was the object of the Declaration of Independence. Not to find out new principles, or new arguments, never before thought of, not merely to say things which had never been said before; but to place before mankind the common sense of the subject, in terms so plain and firm as to command their assent, and to justify ourselves in the independent stand we are compelled to take. Neither aiming at originality of principle or sentiment, nor yet copied from any particular and previous writing, it was intended to be an expression of the American mind, and to give to that expression the proper tone and spirit called for by the occasion. All its authority rests then on the harmonizing sentiments of the day, whether expressed in conversation, in letters, printed essays, or in the elementary books of public right, as Aristotle, Cicero, Locke, Sidney, &c. The historical documents which you mention as in your possession, ought all to be found, and I am persuaded you will find, to be corroborative of the facts and principles advanced in that Declaration. Be pleased to accept assurances of my great esteem and respect. Disponível em: <<http://www.let.rug.nl/usa/presidents/thomas-jefferson/letters-of-thomas-jefferson/jefl282.php>>. Acesso em 21 jan. 2014.

É comum aos operadores do direito⁶⁹, ao citarem a busca da felicidade, fazerem referência ao que parece ser a eles a fonte, o nascedouro, da ideia dentro do direito, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

Conforme se verá à frente, com maior profundidade, foi o que aconteceu, em Julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, no bojo do Recurso Extraordinário de número 328232. Nele o Ministro Relator afirmou que:

Uma das razões mais relevantes para a existência do direito está na realização do que foi acentuado na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 1776, o direito do homem de buscar a felicidade. Noutras palavras, o direito não existe como forma de tornar amarga a vida dos seus destinatários, senão de fazê-la feliz”⁷⁰ (grifos nossos).

No presente capítulo irei investigar se o uso da felicidade citada na Declaração de Independência possui semelhanças tais que possam ser usadas, várias décadas depois pelo judiciário, mormente o brasileiro. Para tanto, tentaremos entender o contexto histórico e social de sua elaboração.

E, principalmente, sob a perspectiva Freudiana, que tipo de felicidade era buscada pelos norte americanos ao elaborarem a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776.

2.1 A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América⁷¹

Na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, Thomas Jefferson lança uma proposta americana de liberdade no contexto de uma tendência mundial de rejeitar a centralização do poder em monarquias hereditárias. Ou seja, de início já se percebe que a ideia central da Declaração estava ligada à liberdade do povo em detrimento de um poder centralizador externo e abusivo.

A Declaração de Independência possui cinco partes distintas. No primeiro parágrafo encontramos a introdução do documento. Em seguida um preâmbulo, que, sem sombra de dúvidas, é a parte da Declaração mais conhecida. O corpo principal, por sua vez, é dividido

⁶⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal do Brasil. Homologação de Sentença Estrangeira - SE 6467 / Estados Unidos da América, julgada em 22/05/2000.

⁷⁰ BRASIL, Supremo Tribunal Federal: Agravo de Instrumento n. 548.146/AM, Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 2005.

⁷¹ A íntegra da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América pode ser encontrada no Anexo I da presente dissertação.

em duas partes: uma lista de reclamações e descrições das tentativas de soluções das citadas reclamações (conhecida como a seção dos irmãos britânicos). E, por fim, uma conclusão.⁷²

2.1.1 A Introdução

Quando, no Curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligam a outro e assumir, entre os poderes da Terra, situação independente e igual a que lhe dão direito as Leis da Natureza e de Deus, o correto respeito às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que levam a essa separação.⁷³

A introdução, como se pode perceber, está escrita em termos bem gerais, de modo a poder ser aplicada à situação de quase todos os povos oprimidos. Põe o conflito no contexto da história mundial, elevando o que poderia ser interpretado como uma disputa colonial a uma questão de princípio, representada no palco mundial. Além disso, classifica os americanos como “um povo”, deixando claro que não se trata de discutir uma guerra civil, mas sim um conflito entre duas nações separadas.⁷⁴

2.1.2 O Preâmbulo

Consideramos estas verdades evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade. - Que para garantir esses direitos são instituídos entre os Homens Governos que derivam os seus justos poderes do consentimento dos governados; Que toda vez que uma Forma qualquer de Governo ameace destruir esses fins, cabe ao Povo o Direito de alterá-la ou aboli-la e instituir um novo Governo, assentando sua fundação sobre tais princípios e organizando-lhe os poderes da forma que pareça mais provável de proporcionar Segurança e Felicidade.⁷⁵ (grifos nossos)

O preâmbulo é a seção mais famosa da Declaração de Independência. Nele, Jefferson apresentou um resumo surpreendentemente conciso e elegante dos princípios iluministas de governo. Mas, ao mesmo tempo, estabeleceu também o direito de revolução. Jefferson termina o preâmbulo afirmando que “a história do atual Rei da Grã-Bretanha é uma história de repetidas injúrias e usurpações... Para provar isso, permitam-nos submeter os Patos a um mundo franco” (sic). Esses fatos são apresentados na lista de agravos que se segue. Há um total de 28 agravos, organizados não em ordem cronológica, mas temática: os de 1 a 12 referem-se aos abusos do poder executivo, como a suspensão das leis coloniais e o estabelecimento de um

⁷² DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 43.

⁷³ Introdução traduzida da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

⁷⁴ DRIVER, Stephanie Schwartz. *Op.cit.*, p. 44.

⁷⁵ Preâmbulo traduzido da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

exército permanente em tempos de paz; os de 13 a 22 listam medidas inconstitucionais, como a tributação injusta ou as restrições comerciais; de 23 a 27 referem-se à declaração de guerra; e o agravo final acusa o rei de não responder às petições que lhe foram submetidas.⁷⁶

Saqueou nossos mares, devastou nossas Costas, incendiou nossas cidades e destruiu a vida de nosso povo.

Está, agora mesmo, transportando grandes Exércitos de Mercenários estrangeiros para completar a obra de morte, desolação e tirania já iniciada em circunstâncias de Crueldade e perfidia raramente igualadas nas eras mais bárbaras e totalmente indignas do Chefe de uma nação civilizada.

Segundo Stephanie Schwartz, essa linguagem inflamada, quase bíblica em sua formulação, destinava-se a atrair o leitor do documento. Foi composta não apenas para converter qualquer americano ainda não comprometido com a revolução, mas para mudar a opinião estrangeira em favor da causa americana.

Ao que me parece, quando Jefferson cita como direito do homem a busca da felicidade não está entregando uma “cláusula geral” onde todo e qualquer desejo humano pode ser colocado. Diante do contexto histórico da Declaração de Independência a busca da felicidade possui uma conotação de autodeterminação do povo americano, obtenção de liberdade frente a um Estado opressor, no caso a Inglaterra.

Usar o direito a busca da felicidade, inscrito na Declaração de Independência, décadas depois para corroborar decisões judiciais atuais me parece um tanto temerário.

2.1.3 Seção dos “Irmãos Britânicos”

E não deixamos de chamar a atenção de nossos irmãos britânicos. De tempos em tempos, nós os advertimos sobre as tentativas de seu Legislativo de estender sobre nós uma jurisdição insustentável. Lembramos-lhe as circunstâncias de nossa emigração e de nosso estabelecimento aqui. Apelamos para sua justiça e magnanimidade inatas e os conclamamos, pelos laços de nosso parentesco, a repudiar essas usurpações, que inevitavelmente romperiam nossos vínculos e nossas relações. Permanecerem também surdos à voz da justiça e da consanguinidade. Temos, portanto, de aceder à necessidade de anunciar a nossa Separação e considerá-los, como consideramos todos os outros seres humanos, Inimigos na Guerra e Amigos na Paz.

Esse parágrafo, algumas vezes denominada seção dos “irmãos britânicos”, descreve as formas pelas quais os colonos procuravam corrigir a situação pacificamente. Utiliza palavras

⁷⁶ DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 44-45.

curtas e aliteração, em contraste com o restante do documento, personalizando ainda mais o discurso.⁷⁷

Finalmente, na conclusão, a Declaração completa o círculo. Retorna à linguagem formal e discursiva do começo. Nas primeiras palavras, refere-se à necessidade de “dissolver os laços políticos” que ligam um povo a outro - e na conclusão o faz enfaticamente, declarando “que todo vínculo político entre elas (as colônias) e a Grã-Bretanha seja, e deva ser, totalmente dissolvido”. Segue afirmando os direitos que pertencem às nações, de comércio independente e de formar alianças, antes de retornar a uma sentença que restabelece a natureza pessoal do apelo: “E em apoio a esta Declaração, com a firme confiança na proteção da Providência divina empenhamos mutualmente nossa Vida, nossa Fortuna e nossa Honra Sagrada”.⁷⁸

2.2 A Principal Influência: Algernon Sidney

O texto inicial da Declaração de Independência dos Estados Unidos foi elaborada por Thomas Jefferson. Ele não tinha a intenção de ser original, ou mesmo inovar, tanto que escreveu mais tarde que:

“Toda a sua originalidade, encontra-se nos sentimentos harmonizadores da época, quer expressos em conversas, cartas e ensaios, quer na bibliografia básica de domínio público, como Aristóteles, Cícero, Locke, Sidney”.⁷⁹

De todos estes autores clássicos citados acima por Jefferson, o pensamento do político inglês Algernon Sidney (1622-83) teve influência marcante na elaboração da declaração. Muitas das ideias de Sidney estão por trás das posições adotadas pelos grandes filósofos iluministas que o seguiram, incluindo os principais políticos norte-americanos. Algernon Sidney lutou ao lado dos parlamentares durante a Guerra Civil Inglesa e foi membro do Parlamento Longo (Long Parliament). Acusado de traição foi condenado e decapitado por agir contra o rei Carlos II. As obras de Sidney eram muito respeitadas nas colônias norte-americanas. Seus trabalhos foram largamente citados por John Adams, Benjamin Franklin, Samuel Adams e James Madison. Na visão de Sidney, a liberdade - o direito de buscar a felicidade e a segurança financeira - era um direito concedido por Deus. As leis, construídas pelo homem, existem ape-

⁷⁷ DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 46.

⁷⁸ Ibidem, p. 46-47.

⁷⁹ Ibidem, p. 32.

nas para proteger e preservar a liberdade. A ideia de que a lei deveria ser obedecida sem muito esforço agradava ao povo americano, que se sentia injustiçado pelas regras inadequadas impostas por um governo distante, desconhecedor de sua situação particular. Como os pensadores iluministas, para quem era uma inspiração, Sidney defendia o questionamento à autoridade. “Quem calça um sapato que machuca o pé só porque o sapateiro lhe diz que é bem feito? [...] Aqueles que são dotados de razão, entendimento ou bom senso farão uso desses atributos, e deverão fazê-lo, nas coisas que dizem respeito a si próprios e à sua posteridade.” Ao assumir essa posição crítica em relação aos governantes, as pessoas serão capazes de garantir que o governo permaneça justo. Seu apoio radical à revolução conquistou muitos adeptos nas colônias, especialmente porque toda rebelião deveria ser iniciada somente após uma investigação racional. No entanto, seu apelo não era por uma insurreição temerária, mas por um governo representativo responsável.⁸⁰

A fermentação política nas colônias norte-americanas ocorria no contexto do Iluminismo, o movimento de transformação intelectual que se espalhou por toda a Europa e pelo Novo Mundo. A Declaração de Independência foi inspirada nas ideias iluministas - e também serviu para lhes dar forma. Jefferson e Franklin são considerados os principais expoentes desse pensamento, e a Declaração é um de seus textos canônicos. Em uma ordem social racional, de acordo com a teoria iluminista, o governo existe para proteger o direito do homem de ir em busca da sua mais alta aspiração, que é essencialmente a felicidade ou o bem estar. O homem é motivado pelo interesse próprio (sua busca da felicidade), e a sociedade/governo é uma construção social, destinada a proteger cada indivíduo, permitindo a todos viver juntos de forma mutuamente benéfica.⁸¹

2.3 Conclusão

Liberdade Frente ao "Tirano"

Conforme demonstrado, principalmente na esteira de pensamento de Algernon Sidney, a busca da liberdade constante da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América está intimamente ligada ao conceito de liberdade dos povos, autodeterminação e principalmente direito à propriedade. Não há como fugir ao momento histórico vivido pela Améri-

⁸⁰ DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 32-35.

⁸¹ *Ibidem*, p. 46.

ca, de uma guerra de independência contra a Inglaterra. A liberdade da Declaração somente pode ser lida neste contexto, sob pena de deturpação como é tão comum àqueles que citam arbitrariamente o chamado direito comparado sem entender a história e sociedade por detrás de uma determinada lei alienígena.

Sob a ótica Freudiana, a Declaração de Independência representa uma contraposição à felicidade individual do “tirano”, do ditador, segundo expresso em “O Futuro de uma Ilusão”:

Assim, na realidade, só um a única pessoa se poderia tornar irrestritamente feliz através de uma tal remoção das restrições da civilização, e essa pessoa seria um tirano, um ditador, que se tivesse apoderado de todos os meios de poder. E mesmo ele teria todos os motivos para desejar que os outros observassem pelo menos um mandamento cultural: ‘não matarás’.⁸²

Os colonos americanos buscam retirar das mãos do rei a felicidade do “ditador” que detêm, à época, o poder de fazer o que bem entender com suas colônias. Com isso se rebelam contra o rei, obviamente sem observar o mandamento religioso e cultural de não matar, afinal estavam diante de uma guerra pela independência.

A tirania e a dominação são impostas por meio do direito. Curiosamente, séculos depois, os operadores do direito irão cunhar o chamado direito à busca da felicidade, como se o ordenamento jurídico pudesse ajudar no alcançar da felicidade. A certeza que tenho é que o direito pode, certamente, entregar a infelicidade.

Importante observar, principalmente pela leitura da Seção dos “Irmãos Britânicos”, que durante o processo de guerra pela independência da América não ocorreu o fenômeno da perda dos valores morais e de civilização descritos por Sigmund Freud em “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte [A Desilusão Gerada e Nossa Atitude para com a Morte] (1915)”. A Declaração deixa bem clara que o inimigo é o rei é não os irmãos britânicos.

Situação totalmente diversa ocorreria durante a Primeira Grande Guerra Mundial, conforme descreveu Freud com maestria em “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte”.

⁸² FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 25.

CAPÍTULO III

SUPREME COURT OF THE UNITED STATES - PURSUIT OF HAPPINESS

O Poder Judiciário americano, mormente a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, há décadas aplica o chamado "direito" à busca da felicidade, ou *Pursuit of Happiness*, como nos famosos precedentes: Meyer v. Nebraska (262 U.S. 390, 1923) e Loving v. Virginia (388 U.S. 1, 1967). O foco do presente capítulo é investigar se a busca da felicidade na percepção jurídica norte americana possui uma matriz de direito efetivamente, ou mesmo de princípio.

Antes da análise dos julgados da "*Supreme Court of the United States*" entendo fundamental localizar o leitor em relação ao contexto histórico vivido pela América do Norte e o mundo no tocante aos primeiros precedentes que usaram o *Pursuit of Happiness*. Esse contexto é importante principalmente frente aos dois primeiros casos: Meyer v. Nebraska (262 U.S. 390, 1923) e Pierce v. Society of Sisters.

De 28 de julho de 1914 até 11 de novembro de 1918 o mundo se viu mergulhado na Primeira Grande Guerra Mundial. Os horrores praticados pelos alemães, principalmente na Bélgica, geraram uma repulsa da comunidade internacional.

No dia 6 de abril de 1917, os Estados Unidos da América declararam guerra contra os alemães e seus aliados. Um grande volume de soldados, tanques, navios e aviões de guerra foram utilizados para que a vitória da *Entente*⁸³ fosse assegurada. A guerra foi ganha, mas algo havia se perdido, além de vidas: a ilusão. É o que afirma Freud:

Além disso, trouxe à luz um fenômeno quase incrível: as nações civilizadas se conhecem e se compreendem tão pouco, que uma pode voltar-se contra a outra com ódio e asco. Na verdade, uma das grandes nações civilizadas é tão universalmente impopular, que realmente se pode tentar excluí-la da comunidade civilizada como sendo 'bárbara', embora de há muito tenha provado sua adequação pelas magníficas contribuições que prestou a essa comunidade. Vivemos na esperança de que as páginas de uma história imparcial venham provar que essa nação, em cuja língua escrevemos e para cuja vitória nossos entes queridos estão combatendo, foi precisamente aquela que menos transgrediu as leis da civilização. Mas numa época como essa quem ousará erigir-se como juiz em causa própria?⁸⁴

⁸³ A Tríplice Entente era formada pelo Reino Unido, França e Império Russo.

⁸⁴ FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 315.

Ou seja, nos Estados Unidos da América havia ódio e asco em relação aos alemães e sua cultura, mesmo após o término da Primeira Guerra Mundial e tendo a Alemanha perdido o conflito.

3.1 Meyer v. Nebraska (262 U.S. 390, 1923)⁸⁵

A lei estadual que proíbe, sob pena, o ensino em qualquer escola particular, confessional, paroquial ou pública, de qualquer linguagem moderna, diferente do inglês, para qualquer criança que não se graduado na oitava série, invade a liberdade garantida pela Décima Quarta Emenda e excede o poder do Estado.

Justice McReynolds⁸⁶

O professor Robert T. Meyer foi julgado e condenado pela Corte do Distrito de Hamilton, Nebraska, em 25 de maio de 1920, pois, enquanto professor da Zion Parochial School, ensinou leitura em língua alemã para Raymond Parpart, uma criança de dez anos, que não havia terminado a oitava série.

Robert Meyer recorreu da condenação e a Suprema Corte de Nebraska, por sua vez, confirmou a sentença da Corte do Distrito de Hamilton e considerou que a lei que proibia o ensino de outras línguas, que não o inglês, não entrava em conflito com a 14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América⁸⁷, mas era um exercício válido do poder de polícia estatal.

⁸⁵ Disponível em: < <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/262/390/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ AMENDMENT XIV

Passed by Congress June 13, 1866. Ratified July 9, 1868.

Article I, section 2, of the Constitution was modified by section 2 of the 14th amendment.

Section 1. All persons born or naturalized in the United States, and subject to the jurisdiction thereof, are citizens of the United States and of the State wherein they reside. No State shall make or enforce any law which shall abridge the privileges or immunities of citizens of the United States; nor shall any State deprive any person of life, liberty, or property, without due process of law; nor deny to any person within its jurisdiction the equal protection of the laws.

Section 2. Representatives shall be apportioned among the several States according to their respective numbers, counting the whole number of persons in each State, excluding Indians not taxed. But when the right to vote at any election for the choice of electors for President and Vice-President of the United States, Representatives in Congress, the Executive and Judicial officers of a State, or the members of the Legislature thereof, is denied to any of the male inhabitants of such State, being twenty-one years of age, and citizens of the United States, or in any way abridged, except for participation in rebellion, or other crime, the basis of representation therein shall be reduced in the proportion which the number of such male citizens shall bear to the whole number of male citizens twenty-one years of age in such State.*

Section 3. No person shall be a Senator or Representative in Congress, or elector of President and Vice-President, or hold any office, civil or military, under the United States, or under any State, who, having previously taken an oath, as a member of Congress, or as an officer of the United States, or as a member of any State legislature, or as an executive or judicial officer of any State, to support the Constitution of the United

O caso chegou à Suprema Corte dos Estados Unidos da América. No julgamento da causa, Justice McReynolds afirmou: “O problema em questão é saber se o estatuto, tal como interpretado e aplicado injustificadamente, infringiu a liberdade garantida ao requerente pela 14ª Emenda (“Nenhum Estado poderá privar qualquer pessoa da vida, liberdade ou propriedade, sem o devido processo legal.”).”⁸⁸

Embora a Suprema Corte americana, no caso em tela, não tenha definido com exatidão o conteúdo da expressão liberdade, esta pode ser entendida não apenas como a liberdade de contenção física, mas também o direito do indivíduo de contratar, de exercer qualquer uma das ocupações comuns da vida, de adquirir conhecimentos úteis, de se casar, estabelecer um lar e criar os filhos, adorar a Deus segundo os ditames de sua própria consciência, e para gozar desses privilégios reconhecidos pelo direito comum, como essenciais para o exercício regular da felicidade por homens livres.

Para Justice McReynolds a doutrina estabelecida é que esta liberdade não pode ser interferida, sob o pretexto de proteger o interesse público, por ação legislativa arbitrária ou sem relação razoável com algum propósito dentro da competência do Estado.

Para tanto, citou a Ordinance 1787 que estabelece o seguinte: “A religião, moralidade e conhecimento são necessários a um bom governo e a felicidade da humanidade, devendo as escolas e os meios de educação encorajá-los”.⁸⁹

Entendeu McReynolds que o mero conhecimento da língua alemã não pode ser considerado como prejudicial. Além disso, frisou que o professor Meyer ensinou a língua estrangeira em questão na escola como parte de suas ocupações.

States, shall have engaged in insurrection or rebellion against the same, or given aid or comfort to the enemies thereof. But Congress may by a vote of two-thirds of each House, remove such disability.

Section 4. The validity of the public debt of the United States, authorized by law, including debts incurred for payment of pensions and bounties for services in suppressing insurrection or rebellion, shall not be questioned. But neither the United States nor any State shall assume or pay any debt or obligation incurred in aid of insurrection or rebellion against the United States, or any claim for the loss or emancipation of any slave; but all such debts, obligations and claims shall be held illegal and void.

Section 5. The Congress shall have the power to enforce, by appropriate legislation, the provisions of this article.

Disponível em: <http://www.archives.gov/exhibits/charters/constitution_amendments_11-27.html>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁸⁸ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/262/390/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁸⁹ *Religion, morality, and knowledge being necessary to good government and the happiness of mankind, schools and the means of education shall forever be encouraged.*

Nas palavras de Justice McReynolds: “O direito de ensinar e o direito dos pais de escolher o modo de instruir seus filhos, pensamos, estão dentro da liberdade da Emenda Constitucional”.⁹⁰ Para McReynolds, no caso em comento, o Legislativo tentou interferir materialmente na contratação de professores de línguas modernas, na oportunidade dos alunos em adquirir conhecimentos e no poder dos pais de controlar a educação dos seus próprios filhos.

O poder do Estado de criar regulamentos razoáveis para todas as escolas, incluindo a exigência de que elas ministrem instruções em inglês, não é questionado. Nem se desafiou o poder do Estado de prescrever um currículo para as instituições que ele suporta. Estas questões não estão dentro da presente controvérsia.

Como visto, o julgamento não definiu o que seria felicidade, muito menos usou a felicidade como motivo para a decisão. Apenas afirmou que a obtenção dos direitos comuns, mormente a liberdade, são essenciais para o exercício regular da felicidade pelos homens livres.⁹¹

É importante firmar estes pontos, já que as decisões da Suprema Corte americana tem sido usadas de forma indiscriminada pelos operadores brasileiros no afã de corroborar a existência de um suposto direito à busca da felicidade ou mesmo princípio da busca da felicidade.

Sob a ótica freudiana o que disse o Tribunal Constitucional Americano é que o homem tem a liberdade de vivenciar as suas ilusões por meio da religião, que como já demonstrado é um caminho para minimizar o sofrimento humano. Entretanto, não se consegue obter felicidade por meio da religião, segundo Freud nas obras “O Futuro de uma Ilusão” e “O Mal-Estar na Civilização”:

A religião estorva esse jogo de escolha e adaptação, ao impor igualmente a todos o seu caminho para conseguir felicidade e guardar-se do sofrimento. Sua técnica consiste em rebaixar o valor da vida e deformar delirantemente a imagem do mundo

⁹⁰ Disponível em: < <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/262/390/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁹¹ *While this Court has not attempted to define with exactness the liberty thus guaranteed, the term has received much consideration and some of the included things have been definitely stated. Without doubt, it denotes not merely freedom from bodily restraint, but also the right of the individual to contract, to engage in any of the common occupations of life, to acquire useful knowledge, to marry, establish a home and bring up children, to worship God according to the dictates of his own conscience, and generally to enjoy those privileges long recognized at common law as essential to the orderly pursuit of happiness by free men.*

Disponível em: < <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/262/390/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

real, o que tem por pressuposto a intimidação da inteligência. A este preço, pela veemente fixação de um infantilismo psíquico e inserção num delírio de massa, a religião consegue poupar a muitos homens a neurose individual.

Tampouco a religião pode manter sua promessa. Quando o crente se vê finalmente obrigado a falar dos “inescrutáveis designios” do Senhor, está admitindo que lhe restou, como última possibilidade de consolo e fonte de prazer no sofrimento, apenas a submissão incondicional. E, se está disposto a isso, provavelmente poderia ter se poupado o rodeio.⁹²

Do mesmo modo, afirmou o Tribunal que o americano deve ser livre para obter conhecimento. Conhecimento este que Leonardo Da Vinci obteve na sua cruzada por felicidade - “Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância”.

Devido à sua sede (SIC) incansável de conhecimento Leonardo tem sido chamado o Fausto italiano. Embora longe de discutir a possível transformação do instinto investigação em prazer de viver - transformação que devemos considerar como fundamental na tragédia de Fausto - cremos poder arriscar a afirmação de que a evolução de Leonardo se aproxima do pensamento de Spinoza.⁹³

Por fim, disse o Tribunal que o homem deve ser livre para escolher com quem se casará. Este ponto será melhor abordado na análise do julgado *Loving v. Virginia* (388 U.S. 1, 1967).

⁹² FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 42-43.

⁹³ FREUD, Sigmund. *Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v, p. 69.

3.2 *Pierce v. Society of Sisters* (268 U.S. 510, 1925)⁹⁴

Após a Primeira Grande Guerra Mundial, alguns Estados americanos, preocupados com a influência dos imigrantes e dos valores estrangeiros, elaboraram leis destinadas a utilizar as escolas para promover uma “cultura americana comum”.

Os eleitores de Oregon aprovaram, em 7 de novembro de 1922, uma iniciativa que alterou Oregon Law Section 5259 - a Lei de Educação Obrigatória. A iniciativa de cidadania foi destinada, principalmente, à eliminação de escolas paroquiais, incluindo escolas católicas.

A Oregon Law Section, antes da alteração efetivada, exigia que as crianças do Oregon, entre 8 e 16 anos de idade, frequentassem a escola pública, com as seguintes exceções: a) crianças mentalmente ou fisicamente incapazes de frequentar a escola; b) crianças já graduadas na "oitava série"; c) crianças que vivessem além de uma determinada distância, por estrada, da escola mais próxima; d) crianças educadas em casa; e) crianças que frequentassem uma escola privada reconhecida pelo Estado.⁹⁵

A lei alterada pela iniciativa de 1922 eliminou, apenas, a exceção que autorizava a frequência em escolas privadas - item “e”.

Diante disto, dois tipos de oposição surgiram à alteração legislativa. A primeira da Hill Military Academy, que se preocupava, principalmente, com a perda de sua receita. A segunda oposição veio das escolas privadas religiosas geridas pela Society of Sisters of the Holy Names of Jesus and Mary, que estavam preocupadas com o direito dos pais de mandarem seus filhos para escolas paroquiais.

Em razão da não concordância com a mudança da Oregon Law Section, Hill Military Academy e a Society of Sisters of the Holy Names of Jesus and Mary processaram Walter Pierce, o Governador do Oregon.

No caso da Society of Sisters of the Holy Names of Jesus and Mary alegou-se conflito com o direito dos pais escolherem as escolas onde seus filhos irão receber treinamento mental e religioso apropriado. Além do direito da criança de influenciar na escolha de uma escola e o direito das escolas e dos professores de se envolverem em um negócio útil e em uma

⁹⁴ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/268/510/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁹⁵ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/268/510/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

profissão. Secundariamente, afirmou-se que os negócios sofreriam com base na mudança da lei. Ou seja, a alegação principal foi a de que o Estado do Oregon estava violando os direitos da 1ª Emenda da Constituição americana (tais como o direito de praticar livremente a sua religião). Já a alegação secundária foi a infringência dos direitos da 14ª Emenda da Constituição que visa à proteção da propriedade.

A Hill Military Academy, por sua vez, alegou que o ato contestado violava os direitos da corporação garantidos, também, pela 14ª Emenda da Constituição americana.

As escolas ganharam seus casos perante a *Oregon District Court*, que concedeu uma liminar contra a lei. O Governador do Oregon apelou e o caso foi julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América⁹⁶, que, após 10 semanas de deliberação, manteve, em 1º de junho de 1925, por unanimidade, a decisão da *Oregon District Court*.

O Governador do Oregon argumentou, perante a Suprema Corte dos Estados Unidos, que o Estado tinha um o interesse de supervisionar e controlar os fornecedores de educação das crianças do Oregon, chegando a chamar os alunos de "filhos do Estado". Ele afirmou que o interesse do Estado na supervisão da educação dos cidadãos e futuros eleitores era grande ao ponto de cancelar o direito dos pais de escolher um provedor de educação para os seus filhos. Com relação às alegações dos apelados de que a perda de negócios infringiu direitos expressos na 14ª Emenda da Constituição americana, o Governador sustentou que por serem eles corporações, e não indivíduos, a 14ª Emenda não se aplicaria a eles diretamente.

Sustentou o Governador, ainda, que as receitas de uma empresa não eram propriedade e, portanto, não estariam protegidas pela cláusula do devido processo da 14ª Emenda. Por fim, argumentou que, uma vez que a lei não foi programada para entrar em vigor até setembro do ano seguinte, os fatos foram levados à juízo prematuramente, visando proteger perigo futuro, e não para corrigir um problema atual.

Os apelados, por sua vez, responderam que não contestavam o direito do Estado de monitorar a educação, mas sim o direito de controle absoluto de escolha do sistema educacional por parte do Estado:

Não se questiona o poder do Estado de regular todas as escolas, de fiscalizar, supervisionar e examinar, bem como a seus professores e alunos; de exigir que todas

⁹⁶ *Supreme Court of the United States.*

as crianças em idade adequada frequentem uma escola, que os professores tenham bom caráter moral e disposição patriótica, que certos estudos claramente essenciais a uma boa cidadania devam ser ensinados, e que não deve ser ensinado o que é manifestamente contrário ao bem-estar público. (EUA 268 510, 534)⁹⁷

Responderam, ainda, que embora o Estado tivesse um grande interesse na educação, o interesse não era tão forte ao ponto do Estado interferir na escolha educacional de forma absoluta. Salvo situação de emergência, não caberia ao Estado o direito de exigir o comparecimento a qualquer tipo predeterminado de escola.

Durante o julgamento na Suprema Corte dos Estados Unidos, o Justice James Clark McReynolds afirmou que o Ato de 1922 interfere irrazoavelmente na liberdade dos pais e responsáveis de dirigir a criação e educação das crianças sobre seu controle e que a capacidade de fazer essa escolha foi uma "liberdade" protegida pela 14ª Emenda Constitucional.

O entendimento tradicional americano do termo liberdade exclui qualquer poder do Estado de obrigar os alunos a aceitar a instrução somente de escolas públicas.

Afirmou, ainda, McReynolds que as crianças não são meras criaturas do Estado e que aqueles que nutrem e dirigem seus destinos tem o direito de prepará-las para obrigações adicionais.

Aqui vale a observação feita por Sigmund Freud sobre a educação recebida pelos jovens em “O Mal-Estar na Civilização”:

O fato de ocultar ao jovem o papel que a sexualidade terá em sua vida não é a única recriminação que se deve fazer à educação atual. Ela também peca em não prepará-lo para a agressividade, de que ele certamente será objeto. Ao soltar os jovens na vida com uma orientação psicológica tão incorreta, a educação age como quem envia pessoas para uma expedição polar com roupas de verão e mapas dos lagos italianos. Torna-se aí evidente certo abuso das exigências éticas. A severidade destas não prejudicaria muito, caso a educação dissesse: “Assim deveriam ser os homens, para serem felizes e tornarem os outros felizes; mas é preciso ter em conta que eles não são assim”. Em vez disso, fazem o jovem acreditar que todos os demais cumprem as prescrições éticas, que são virtuosos. Nisso é fundamentada a exigência de que ele também o seja.⁹⁸

A liberdade para escolher a espécie de educação que os jovens receberão não adianta, por si só, como elemento de fomento da felicidade individual. Como dito, a educação é falha

⁹⁷ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/268/510/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

⁹⁸ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 107.

ao ocultar do jovem o papel que a sexualidade terá em sua vida. No que tange à agressividade, a educação tradicional, além de não prepará-lo, induz o jovem ao erro de “vender” a ideia de que a maioria das pessoas são virtuosas e pacíficas.

3.3 Loving v. Virginia (388 U.S. 1, 1967)⁹⁹

Dois residentes do Estado da Virgínia, uma americana negra (Mildred Jeter) e um americano branco (Richard Loving), casaram-se em junho de 1958 no Distrito de Columbia. Após, retornaram ao Estado da Virgínia e estabeleceram residência em Caroline County.

Em outubro de 1958, o casal foi acusado de violar a proibição de casamentos interracialis e acabaram por se declararem culpados da acusação, sendo sentenciados a um ano de cadeia. Entretanto, a sentença foi suspensa sob a condição dos Lovings deixarem o Estado, sem poderem retornar juntos por 25 anos.

Eles, então, fixaram residência no Distrito de Columbia. Em novembro de 1963, apresentaram uma moção à Corte Estadual para anular a sentença, alegando que o estatuto que eles tinham violado era contrário a 14ª Emenda Constitucional.

A moção foi negada e o casal perdeu em todas as instâncias, inclusive perante a Suprema Corte de Apelação do Estado da Virgínia que manteve a sentença, confirmando a constitucionalidade do estatuto anti-miscigenação.

Contra esta última decisão, o casal apelou à Suprema Corte dos Estados Unidos da América, que firmou “provável jurisdição” em 12 de dezembro de 1966.

O Justice Warren entendeu que o fato da Virgínia apenas proibir casamentos interracialis quando envolvessem pessoas da raça branca, demonstrava que a medida destinava-se a manter a supremacia branca.

A Corte afirmou, ainda, que ela constantemente negava a constitucionalidade de medidas que restringia os direitos dos cidadãos por motivos de raça e que, sem dúvidas, a restrição da liberdade de casar somente por conta da classificação de raça viola o significado central da Equal Protection Clause.

Justice Warren firmou o entendimento de que os estatutos impugnados também privavam os Lovings da liberdade sem o devido processo legal, em violação à cláusula do devido processo prevista da 14ª Emenda da Constituição Americana.

⁹⁹ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/388/1/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

Para a Corte, a liberdade de se casar tem sido reconhecida como um dos direitos pessoais fundamentais essenciais ao o exercício regular busca da felicidade¹⁰⁰ dos homens livres, sendo o casamento um dos direitos civis dos homens, fundamental à existência e sobrevivência (*Skinner v. Oklahoma*, 316 U.S. 535, 316 U.S. 541 – 1942). E, sob a Constituição dos Estados Unidos da América, a liberdade de casar-se, ou não, com uma pessoa de outra raça depende do indivíduo, e não pode ser violada pelo Estado.

No caso em tela, mais uma vez, não existe a afirmação de uma doutrina ou jurisprudência da felicidade. Ela é usada, apenas, como um reforço do argumento central, quase como uma figura de linguagem para reafirmar os direitos pessoais, mormente a liberdade.

Sob a ótica freudiana, reside aqui o maior dos engodos ligados à temática felicidade. É lugar comum na cultura ocidental que o amor é fonte primeira de felicidade. Tal erro advém da descoberta inicial do amor genital e da criação, posterior de um protótipo de felicidade, conforme explica Sigmund Freud em “O Mal-Estar na Civilização”:

Antes de investigar de onde pode vir a perturbação, o reconhecimento do amor como um fundamento da cultura nos propiciará uma digressão, a fim de preencher uma lacuna deixada anteriormente. Afirmamos que a descoberta de que o amor sexual (genital) proporciona ao indivíduo as mais fortes vivências de satisfação, dá-lhe realmente o protótipo de toda felicidade, deve tê-lo feito continuar a busca da satisfação vital no terreno das relações sexuais, colocando o erotismo genital no centro da vida. Prosseguimos dizendo que assim ele se torna dependente, de maneira preocupante, de uma parte do mundo exterior, ou seja, do objeto amoroso escolhido, e fica exposto ao sofrimento máximo, quando é por este desprezado ou o perde graças à morte ou à infidelidade. Por causa disso, os sábios de todas as épocas desaconselham enfaticamente esse caminho; não obstante, ele jamais deixou de atrair um grande número de seres humanos.¹⁰¹

Dando continuidade à explicação sobre a busca da felicidade no amor genital. Afirma Freud que:

Estou falando, claro, daquela orientação de vida que o amor como centro, que espera toda satisfação do amar e ser amado. Essa atitude psíquica é familiar a todos nós; uma das formas de manifestação do amor, o amor sexual, nos proporcionou a mais forte experiência de uma sensação de prazer avassaladora, dando-nos assim o modelo para nossa busca da felicidade. Nada mais natural do que insistirmos em procurá-la no mesmo caminho em que a encontramos primeiramente. O lado frágil

¹⁰⁰ *These statutes also deprive the Lovings of liberty without due process of law in violation of the Due Process Clause of the Fourteenth Amendment. The freedom to marry has long been recognized as one of the vital personal rights essential to the orderly pursuit of happiness by free men.*

Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/388/1/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

¹⁰¹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 64.

dessa técnica de vida é patente; senão, a ninguém ocorreria abandonar esse caminho por outro. Nunca estamos mais desprotegidos ante o sofrimento do que quando amamos, nunca mais desamparados infelizes do que quando perdemos o objeto amado ou seu amor. Mas com isso não encerramos o tema da técnica de vida baseada no valor de felicidade do amor; haverá muito mais a dizer sobre isso.¹⁰²

Nada mais comum, assim, que o judiciário ao tratar do tema felicidade o ligue ao amor genital, mormente o casamento entre duas pessoas. Que nada mais é do que um retorno à primeira experiência de prazer avassalador, o amor sexual.

Entretanto a realidade do casamento é bem mais crua e sofrida na maioria dos casos, bem distante da propaganda felicidade dos livros, filmes e novelas. É o que descreve Freud em *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna*, de 1908:

As pessoas bem informadas sabem que não exagero nessa descrição, e que muitos casos igualmente desastrosos podem ser encontrados a cada momento. É difícil para o não iniciado acreditar quão rara é a potência normal num marido e quão freqüente é a frigidez feminina no casal que vive sob o império da nossa moral sexual civilizada, que grau de renúncia exige freqüentemente de ambos os cônjuges o casamento e a que limites estreitos fica reduzida a vida conjugal - aquela felicidade tão ardentemente desejada. Já expliquei que nessas circunstâncias o desenlace mais óbvio é a doença nervosa, mas é preciso também assinalar que esse tipo de casamento continua a exercer sua influência sobre os poucos filhos, ou o filho único, gerado pelo mesmo. À primeira vista, parece um caso de hereditariedade, mas a um exame mais apurado comprova-se ser na realidade o efeito de poderosas impressões infantis. Uma esposa neurótica, insatisfeita, torna-se uma mãe excessivamente terna e ansiosa, transferindo para o filho sua necessidade de amor. Dessa forma ela o desperta para a precocidade sexual. Além disso, o mau relacionamento dos pais excita a vida emocional da criança, fazendo-a sentir amor e ódio em graus muito elevados ainda em tenra idade. Sua educação rígida, que não tolera qualquer atividade dessa vida sexual precocemente despertada, vai em auxílio da força supressora e esse conflito, em idade tão tenra, fornece todos os elementos necessários ao aparecimento de uma doença nervosa que durará toda a vida.¹⁰³

Deste modo, a educação ocidental não prepara o jovem para a vida. O papel da sexualidade é minimizado durante seus ensinamentos. A agressividade humana é ocultada, dando-se ênfase, apenas, nas obrigações morais e éticas do jovem frente à civilização. E pior, o casamento é pintado como a solução para a busca da felicidade. Encontraremos a felicidade no amor genital e, posteriormente, no casamento. Entretanto, a realidade nos atinge como um martelo: a sexualidade detém um poder avassalador na vida das pessoas; as pessoas são movidas pela agressividade e o casamento é fonte de infelicidade na maioria dos casos.

¹⁰² Ibidem, p. 39.

¹⁰³ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 206.

3.4 Outros Casos de Pursuit of Happiness na Supreme Court of the United States

Podemos citar outros casos em que a Suprema Corte dos Estados Unidos da América usou como fundamentação para decidir, também, o chamado Pursuit of Happiness, tais como: *Butcher's Union Co. v. Crescent City Co.*¹⁰⁴ (111 U.S. 746, 1884); *Yick Wo v. Hopkins*¹⁰⁵ (118 U.S. 356, 1886); *Griswold v. Connecticut*¹⁰⁶ (381 U.S. 479, 1965) e *Zablocki v. Redhail*¹⁰⁷ (434 U.S. 374, 1978).

3.5 Conclusão: Pursuit of Happiness e sua Ligação com a Liberdade Individual

Em todos os casos analisados na Suprema Corte dos Estados Unidos da América não há a criação de uma doutrina ou mesmo jurisprudência da busca da felicidade como querem fazer crer aqueles que sustentam a existência de um direito ou princípio da busca da felicidade no Brasil.

Conforme já exposto, a felicidade nos julgados americanos é usada como um reforço dos argumentos sem nenhuma preocupação mais aprofundada, quase como uma figura de linguagem. A citação da felicidade nos julgados e mesmo dentro da Declaração de Independência dos Estados Unidos possui uma íntima ligação com a ideia de liberdade. Liberdade de escolha do parceiro no matrimônio, liberdade de aprender uma nova língua (língua moderna), liberdade de escolher o estabelecimento educacional das crianças, liberdade religiosa etc.

Nos julgados, o que chama a atenção é o objetivo primeiro dos demandantes em retirar a influência exagerada do Estado no decidir sobre a vida dos cidadãos. Situações bem diferentes do que acontece em nosso país como se verá no próximo capítulo.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/111/746/>>. Acesso em 10 ago. 2012.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/118/356/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/381/479/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://supreme.justia.com/cases/federal/us/434/374/case.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

CAPÍTULO IV

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF E O USO JURÍDICO DA BUSCA DA FELICIDADE

No Brasil, no dia 14 de abril de 2008, o Supremo Tribunal Federal garantiu o direito de pessoa tetraplégica a ser submetida a uma cirurgia para a implantação de Marcapasso Diafragmático Muscular - MDM, tudo a custas do Estado, sendo que o mencionado tratamento é experimental e não constante do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A decisão foi exarada com base no que o STF chamou de Princípio da Busca da Felicidade.¹⁰⁸ Recentemente, o mesmo Tribunal constitucional reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar com fulcro, novamente, no direito à busca da felicidade.¹⁰⁹

O Superior Tribunal de Justiça do Brasil - STJ, por sua vez, já usou a busca felicidade, ora como um princípio, ora como direito, para resolução de conflitos envolvendo Direito das Famílias¹¹⁰, Direito da Criança e do Adolescente¹¹¹ e Direito Previdenciário¹¹².

Que direito à busca da felicidade é este usado pelos Tribunais? Existe realmente um direito à busca da felicidade? E a busca da felicidade como princípio? Não se trata de um engodo, de uma ilusão segundo a visão de Sigmund Freud?

As linhas a seguir tentarão responder a estas indagações. Entretanto, fazemos uma observação levantada por Sigmund Freud ao trabalhar com a felicidade: “Não é fácil trabalhar cientificamente os sentimentos. Pode-se tentar descrever os seus sinais fisiológicos”.¹¹³

¹⁰⁸ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Suspensão de Tutela Antecipada (STA) n. 223/PE, Relator: Ministro Celso de Melo. Brasília, 2008.

¹⁰⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 477554/MG, Relator: Ministro Celso de Melo. Brasília, 2011.

¹¹⁰ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.157.273/RN, Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 2010.

¹¹¹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência n. 108.442/SC, Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 2010.

¹¹² BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.026.981/RJ, Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 2010.

¹¹³ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 15.

4.1 Primeiros Resultados

Ao se buscar no Supremo Tribunal Federal sobre a temática felicidade o resultado inicial é bastante curioso. Isto porque a maioria dos dados apontam para pessoas com prenomes ou mesmo nomes de Felicidade. Este é o caso do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo n. 693395 / SP que tem como advogada a Dra. Juliana Felicidade Armede. Já no Agravo Regimental de n. 637417 AgR/DF encontramos como agravante a pessoa de Felicidade Fonseca Silva. Diversos outros resultados apontam para, por exemplo, Felicidade Juventina Emílio, Geraldo Felicidade Mapa e Maria Felicidade de Oliveira Firak.

Algumas pessoas dão nomes aos filhos para expressar desejos de vida, como Vitória e Felicidade. Sigmund Freud explica o seguinte sobre o desejo dos homens:

Então passaremos a questão menos ambiciosa: o que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida, o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes.¹¹⁴

A literatura brasileiro em diversas obras já mostrou esta verdadeira obsessão humana em relação à felicidade como por exemplo nos livros "Felicidade Clandestina"¹¹⁵ de Clarice Lispector, "Olhai os Lírios do Campo"¹¹⁶ de Érico Veríssimo, "A Viuvinha"¹¹⁷ de José de Alencar e mais recentemente "Felicidade"¹¹⁸, de Eduardo Giannetti. Provavelmente o começo desta literatura voltada para a felicidade começou com Epicuro em "Carta sobre a Felicidade"¹¹⁹.

Entretanto, o que realmente interessa ao presente trabalho são os julgados em que o Supremo Tribunal Federal usa a busca da felicidade com fundamentação para decidir, conforme se verá a seguir.

¹¹⁴ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v, p. 29-30.

¹¹⁵ LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

¹¹⁶ VERÍSSIMO, Erico. *Olhai os lírios do campo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹¹⁷ ALENCAR, José de. *A viuvinha*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

¹¹⁸ GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade*: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹¹⁹ EPICURO. *Carta sobre a felicidade*: (a Meneceu). Tradução de Álvaro Lorencini; Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 2002.

4.2 Novo Casamento e Felicidade. "Loving v. Virginia" no Brasil

A primeira vez em que o Supremo Tribunal Federal - STF usou a felicidade como fundamentação para decidir ocorreu na Homologação de Sentença Estrangeira - SE 6467 / Estados Unidos da América, julgada em 22/05/2000. Nicola Mary Tucker casou-se, em Miami, com Robert F. Jansen, em 11 de março de 1994. Em função de desavenças, o casal divorciou-se de forma amigável, sendo o ato formalizado mediante atuação do 11º Circuito Judicial - Divisão de Família, do Condado de Dade, Flórida. Após o divórcio, Nicola Mary passou a residir no Brasil e aqui pretendeu contrair novas núpcias. Para isso requereu ao STF a homologação da sentença de divórcio proferida na América.

Ao homologar a sentença de divórcio oriunda dos Estados Unidos da América, o Ministro Marco Aurélio, Vice-Presidente no exercício da presidência do STF, afirmou que “Sob o ângulo do móvel do pedido, consignado na inicial, muito embora o fato não fosse exigível, ressalto o direito do homem à constante busca da felicidade, da realização como ser humano, passando o fenômeno pela reconstrução familiar” (grifos nossos).

Importante informar, aos leitores mais jovens, que antes do advento da Emenda Constitucional de número 45/2004 o Supremo Tribunal Federal tinha a competência para homologar sentença estrangeira. Com a promulgação da mencionada Emenda Constitucional, a competência foi transferida para o Superior Tribunal de Justiça STJ conforme dicção do artigo 105, inciso I, alínea i, da Constituição Federal de 1988.¹²⁰

Claramente, a felicidade, neste caso, foi usada como uma “cereja acima do bolo”, uma palavra agradável e bonitinha para auxiliar na decisão, tudo sem nenhuma preocupação com o que seria chamado de direito à busca da felicidade, ou mesmo princípio da busca da felicidade. Não havia nenhuma preocupação, ao julgar o caso, em criar uma doutrina da felicidade nas terras brasileiras.

Aqui, o judiciário brasileiro incorre no mesmo erro praticado pela Suprema Corte americana, sob a ótica freudiana, ao ligar a felicidade de uma pessoa ao casamento, à perspectiva do amor genital, conforme já demonstrado.

¹²⁰ BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias; [...]

4.3 O Começo da Deturpação

Felicidade e Ônus Estatal

Passados mais de quatro anos, a felicidade voltou a ser usada pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil. Desta vez em decisão monocrática do Ministro Carlos Velloso, no Recurso Extraordinário de número 328232 do Estado do Amazonas, julgado em 04/04/2005. A demanda tratava de incorporação de vantagem - gratificação de produtividade, de servidor público que fora para a inatividade. Na decisão, o Ministro Relator manteve a gratificação incorporada ao salário do servidor, pois entendeu não haver sentido em retirar tal vantagem, pois estaria ela coberta pelo princípio da boa-fé. Na razões finais, Velloso afirmou que

Uma das razões mais relevantes para a existência do direito está na realização do que foi acentuado na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 1776, o direito do homem de buscar a felicidade. Noutras palavras, o direito não existe como forma de tornar amarga a vida dos seus destinatários, senão de fazê-la feliz”¹²¹ (grifos nossos).

Aqui tem início o uso sem critérios da felicidade nas decisões judiciais brasileiros. E o mais importante, buscando na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América a sua fonte, a chave para corroborar tudo ou qualquer coisa. Declaração de Independência, que como visto no primeiro capítulo do trabalho, que menciona a busca da felicidade em um contexto totalmente diverso dos tempos atuais. A busca da felicidade era a busca da liberdade do país e de seu povo.

O que chama à atenção no presente julgado nacional, em específico, é o uso da busca da felicidade para trazer ônus financeiro ao Estado brasileiro, algo que será muito comum nas decisões futuras. Bem diferente das decisões exaradas pela Suprema Corte americana que na maioria das decisões retira a margem de influência do Estado sobre as pessoas (liberdade). No Brasil, ocorre exatamente o contrário. Em terras brasileiras a busca da felicidade é usada trazer algum tipo de ônus ao Estado. É o ideal latino americano do Estado paternalista e mantenedor. Concepção totalmente diversa daquela desejada pelos "pais fundadores" da América do Norte que viam na busca da felicidade o ideal de liberdade e autodeterminação, onde o homem seria livre para adquirir propriedade sem a interferência estatal, nos moldes anglicanos.

¹²¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento n. 548.146/AM, Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 2005.

Comentando a citada decisão do STF, Saul Tourinho Leal afirma que o direito à busca da felicidade está implicitamente previsto na Constituição, por meio do princípio da dignidade da pessoa humana.¹²² Posição que discordamos frontalmente, afinal o julgado usou o “direito do homem de buscar a felicidade” como argumento retórico totalmente desprendido de qualquer objetivo maior ligado à felicidade como direito ou princípio.

Também acreditando que existe um direito à felicidade, são as palavras de Carlos Alberto Simões de Tomaz em "Direito à Felicidade".

O que pretendemos neste estudo foi demonstrar que o direito à felicidade é direito fundamental do homem. Não pode se reduzir a um imperativo hipotético, o que se percebe quando se divisa que aquilo que está em causa é a felicidade alheia, do outro, que deve guiar a autonomia da vontade do homem, como ser racional, em sua experiência cotidiana, a partir do momento em que compreende que sua felicidade pessoal depende da felicidade alheia.

É nessa exata medida que o direito à felicidade deixa de ser um imperativo hipotético, porque, aqui, a cooriginalidade entre o Direito e a moral, que nos leva a agir conforme leis universais, encontra-se na cotidianidade, nos costumes, fazendo, pois, parte do *ethos*. A razão prática toma, dessa forma, o Direito como ação, um agir, uma práxis, um saber prático ou uma arte, como se diz aqui e alhures, voltado para a realização da justiça como virtude ética.

Todavia, a experiência humana não se tem guiado nesse sentido e a tão defendida autonomia do Direito criado sob um pretenso monopólio do Estado não tem se revelado suficiente no sentido de realizar a felicidade humana.¹²³

Sob a perspectiva freudiana, a decisão faz uma ligação superficial entre a felicidade e a obtenção de recursos financeiros. Segundo Freud, a felicidade poderá ser alcançada na seara psíquica e não, exclusivamente, no campo monetário.

¹²² LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positivação e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 249.

¹²³ TOMAZ, Carlos Alberto Simões de. *Direito à felicidade*. Belo Horizonte: Folium, 2010, p. 105-106.

4.4 Medida Cautelar - União Homoafetiva

A Associação da Parada do Orgulho dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo e a Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo propuseram ação direta de inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, buscando a declaração da inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei número 9.278/96¹²⁴, que, ao regulamentar o parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988¹²⁵, reconheceu, unicamente, como entidade familiar, "a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família".

As entidades autoras sustentavam a sua pretensão na alegação de que a norma questionada dispensava às comunidades familiares, as uniões entre pessoas do mesmo sexo pautadas por relações homoafetivas.

Entretanto, a norma legal atacada - Lei número 9.278/96, resultou derogada diante da superveniência do novo Código Civil, cujo artigo 1.723¹²⁶, ao disciplinar o tema da união estável, reproduziu o mesmo conteúdo normativo constante do artigo impugnado.

Diante da mencionada derrogação o pedido em tela se tornou insuscetível de conhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal. Assim, em 03 de fevereiro de 2006, o Ministro Celso de Mello, julgando a medida cautelar na Ação de Direta de Inconstitucionalidade de número 3300 MC / Distrito Federal, nominou a busca da felicidade como um princípio.

Não obstante as razões de ordem estritamente formal, que tornam insuscetível de conhecimento a presente ação direta, mas considerando a extrema importância jurídico-social da matéria - cuja apreciação talvez pudesse viabilizar-se em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental -, cumpre registrar, quanto à tese sustentada pelas entidades autoras, que o magistério da doutrina, apoiando-se em valiosa hermenêutica construtiva, utilizando-se da analogia e invocando princípios fundamentais (como os da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não-discriminação e da busca da felicidade), tem revelado admirável percepção do alto significado de que se revestem tanto o reconhecimento do direito personalíssimo à orientação sexual, de um lado, quanto a proclamação da legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva

¹²⁴ Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

¹²⁵ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

¹²⁶ Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

como entidade familiar, de outro, em ordem a permitir que se extraiam, em favor de parceiros homossexuais, relevantes consequências no plano do Direito e na esfera das relações sociais. (grifos nossos)

A busca da felicidade como princípio? Ora não nos parece ter lógica esta colocação. Senão vejamos:

Os princípios, na definição de Dworkin, são padrões que devem ser observados, não porque vão promover ou assegurar uma situação econômica, política ou social considerada desejável, mas porque é uma exigência de justiça ou equidade ou alguma outra dimensão da moralidade.¹²⁷

Deste modo, os princípios, mesmo aqueles que mais se assemelham a regras, não apresentam consequências jurídicas que se seguem automaticamente quando as condições são dadas. Eles não se apresentam como “imperativos categóricos nem ordenações de vigência diretamente emanadas do legislador”. Ao contrário, enunciam motivos para que o aplicador se decida neste ou naquele sentido.

Noutras palavras, enquanto em relação às regras e sob determinada concepção de justiça – de resto integrada na consciência jurídica geral - , o legislador desde logo, e com exclusividade, define os respectivos suposto e disposição, ou seja, cada hipótese de incidência e a sua consequência jurídica, no que respeita aos princípios jurídicos ele se abstém de fazer isso, ou pelo menos de fazê-lo sozinho e por inteiro, preferindo compartilhar essa tarefa com aqueles que irão aplicá-los, porque sabe de antemão que é somente em face de situações concretas que essas espécies normativas logram atualizar-se e operar como verdadeiro mandatos de otimização.¹²⁸

Por serem mandamentos de otimização, os princípios são caracterizado por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas.

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido de acordo com um princípio e, de acordo com o outro, permitido -, um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção. Na verdade, o que ocorre é que um dos princípios tem precedência em face do outro sob determinadas condições. Sob outras condições a questão da precedência pode ser resolvida de forma oposta. Isso é o que quer dizer quando se afirma que, nos casos concretos, os princípios têm pesos diferentes e que os

¹²⁷ DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 42-44.

¹²⁸ COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 124.

princípios com o maior peso têm precedência. Conflitos entre regras ocorrem na dimensão da validade, enquanto as colisões entre princípios – visto que só princípios válidos podem colidir – ocorrem, para além dessa dimensão, na dimensão do peso.¹²⁹

Já Canotilho, afirma que os princípios interessar-nos-ão sobretudo na sua qualidade de verdadeiras normas, qualitativamente distintas das outras categorias de normas, ou seja, das regras jurídicas. Os princípios são normas jurídicas impositivas de uma optimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionamentos fáticos e jurídicos.¹³⁰

No campo da aplicação dos princípios, acrescenta Mártires Coelho, não se faz necessária a formulação de regras de colisão, porque essas espécies normativas – por sua própria natureza, finalidade e formulação – parece não se prestarem a provocar conflitos, criando apenas momentaneamente estados de tensão ou de mal-estar hermenêutico, que o operador jurídico *prima facie* verifica serem passageiros e plenamente superáveis no curso do processo de aplicação do direito.¹³¹

Na visão do professor Luis Prieto Sanchis:

Em otras palabras, si se acepta que los principios intervienen en la aplicación de las reglas y se reconoce que aquéllos no son aplicables a la manera de <todo o nada> o, lo que es lo mismo, se se reconoce que no podemos enumerar a priori los casos de aplicación de los principios, el corolario lógico es que tampoco podemos conocer exhaustivamente los casos de aplicación de las reglas.¹³²

Pelo exposto, a busca da felicidade, de forma clara e cristalina, não é um direito e muito menos um princípio. Para o caso em questão, união estável entre pessoas do mesmo sexo, o uso do princípio da dignidade humana seria o mais adequado, diante do seu acento constitucional¹³³.

¹²⁹ ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 93.

¹³⁰ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011, p. 1161.

¹³¹ COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 123.

¹³² SANCHÍS, Luis Prieto. *Sobre principios y normas*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992, p. 38-39.

¹³³ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

4.5 STA (Suspensão de Tutela Antecipada) n. 223-AgR/PE¹³⁴

Em 03 de dezembro do ano de 2006, Marcos José Silva de Oliveira foi vítima de assalto em via pública, sofrendo lesões graves na 1º e 2º vértebras cervicais por disparo de arma de fogo e, em virtude destes ferimentos, ficou tetraplegico de forma irreversível.

Em virtude do crime, a vítima propôs, perante o Juízo de Direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Recife/PE, ação de indenização por perdas e danos morais e materiais com pedido de antecipação de tutela.

Neste contexto, o juízo indeferiu o pedido de antecipação de tutela, tendo em vista "a necessidade de se analisar os limites de responsabilidade do Estado pela prestação do serviço de segurança pública a seu cargo".

O autor interpôs agravo de instrumento perante o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, obtendo do relator parcial provimento para que o Estado de Pernambuco, "incontinenti, pague todas as despesas necessárias à realização da cirurgia em comento, na forma e com o profissional requerido pela parte agravante".

Em cumprimento à determinação daquele Tribunal, o magistrado *a quo* determinou a "liberação da quantia depositada judicialmente, a qual deverá ser depositada em favor do médico, Dr. Abbott J. Krieger, na conta corrente por ele indicada", nos Estados Unidos da América.

Nesse contexto, o Estado de Pernambuco, ingressou perante o Supremo Tribunal Federal, em 10/03/2008, com pedido de suspensão de tutela antecipada.

Nessa mesma data, 10/03/2008, tendo em vista o despacho liberatório dos valores depositados em juízo, o Desembargador Francisco Bandeira de Mello, substituto do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo, suspendeu, "a título cautelar, a autorização de transferência integral do depósito efetuado pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Estadual".

¹³⁴ Decisão inicialmente trazida no Informativo de número 502 do STF, sob o título de "Tutela Antecipada e Responsabilidade Civil Objetiva do Estado - 2" - Processo STA - 223. Sendo publicada no DJ de número 47 do dia 14/03/2008 - Processos de Competência da Presidência - Suspensão de Tutela Antecipada número 223.

Diante da decisão proferida pela Presidência do Supremo Tribunal Federal em 12/03/2008, que, a pedido do Estado de Pernambuco, suspendeu a execução da decisão inicialmente proferida pelo relator do Agravo de Instrumento, em trâmite perante o egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o agravante (Marcos) formulou pedido pugnando pelo seu reexame, o qual foi indeferido, em 17/03/2008.

O interessado, ainda, interpôs novo pedido de reconsideração e recurso de agravo regimental. O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Vice-Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, aprovado pelo Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, opinou pelo desprovimento do agravo regimental.

Na sessão extraordinária do dia 14 de abril de 2008, o Supremo Tribunal Federal garantiu a Marcos José Silva de Oliveira o direito de se submeter a uma cirurgia para a implantação de Marcapasso Diafragmático Muscular - MDM, tudo a custas do Estado, sendo que o mencionado tratamento é experimental e não constante do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A decisão foi exarada com base no que o STF chamou de Princípio da Busca da Felicidade.¹³⁵

Saul Tourinho Leal, no artigo “O Princípio da Busca da Felicidade como Postulado Universal” comenta, com propriedade, a decisão em tela.

O desfecho foi dado no julgamento do agravo regimental interposto pelo jovem nos autos da Suspensão de Tutela Antecipada (STA) nº 223/PE. Ele contestava decisão da Presidência do STF que suspendia execução da decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ/PE) que determinava a liberação de quantia depositada por meio de uma ação de indenização para que a cirurgia fosse realizada. Ao tempo, a Presidente era a ministra Ellen Gracie, que também relatou o caso.

O ministro Celso de Mello iniciou uma divergência, de modo diferente do que de costume. A voz, sempre serena, demonstrou emoção.

Ele entendeu que o recurso deveria ser provido a fim de manter o ato quanto à obrigação de prestar o tratamento. Segundo o decano da Suprema Corte, o Estado de Pernambuco, assim como outras localidades brasileiras, possuem pontos conhecidos pela prática criminosa.

No caso, entendeu ter havido omissão por parte dos agentes públicos na adoção de medidas efetivas, “que o bom senso impõe”.

O Ministro frisou que Marcos, a vítima, tinha o direito de viver de maneira autônoma, uma vez que necessitava de aparelho mecânico para respirar.

¹³⁵ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Suspensão de Tutela Antecipada (STA) n. 223/PE, Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 2008.

O raciocínio desenvolvido pelo Ministro consagra o direito à vida, dentro de um jogo de ponderações de valores de tênue articulação.

Ao se reconhecer o interesse secundário do Estado, em matéria de finanças públicas, e o direito fundamental da pessoa, que é o direito à vida, não haveria opção possível para o Judiciário senão fazer prevalecer o direito à vida. Suas palavras foram: “Tenho a impressão que a realidade da vida tão pulsante nesse caso impõe que se dê provimento a este recurso e que se reconheça a essa pessoa o direito de buscar autonomia existencial desvinculando-se de um respirador artificial que a mantém ligada a um leito hospitalar depois de meses de estado comatoso”.

O Tribunal, por maioria, vencida a ministra Ellen, deu provimento a agravo regimental para manter decisão interlocutória proferida por desembargador do TJ/PE, que concedera parcialmente pedido formulado em ação de indenização por perdas e danos morais e materiais para determinar que o mencionado Estado-membro pagasse todas as despesas necessárias à realização de cirurgia de implante de Marcapasso Diafragmático Muscular - MDM no agravante, com o profissional por este requerido.

A conclusão do Ministro foi a de que deve ser reconhecido a todos o direito à busca da felicidade, consectário do princípio da dignidade da pessoa humana.¹³⁶

Os mesmos argumentos expostos no tópico referente à medida cautelar na Ação de Direta de Inconstitucionalidade de número 3300 MC / Distrito Federal são válidos ao se analisar este julgado. Ou seja, não acredito que a busca da felicidade seja um princípio ou mesmo um direito.

Creio que no julgado em tela o uso do princípio da dignidade da pessoa humana é o mais adequando. Primeiro por ter acento constitucional e segundo por englobar as condições existenciais mínimas para uma vida saudável. É neste sentido a lição do professor Ingo Wolfgang Sarlet:

A dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.¹³⁷ (grifo nosso)

Destarte, o uso do princípio da dignidade humano é o mais adequado em todos os casos, até agora analisados, julgados pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

¹³⁶ LEAL, Saul Tourinho. O princípio da busca da felicidade como postulado universal. *IDP: Observatório da Jurisdição Constitucional*, Brasília, ano 2, ago. 2008.

¹³⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004, p. 60.

4.6 Lei de Biossegurança

Já em 29/05/2008, foi a vez do Ministro Relator Ayres Britto, durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de n. 3510 oriunda do DF citar em sua fundamentação o chamado direito à busca da felicidade.

A ação direta de inconstitucionalidade fora proposta pelo então Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, tendo por objeto o artigo 5º da Lei número 11.105 - Lei de Biossegurança, de 24 de março de 2005. Artigo que possui a seguinte redação:

Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I - sejam embriões inviáveis; ou

II - sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.

§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.

§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

O autor da ação (Procurador-Geral da República) argumentou que os dispositivos impugnados contrariavam "a inviolabilidade do direito à vida, porque o embrião humano é vida humana, e faz ruir fundamento maior do Estado democrático de direito, que radica na preservação da dignidade da pessoa humana". À época da propositura da ação, a imprensa nacional chegou a especular sobre os reais motivos que levaram o chefe do Ministério Público Federal a propor a demanda.

BRASÍLIA - Na tentativa de chegar a uma decisão sobre uma ação contra o uso de células-tronco em pesquisas, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ouvem nesta sexta-feira especialistas contra e a favor a utilização de embriões humanos em estudos científicos. Nas últimas semanas, eles receberam pareceres com argumentos contra e a favor do artigo da Lei de Biossegurança que libera o uso dos embriões. O artigo foi contestado por uma ação de inconstitucionalidade do Ministério Público Federal, reacendendo a polêmica sobre quando a vida começa.

O julgamento não foi marcado, mas o relator, ministro Carlos Ayres Britto, quer levar a ação ao plenário em maio. Na audiência pública desta sexta-feira, a primeira da história do STF, o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz Ricardo Ribeiro dos Santos defendeu a lei. Ele rebateu o argumento dos opositores ao uso de células-tronco

de que células adultas poderiam ser utilizadas na pesquisa. Segundo o médico, as células embrionárias precisam ser utilizadas por sua capacidade de se transformarem em centenas de tipos de células diferentes do corpo humano.

Já a professora-adjunta do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília (UnB) Lenise Aparecida Martins, do bloco contrário ao uso de células-tronco, defendeu que o ciclo de vida da espécie humana começa na fecundação. Logo, o uso de embriões em pesquisa seria um atentado contra a vida.

Separados em dois blocos, os especialistas estão divididos em grupos contrários e favoráveis ao estudo de embriões. Pela manhã, cada grupo teve meia hora para defender seus pontos de vista. À tarde, os blocos terão duas horas de argumentação cada um. Para o procurador, uso de embriões é atentado contra vida

Para o autor da ação, o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles, a vida começa após a fecundação. Para ele, usar embriões é um atentado a dois princípios constitucionais: o direito à vida e o direito à dignidade do ser humano.

Fonteles, que é católico, tem ao seu lado outros religiosos. O lobby mais forte tem sido realizado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). A entidade é representada na causa por dois dos mais renomados juristas do país: Ives Gandra Martins - numerário da Opus Dei, um grupo radical da Igreja Católica - e Francisco Rezek, ministro aposentado do STF. Ambos escreveram um parecer sobre o assunto.

O grupo dos cientistas é liderado pela ONG Movitae e representado por outro jurista renomado, Luís Roberto Barroso. Ele também escreveu um parecer. Barroso ressalta que a lei só permite o uso de embriões que sejam resultado de tratamentos de fertilização in vitro e inviáveis. Ele também lembra que os genitores precisam dar consentimento. Barroso ainda pondera que as pesquisas têm potencial para levar à cura de paralisia, distrofias musculares, esclerose múltipla, diabetes e mal de Parkinson, por exemplo. "Não se pode desconsiderar o sofrimento real e concreto das pessoas portadoras dessas e de outras doenças, que precisam de solidariedade e empenho por parte do Estado, da sociedade e da comunidade científica", diz o texto.¹³⁸ (grifo nosso)

A decisão da Corte Constitucional brasileira declarou a constitucionalidade da realização de pesquisas científicas para fins terapêuticos com células-tronco embrionárias nos seguintes termos:

II - LEGITIMIDADE DAS PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS PARA FINS TERAPÊUTICOS E O CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. A pesquisa científica com células-tronco embrionárias, autorizada pela Lei nº 11.105/2005, objetiva o enfrentamento e cura de patologias e traumatismos que severamente limitam, atormentam, infelicizam, desesperam e não raras vezes degradam a vida de expressivo contingente populacional (ilustrativamente, atrofia espinhais progressivas, distrofias musculares, a esclerose múltipla e a lateral amiotrófica, as neuropatias e as doenças do neurônio motor). A escolha feita pela Lei de Biossegurança não significou um desprezo ou despreço pelo embrião "in vitro", porém u'a mais firme disposição para encurtar caminhos que possam levar à superação do infortúnio alheio. Isto no âmbito de um ordenamento constitucional que desde o seu preâmbulo qualifica "a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça" como valores supremos de

¹³⁸ Pesquisas com células-tronco dividem especialistas no STF. **Globo Online**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2007. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/pesquisas-com-celulas-tronco-dividem-especialistas-no-stf-4195442>>. Acesso em 15 ago. 2014.

uma sociedade mais que tudo "fraterna". O que já significa incorporar o advento do constitucionalismo fraternal às relações humanas, a traduzir verdadeira comunhão de vida ou vida social em clima de transbordante solidariedade em benefício da saúde e contra eventuais tramas do acaso e até dos golpes da própria natureza. Contexto de solidária, compassiva ou fraternal legalidade que, longe de traduzir desprezo ou desrespeito aos congelados embriões "in vitro", significa apreço e reverência a criaturas humanas que sofrem e se desesperam. Inexistência de ofensas ao direito à vida e da dignidade da pessoa humana, pois a pesquisa com células-tronco embrionárias (inviáveis biologicamente ou para os fins a que se destinam) significa a celebração solidária da vida e alento aos que se acham à margem do exercício concreto e inalienável dos direitos à felicidade e do viver com dignidade.¹³⁹ (grifo nosso)

O Ministro Celso de Mello, em seu voto, afirmou que a futura pesquisa:

Permitirá a esses milhões de brasileiros, que hoje sofrem e que hoje se acham postos à margem da vida, o exercício concreto de um direito básico e inalienável que é o direito à busca da felicidade e também o direito de viver com dignidade, direito de que ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado. (grifo nosso)

Saul Tourinho Leal diz que a decisão em tela teve como fundamento a ausência de violação ao direito à vida e na prevalência dos direitos constitucionais à saúde, ao planejamento familiar e a uma vida digna.¹⁴⁰

Entendo que o julgado, mais uma vez, usou-se o direito à felicidade como uma figura de linguagem, sem nenhuma preocupação dogmática. A colocação estava mais voltada para a veia filosófica do relator do que propriamente uma defesa jurídica de algo que se chamou, por conveniência, de “direito à felicidade”.

¹³⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3510/DF, Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 2008.

¹⁴⁰ LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positividade e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 252.

4.7 Recurso Extraordinário n. 477554/MG - Relator: Ministro Celso de Mello

Leading Case

A exposição mais extensa do chamado princípio da busca da felicidade foi realizada no bojo do voto relator, ministro Celso de Mello, do Recurso Extraordinário de número 477554, oriundo do Estado das Minas Gerais, cujo julgamento ocorreu em 16 de agosto do ano de 2011.

No voto, Celso de Mello afirma categoricamente que a extensão às uniões homoafetivas do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto justifica-se e legitima-se pela direta incidência dos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica e do postulado constitucional implícito que consagra o direito à busca da felicidade.

Mais à frente, reconhece que assiste a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se qualifica como expressão de uma idéia-força que deriva do princípio essencial da dignidade da pessoa humana.

Para corroborar sua idéia, Celso de Mello faz um apanhado histórico do uso da felicidade no direito. Começa, por óbvio, por indicar a já estudada Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776. Em um segundo momento, lista as decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos da América que usaram o chamado “pursuit of happiness” nos julgados. Vai além, é indicada artigos de constituições alienígenas em que a felicidade está presente.

Apesar de todas as citações não me convence. Parece que todos os argumentos foram pinçados de maneira artificial para corroborar algo (busca da felicidade) que não possui uma semelhança com o que foi julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América, ou mesmo exposta na Declaração de Independência.

Abaixo a ementa versando sobre o julgado em questão:

A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO AFETO COMO UM DOS FUNDAMENTOS DA FAMÍLIA MODERNA. - O reconhecimento do afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional: um novo paradigma que informa e inspira a formulação do próprio conceito de família. Doutrina. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E BUSCA DA FELICIDADE. - O postulado da dignidade da pessoa humana, que representa - considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) - significativo vetor interpretativo, verdadeiro

valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País, traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo. Doutrina. - O princípio constitucional da busca da felicidade, que decorre, por implicitude, do núcleo de que se irradia o postulado da dignidade da pessoa humana, assume papel de extremo relevo no processo de afirmação, gozo e expansão dos direitos fundamentais, qualificando-se, em função de sua própria teleologia, como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais. - Assiste, por isso mesmo, a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se qualifica como expressão de uma idéia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte americana. Positivação desse princípio no plano do direito comparado.¹⁴¹ (grifo nosso)

Para Saul Tourinho Leal a decisão em tela é o reconhecimento cabal de que existe uma teoria da felicidade, tendo sido ela usada para o deslinde do caso.¹⁴² Pelos argumentos expostos até agora, descordados da existência de uma teoria da felicidade.

Quanto aos homossexuais algumas observações devem ser feitas. Em “Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna”, Sigmund Freud faz as seguintes afirmações:

Em primeiro lugar (deixando de lado os indivíduos cujo instinto sexual é exagerado ou que reside à inibição) estão diversas variedades de pervertidos, nos quais uma fixação infantil a um objeto sexual preliminar impediu o estabelecimento da primazia da função reprodutora, e os homossexuais ou invertidos, nos quais, de maneira ainda não compreendida, o objeto sexual foi defletido do sexo oposto.

As formas mais acentuadas de perversão e de homossexualidade, especialmente quando exclusivas, sem dúvida tornam o indivíduo socialmente inútil e infeliz, sendo necessário reconhecer que as exigências culturais do segundo estágio constituem uma fonte de sofrimentos para uma certa parcela da humanidade.¹⁴³

Grande parte do sofrimento experimentado pelos homossexuais à época da elaboração da obra de Freud tinha como fonte as exigências culturais e sociais vigentes. A decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal vem a atenuar essa infelicidade ao exigir da sociedade o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e suas consequências jurídicas.

Entretanto, vejo uma lacuna no pensamento. Existirá a atenuação da infelicidade dos homossexuais que assim o são devido a sua organização. Aquele grupo que se tornou

¹⁴¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 477554/MG, Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 2011.

¹⁴² LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positivação e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 302.

¹⁴³ FREUD, Sigmund. *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 195.

homossexual pela obstrução do curso principal de sua libido só encontrará infelicidade no caminho proposto pelo Tribunal Constitucional brasileiro.

Assim são as palavras de Sigmund Freud sobre a questão:

Outra consequência desse incremento das dificuldades da vida sexual normal é a expansão da satisfação homossexual: àqueles que são homossexuais devido à sua organização, e aos que passaram a sê-lo na infância, junta-se um grande número de indivíduos em que a obstrução do curso principal de sua libido causou, em anos posteriores, o alargamento do canal secundário da homossexualidade.¹⁴⁴

Interessante observar que a parte prejudicada não se conformou com a decisão exarada e interpôs agravo, que se baseou, em grande parte, no inconformismo do uso do suposto direito da felicidade como fundamentação. Segue os argumentos levantados no bojo do agravo:

A tese do 'direito à felicidade' não pode se sobrepor à lei vigente, na medida em que cada um tem uma visão do que é esse subjetivo estado de euforia que está na metafísica.

[...]

Quanto à Constituição garantir o afeto entre pessoas - e logo o Supremo seria o agente dessa garantia - é uma abstração, não está na Física. Garantir o afeto de uma pessoa a outra não se consubstancia no mero pagamento de pensão.

[...]

Quanto ao direito de constituir família independente de orientação sexual cabe ao Legislativo implementar leis nesse sentido. Do contrário é fazer, do magistrado, legislador e juiz ao mesmo tempo, o que, com a independência que deve existir entre os Poderes, seria impensável em um Estado que se diz de Direito.

[...]

Quanto ao poder do Supremo de ir contra a maioria e de que o art. 226 é norma 'em aberto', observa-se que a decisão ora atacada está fundamentada no poder do Supremo de interpretar a Constituição como seus ilustres e preclaros ministros entenderem, mas se tal circunstâncias, que é verdadeira aliás, não tiver os devidos temperos, estarão como se investidos de poder constituinte, que pertence ao povo por meio de seus representantes, que estão no Legislativo e não no Judiciário.

[...]

¹⁴⁴ FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v, p. 205.

Somente a lei ou mesmo emenda à CF poderia dar legitimidade ao que ora pretende o agravado, ou seja, homem receber pensão de homem com quem teria vivido em 'relação homoafetiva'.¹⁴⁵

Com isso, desejo demonstrar que não existe solução fácil ou uma fórmula mágica aplicada a todas as pessoas, mesmo que semelhante orientação.

Felicidade é algo totalmente subjetivo e os caminhos propostos, até agora, pelo judiciário são extremamente ingênuos no trato da questão. Provavelmente porque felicidade e infelicidade não devam ser objeto de decisões judiciais.

¹⁴⁵ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 477554/MG, Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 2011.

CAPÍTULO V

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA BUSCA DA FELICIDADE

A primeira carta constitucional a conter a felicidade em seu bojo foi a Constituição do Japão de 1947. No artigo 13 do capítulo III, que trata dos direitos e deveres do povo, a constituição japonesa afirma que: *"All of the people shall be respected as individuals. Their right to life, liberty, and the pursuit of happiness shall, to the extent that it does not interfere with the public welfare, be the supreme consideration in legislation and in other governmental affairs."*¹⁴⁶

A Constituição do Reino de Butão, de 2008, afirma em seu preâmbulo que *"SOLEMNLY pledging ourselves to strengthen the sovereignty of Bhutan, to secure the blessings of liberty, to ensure justice and tranquillity and to enhance the unity, happiness and well-being of the people for all time"*.¹⁴⁷

Para efetivação da disposição constitucional o Reino de Butão criou um índice para medir a felicidade da população, nominado Gross National Happiness Index (GNH), conforme explicação minuciosa na obra *"An Extensive Analysis of GNH Index"*¹⁴⁸ do The Centre for Bhutan Studies.

A Constituição da República Francesa de 1958 faz em seu preâmbulo remissão à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, onde contém o reconhecimento do "direito" à felicidade, nos seguintes termos:

Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLEIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, resolveram expor em declaração solene os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os actos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. (grifo nosso)

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html>. Acesso em 12 nov. 2013.

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.unodc.org/tldb/pdf/Bhutan_const_2008.pdf>. Acesso em 12 nov. 2013.

¹⁴⁸ URA, Karma; ALKIRE, Sabina; ZANGMO, Tshoki; WANGDI, Karma. *An extensive analysis of GNH index*. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

URA, Karma; ALKIRE, Sabina; ZANGMO, Tshoki; WANGDI, Karma. *A short guide to gross national happiness index*. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro ensaia-se tratar do tema felicidade. Tramita no Congresso Nacional do Brasil a chamada “PEC da Felicidade”¹⁴⁹ – PEC 19/10, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que objetiva alterar o texto do artigo 6º da Constituição Federal de 1988 para acrescentar que os direitos sociais ali expressos são “essenciais à busca da felicidade”.¹⁵⁰

A redação do artigo 6º da Constituição Federal ficaria com a seguinte redação caso ocorra a alteração almejada pela citada PEC: *"São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição"*.

A Proposta de Emenda à Constituição simplesmente sustenta que a modificação da Carta Constitucional é necessária para: “incluir o direito à busca da felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito”.¹⁵¹

Justifica o Senador Cristovam Buarque, sobre a necessidade da promulgação da PEC 19, no seguinte sentido:

A busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva. Há felicidade coletiva quando são adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade, ou seja, justamente os direitos sociais – uma sociedade mais feliz é uma sociedade mais bem desenvolvida, em que todos tenham acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, previdência social, cultura, lazer, dentre outros.

Evidentemente as alterações não buscam autorizar um indivíduo a requerer do Estado ou de um particular uma providência egoística a pretexto de atender à sua felicidade. Este tipo de patologia não é alcançado pelo que aqui se propõe, o que seja, repita-se, a inclusão da felicidade como objetivo do Estado e direito de todos.

Em conclusão, não haveria nenhum efeito prático na promulgação de tal emenda, apenas belas palavras a serem acrescentadas à Carta Constitucional.

Na Câmara dos Deputados do Brasil tramita proposta semelhante de autoria da Deputada Manuela d'Ávila - PEC número 513 de 2010. Esta PEC, em específico, propõe a

¹⁴⁹ A íntegra da Justificação da PEC pode ser encontrada no Anexo II da presente dissertação.

¹⁵⁰ BRASIL. Proposta de emenda à constituição n. 19/10. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/80759.pdf>>. Acesso em 01 jan 2012.

¹⁵¹ Ibidem.

inclusão do direito à busca da felicidade como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil e direito inerente a cada indivíduo e à sociedade, mediante a dotação, pelo Estado e pela própria sociedade, das adequadas condições de exercício desse direito.

A proposta de alteração constitucional é justificada, pela deputada, nos seguintes termos:

A felicidade é um sentimento, um estado de espírito a respeito do qual a esmagadora maioria da comunidade social busca a todo o tempo ao longo da vida.

De fato, é de se indagar quem não quer ser feliz.

A par, nada obstante, da felicidade ter sido ora conceituada como sentimento e estado de espírito, é certo que ela pode ser enquadrada no plano das coisas palpáveis e asseguráveis, consistindo, ao menos em parte, um direito de cada indivíduo e da coletividade social como um todo considerada.

Como, contudo, qualificar a felicidade a ponto de trazê-la ao plano concreto, tornando-a um direito capaz de justicialização, vale dizer, de enforcement ou exigibilidade? Poderia parecer essa uma tarefa hercúlea, haja vista a subjetividade inerente ao conceito de felicidade. Analisando-se, contudo, a fundo os meandros da felicidade e a legislação constitucional posta, vê-se a possibilidade de elevar o sentimento ou estado de espírito que invariavelmente é a felicidade ao patamar de um autêntico direito. Mas fato é que o objetivo fundamental do Estado Democrático de Direito é a busca pela felicidade coletiva.

Sob o aspecto da legislação constitucional posta, outros são os termos que revelam, porque não, sentimentos e estados de espírito: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), este, enunciado como um dos mais soberanos e essenciais direitos; a sociedade justa (artigo 3º, I); o bem de todos (artigo 3º, IV); a honra das pessoas (artigo 5º, X), isso, para ficar em algumas expressões que se tornam direitos colocadas nos cinco primeiros artigos do Texto Constitucional. Tratam-se de cláusulas abertas ou conceitos vagos, mecanismos ligados à técnica legislativa que permitem ao intérprete seu preenchimento quando da análise do caso concreto. A incrementar o exemplo, o Código Civil, em sua redação atual, usa muito desse mecanismo.

Sob o viés da felicidade propriamente dita, é possível dicotomizá-la em seus aspectos subjetivo e objetivo. O aspecto subjetivo da felicidade condiz com os elementos internos e ínsitos a cada indivíduo que formam o sentimento e o estado de espírito felicidade. Sobre esses aspectos, afetos às sensações mais profundas do indivíduo, a legislação não pode tratar. Com efeito, a felicidade para um cidadão não será, no mais absoluto das vezes, a felicidade para outro.

Todavia, sob seu aspecto objetivo, a felicidade é plenamente tutelável pela legislação. É justamente esse o objeto das modificações que a pontual proposta se presta a tecer.

Ambas as propostas estão aguardando deliberação parlamentar.¹⁵²

¹⁵² LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, positivação e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 247.

CONCLUSÃO

Conforme demonstrado em a “Interpretação dos Sonhos”, o homem atormentado pelos sofrimentos físicos e mental encontra nos sonhos, de forma temporária e artificial, o que a vida lhe nega: saúde e felicidade.

Entretanto, a saúde e a felicidade encontradas no sonho não são reais. Apenas lampejos de desejos que não conseguem chegar ao dia a dia de sua vida miserável.

Através dos sonhos o homem obtém, também, a realização de desejos suprimidos, reprimidos ou censurados na vida real. Desejos estes totalmente irrealizáveis socialmente.

Dando continuidade às suas investigações, Sigmund Freud em “Cinco Lições de Psicanálise”, mormente na “Quinta Lição”, afirma que as pessoas adoecem diante dos obstáculos exteriores ou incapacidade de adaptação interna à satisfação de suas necessidades sexuais.

Em minha percepção, um dos maiores obstáculos exteriores à satisfação das necessidades sexuais é o próprio Direito que impõe diversas regras a serem seguidas sob pena de sanções civis e criminais. É exatamente o Direito que, posteriormente, irá se arvorar da capacidade de entregar felicidade às pessoas por meio do direito ou princípio da busca da felicidade. Nada mais contraditório.

Ainda em “Cinco Lições”, Freud conclui que as pessoas adoecem para obter satisfações substitutivas diante dos desejos sexuais negados. O doente encontra prazer mediato na doença. Ou seja, ele foge da realidade crua e busca refúgio na doença.

Outra maneira de fuga da realidade dura, infeliz e pobre de prazer é rumar na direção da fantasia. Forma, também, incapaz de entregar felicidade mínima aos que sofrem.

Já em "Leonardo Da Vinci e uma Lembrança da sua Infância", Sigmund Freud descobre que a pessoa atormentada pelas privações sexuais encontra na sublimação dos desejos uma satisfação mediata. Leonardo Da Vinci foi, em minha opinião, o mestre da sublimação. Provavelmente, a personagem da história que operou a sublimação dos desejos de forma mais acentuada e feroz. Os seus afetos e desejos foram sublimados e direcionados à pesquisa, arte e ciência. Não por outro motivo conseguiu deixar um legado que outros não conseguiriam produzir em várias vidas.

Mais uma vez, conclui Freud, a sublimação não é fonte de obtenção de felicidade real, apenas entrega uma satisfação substitutiva dos desejos sexuais.

Na obra "Moral Sexual "Civilizada" e Doença Nervosa Moderna", Freud faz uma análise acurada das necessidades sexuais e, principalmente, frustrações sexuais do ser humano. Também aborda, de forma inicial, a forma de como a sociedade tolhe a agressividade inata dos homens. Com relação à agressividade dos homens o texto derradeiro é "O Mal-Estar na Civilização".

Em "Moral Sexual" a conclusão gira em torno da ideia de que a moral sexual vigente na sociedade diminui a eficiência e a saúde das pessoas. Isso porque se perde tempo e energia, diariamente, tentando conter e aprisionar os desejos e necessidades sexuais. Afinal, o instinto sexual possui uma energia extraordinária. A não satisfação das necessidades mínimas sexuais tem como consequência a doença.

Num segundo momento, Freud faz uma análise dos três estágios da civilização e suas consequências para a vida psicológica das pessoas. Resultados, em sua maioria, danosos à vida do ser humano.

Ponto de extrema importância diz respeito à satisfação sexual legítima obtida por meio do casamento. Mostrei que a descrição real de um casamento mediano, na doutrina freudiana, se assemelha mais a um inferno na terra do que um conto de fadas arladeado pela sociedade por meio da cultura.

O comportamento sexual do indivíduo é um protótipo de sua postura diante da vida. Assim, se a pessoa é massacrada dentro do matrimônio, naturalmente ela o será também na vida. A conclusão que chego é que o casamento não é sinônimo de felicidade como tem sido propagado pelo judiciário por meio do direito à busca da felicidade, principalmente nos julgados do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Dando continuidade à minha investigação sobre a felicidade freudiana, analisei a obra "Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte [A Desilusão Gerada e Nossa Atitude para com a Morte]". Este texto, em minha opinião, é um dos mais importantes na bibliografia freudiana. Relevância, muito menos pelo conteúdo, mas em razão da perda da ingenuidade, por parte do autor, em relação ao ser humano e a humanidade. Durante a escrita do texto há uma verdadeira abertura do véu demagógico da civilização. Freud perde, derradeiramente, as

ilusões diante dos indivíduos e das nações ditas civilizadas. A felicidade individual nunca esteve tão longe de ser alcançada. Beira ao impossível diante do que realmente é a civilização. São suas palavras:

Qualquer um, compelido dessa forma a agir continuamente em conformidade com preceitos que não são a expressão de suas inclinações instintuais, está psicologicamente falando, vivendo acima de seus meios, e pode objetivamente ser descrito como um hipócrita, esteja ou não claramente cômico dessa incongruência. É inegável que nossa civilização contemporânea favorece, num grau extraordinário, a produção dessa forma de hipocrisia. Pode-se-ia dizer que ela está alicerçada nessa hipocrisia, e que teria de se submeter a modificações de grande alcance, caso as pessoas se comprometessem a viver em conformidade com a verdade psicológica. Assim, existem muito mais hipócritas culturais do que homens verdadeiramente civilizados.¹⁵³

Em "Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico", Freud identifica mais uma dos diversos obstáculos à felicidade. Na segunda parte da mencionada obra encontrei o capítulo nominado "Arruinados pelo Êxito", onde o autor analisa casos reais em que as pessoas sofreram, ou pior ficaram doentes, por finalmente alcançarem os objetivos de vida tão almejados por anos ou décadas.

A conclusão freudiana é que as pessoas podem encontrar a infelicidade por atingirem os seus objetivos de vida. A infelicidade é encontrada tanto na frustração quanto no êxito. Por óbvio, esta equação não foi levada em conta pelos operadores do direito à busca da felicidade.

Em seguida, passei para a obra "O Futuro de uma Ilusão". Texto que, para alguns, é um tratado de demolição das crenças religiosas. Opinião que ousar discordar. Acredito que "O Futuro de uma Ilusão" foi um tratado de demolição da hipocrisia humana. A obra demonstra que o Direito, como fonte de coerção da civilização, é razão da infelicidade das pessoas. É ele o responsável por aprisionar, mesmo que metaforicamente, as pessoas que ousam enfrentá-lo ou que não se adaptam às normas civilizatórias reinantes em determinada época.

O Direito, segundo afirmação do próprio Sigmund Freud, é imposto pela minoria a uma maioria. Daí me parece totalmente contraditório dizer que um instrumento criado para oprimir possa entregar felicidade. Provavelmente entrega felicidade, por meio do poder e do dinheiro, a uma minoria opressora, mas não à maioria como faz crer a doutrina da busca da felicidade.

¹⁵³ FREUD, Sigmund. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v, p. 321.

Na obra, o autor trabalha a ideia de que as pessoas buscam na religião um substituto para um pai que os amparou na infância. Acredito que no Brasil atual o Supremo Tribunal Federal tem feito este papel de pai que ampara a criança. Em um país em que não mais se acredita no Estado e em suas Instituições o STF tem preenchido espaços políticos, originalmente pertencentes ao Legislativo, além de formular políticas públicas na prática, originalmente atribuição do Executivo. Assim, o Supremo Tribunal Federal brasileiro toma para si, na cabeça dos cidadãos, o lugar do pai, numa cultura latina sedenta de paternalismo.

Por isso, talvez, ideias desprovidas de razão prática ou jurídica, como o Supremo Tribunal Federal garantidor da busca da felicidade da população ganhe algum tipo de força intelectual. Nada mais é que uma percepção da própria religião deslocada para uma instituição estatal.

Por fim, busquei na obra derradeira - “O Mal-Estar na Civilização” os substratos fundamentais de Freud sobre a felicidade humana propriamente dita. No início da obra, Freud confessa as dificuldades em se trabalhar cientificamente sentimentos como a felicidade. Pode-se descrever seus sinais fisiológicos, mas não o seu verdadeiro âmago.

Interessante pontuar que um gênio como Freud confessa suas dificuldades em lidar cientificamente com a felicidade. Já os operadores nacionais do direito conseguem trabalhar a felicidade com uma facilidade ímpar. Estes operadores usam do senso popular para chegar a um objetivo de felicidade a ser buscada por todos os indivíduos, sem distinção alguma. Assim, casamento e dinheiro são vistos como algo que irá proporcionar felicidade aos cidadãos.

As possibilidades de felicidade, na visão freudiana, são extremamente restritas. Ao contrário, a infelicidade é bem mais fácil de ser experimentada. A infelicidade nos ameaça por três frentes: o corpo, fadado ao declínio; o mundo externo; e a relação com os outros seres humanos.

Na sequência de “O Mal-Estar na Civilização”, Freud lista algumas técnicas voltadas para prevenção do sofrimento humano, tais como a intoxicação; o isolamento deliberado; a sublimação dos instintos; as ilusões; a doença psicológica; o amor; o gozo da beleza. Na maioria das hipóteses não existe possibilidade de atuação do direito para proporcionar, ou mesmo ajudar, na busca da felicidade das pessoas.

Em conclusão parcial, o pai da psicanálise diz que não há caminho único para todas as pessoas na busca da felicidade. Cada uma tem de descobrir a sua maneira particular de ser feliz. Por óbvio, se a felicidade é individual, não poderá o estado proporcionar a busca da felicidade das pessoas com base em um “menu” socialmente aceito em determinada época social.

Em ponto dedicado ao amor, o autor descortina as ilusões criadas ao seu redor. Ilusões dominantes na seara do direito, mormente quando se usa o direito à busca da felicidade, conforme demonstrado no caso “Loving vs Virginia”, julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América.

Na segunda parte do trabalho, abordei a busca da felicidade sob a ótica jurídica, sem abandonar o discurso e conclusões de Sigmund Freud.

Conclui que a busca da felicidade no direito norte americano está intimamente ligada à ideia de liberdade. O uso da felicidade na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América demonstra a afirmação. A Declaração foi um grito do oprimido frente ao opressor. Um grito para alertar o mundo sobre a situação vivida na colônia americana. Um grito que clamava por liberdade.

De forma semelhante a busca da felicidade foi usada pela Suprema Corte americana. Sempre num contexto de liberdade. Liberdade de escolher o parceiro para casamento; liberdade de obter conhecimento; liberdade para praticar o comércio etc.

De forma totalmente deturpada ocorrera a transposição da ideia de busca da felicidade americana para o direito brasileiro. Em terras brasileiras, a doutrina da felicidade foi usada, inclusive, para criar ônus para o Estado brasileiro, conforme se demonstrou em decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal.

Na atual configuração do direito à busca da felicidade, ou princípio da busca da felicidade, é possível corroborar qualquer tipo de demanda, por mais absurda que seja. Afinal, o demandante tem direito a ser feliz ou direito a buscar a felicidade.

Ao que me parece, a transposição da busca da felicidade americana para o Brasil incorreu no mesmo erro, tão comum, do chamado direito comparado. Escolhe-se um instituto, ou mesmo um direito, e o analisa de forma gramatical, totalmente desprendido da realidade histórica e social da terra alienígena de onde foi buscado.

Com o objeto do estudo aconteceu algo semelhante. Pegou-se uma felicidade gramatical americana e a transportou para dentro do direito brasileiro sem nenhuma preocupação com suas consequências danosas.

E pior, não se buscou pesquisar à fundo do que se está a tratar, ou seja, o que é felicidade. E principalmente, se ela é possível de ser alcançada na vida real e de que forma.

As respostas a estas perguntas não poderão ser encontradas no senso comum, como foi o caso no Brasil até agora. Felicidade, certamente, não é algo constante de um “menu” oferecido em determinada época histórica. “Menu” que obviamente irá limitar, e muito, o ser feliz do indivíduo. Mesmo porque o “menu” trará um rol de felicidade aceito pela sociedade em determinada época, e consequentemente, alijando outras tantas formas de fazer a pessoa feliz.

Esta Felicidade Estatal oferecida no “menu” do judiciário sempre será limitada e, principalmente, hipócrita, pois colocará de lado formas de felicidade que não são socialmente aceitáveis na época do seu reconhecimento pelo Poder Judiciário.

Não sejamos ingênuas. A felicidade é algo totalmente individual. E nela, obviamente, consta diversas formas não aceitas pela sociedade. Então, não é possível aceitar que o Estado possa dizer, por meio do Poder Judiciário, em que situações pode ele defender, ou mesmo garantir, a busca da felicidade de alguém.

Talvez essa busca da felicidade jurídica faça parte de algo mencionado pelo professor Arnaldo de Azevedo Godoy, durante suas aulas do mestrado do UniCEUB, como a Romantização do Direito. Ou seja, trazer para o direito características de um romance como felicidade, amor dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *A viuvinha*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *Derecho y razón práctica*. 2. ed. México: Fontamara, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2001.

CALLIGARIS, Contardo. *Cartas a um jovem terapeuta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEMO, Pedro. *Dialética da felicidade: olhar sociológico pós-moderno*, volume I. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Dialética da felicidade: insolúvel busca de solução*, volume II. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Dialética da felicidade: felicidade possível*, volume III. Petrópolis: Vozes, 2001.

DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O império do direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade: (a Meneceu)*. Tradução de Álvaro Lorencini; Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 2002.

FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*: primeira parte (1900). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1972, 4 v.

_____. *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico* (1916). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v.

_____. *Artigos sobre metapsicologia* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v.

_____. *Cinco lições de psicanálise*. (1910 [1909]). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v.

_____. *Índices e bibliografias*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Henrique Campos. Rio de Janeiro: Imago, 1969, 24 v.

_____. *Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância* (1910). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveria. Rio de Janeiro: Imago, 1970, 11 v.

_____. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1908). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 9 v.

_____. *O ego e o id* (1923). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 19 v.

_____. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 21 v, p. 340-341.

_____. *O mal-estar na civilização* (1930). In: Sigmund Freud Obras Completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 18 v.

_____. *O mal-estar na cultura*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 14 v.

_____. *Tipos de desencadeamento da neurose* (1912). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969, 12 v.

_____. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Um distúrbio de memória na Acrópole* (1936). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 22 v.

GABARDO, Emerson. *Interesse público e subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito & utopia em Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. *Direito, literatura e cinema: inventário de possibilidades*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

GREVE, Bent. *Happiness and social policy in Europe*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2010.

HELLIWELL, Jonh; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey. *World happiness report*. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012.

HEMINGWAY, Ernest. *Paris é uma festa*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia (1901-1981)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. Tradução de Ary Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina: contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MONZANI, Luiz Roberto. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: UNICAMP, 1989.

SANCHÍS, Luis Prieto. *Sobre principios y normas*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *A parte geral do novo código civil – Estudos na perspectiva civil-constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TOMAZ, Carlos Alberto Simões de. *Direito à felicidade*. Belo Horizonte: Folium, 2010.

URA, Karma; ALKIRE, Sabina; ZANGMO, Tshoki; WANGDI, Karma. *An extensive analysis of GNH index*. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

_____. *A short guide to gross national happiness index*. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

VEENHOVEN, Ruut. *Conditions of happiness*. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1984.

VERÍSSIMO, Erico. *Olhai os lírios do campo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Artigos de Periódicos Científicos:

DEATON, Angus. *Income, aging, health and wellbeing around the world: Evidence from the Gallup World Poll*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, NBER. *Working Paper*, n. 13.317, 2007.

INADA, Jaqueline Feltrin. Felicidade e mal-estar na civilização. *Revista Digital AdVerbum*, v. 6, n. 1, p. 74-88, jan a jul, 2011.

_____. O conceito de felicidade em Freud. *Revista Kínesis*, v. 1, n. 1, p. 58-67, mar. 2009.

LEAL, Saul Tourinho. O princípio da busca da felicidade como postulado universal. *IDP: Observatório da Jurisdição Constitucional*, Brasília, ano 2, ago. 2008.

SANTIAGO, Jésus. Freud e sua política da felicidade. *Revista de Estudos Lacanianos*, v. 1, n. 2, 2008.

Artigos e Periódicos Jornalísticos:

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Luto e melanconia em Sigmund Freud e o Direito. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 20 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-nov-20/embargos-culturais-luto-melancolia-sigmund-freud-direito>>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. O contrato social em Sigmund Freud. *Consultor Jurídico*, São Paulo. 16 out. 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-out-16/embargos-culturais-contrato-social-sigmund-freud>>. Acesso em: 23 out. 2013.

LEAL, Saul Tourinho. O princípio da busca da felicidade e o direito à saúde. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2913, 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19389>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Teses e Dissertações:

INADA, Jaqueline Feltrin. *Um exame crítico sobre o conceito de felicidade a partir de Freud e Marcuse*. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

LEAL, Saul Tourinho. *Direito à felicidade: história, teoria, posituação e jurisdição*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Legislação e Documentos:

BRASIL. Proposta de emenda à constituição n. 19/10. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/80759.pdf>>. Acesso em: 01 jan 2012.

ANEXO

Anexo I - Íntegra da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América

The Declaration of Independence:

IN CONGRESS, July 4, 1776.

The unanimous Declaration of the thirteen united States of America,

When in the Course of human events, it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another, and to assume among the powers of the earth, the separate and equal station to which the Laws of Nature and of Nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should declare the causes which impel them to the separation.

We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.--That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, - -That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. Prudence, indeed, will dictate that Governments long established should not be changed for light and transient causes; and accordingly all experience hath shewn, that mankind are more disposed to suffer, while evils are sufferable, than to right themselves by abolishing the forms to which they are accustomed. But when a long train of abuses and usurpations, pursuing invariably the same Object evinces a design to reduce them under absolute Despotism, it is their right, it is their duty, to throw off such Government, and to provide new Guards for their future security.--Such has been the patient sufferance of these Colonies; and such is now the necessity which constrains them to alter their former Systems of Government. The history of the present King of Great Britain is a history of repeated injuries and usurpations, all having in direct object the establishment of an absolute Tyranny over these States. To prove this, let Facts be submitted to a candid world.

He has refused his Assent to Laws, the most wholesome and necessary for the public good.

He has forbidden his Governors to pass Laws of immediate and pressing importance, unless suspended in their operation till his Assent should be obtained; and when so suspended, he has utterly neglected to attend to them.

He has refused to pass other Laws for the accommodation of large districts of people, unless those people would relinquish the right of Representation in the Legislature, a right inestimable to them and formidable to tyrants only.

He has called together legislative bodies at places unusual, uncomfortable, and distant from the depository of their public Records, for the sole purpose of fatiguing them into compliance with his measures.

He has dissolved Representative Houses repeatedly, for opposing with manly firmness his invasions on the rights of the people.

He has refused for a long time, after such dissolutions, to cause others to be elected; whereby the Legislative powers, incapable of Annihilation, have returned to the

People at large for their exercise; the State remaining in the mean time exposed to all the dangers of invasion from without, and convulsions within.

He has endeavoured to prevent the population of these States; for that purpose obstructing the Laws for Naturalization of Foreigners; refusing to pass others to encourage their migrations hither, and raising the conditions of new Appropriations of Lands.

He has obstructed the Administration of Justice, by refusing his Assent to Laws for establishing Judiciary powers.

He has made Judges dependent on his Will alone, for the tenure of their offices, and the amount and payment of their salaries.

He has erected a multitude of New Offices, and sent hither swarms of Officers to harrass our people, and eat out their substance.

He has kept among us, in times of peace, Standing Armies without the Consent of our legislatures.

He has affected to render the Military independent of and superior to the Civil power.

He has combined with others to subject us to a jurisdiction foreign to our constitution, and unacknowledged by our laws; giving his Assent to their Acts of pretended Legislation:

For Quartering large bodies of armed troops among us:

For protecting them, by a mock Trial, from punishment for any Murders which they should commit on the Inhabitants of these States:

For cutting off our Trade with all parts of the world:

For imposing Taxes on us without our Consent:

For depriving us in many cases, of the benefits of Trial by Jury:

For transporting us beyond Seas to be tried for pretended offences

For abolishing the free System of English Laws in a neighbouring Province, establishing therein an Arbitrary government, and enlarging its Boundaries so as to render it at once an example and fit instrument for introducing the same absolute rule into these Colonies:

For taking away our Charters, abolishing our most valuable Laws, and altering fundamentally the Forms of our Governments:

For suspending our own Legislatures, and declaring themselves invested with power to legislate for us in all cases whatsoever.

He has abdicated Government here, by declaring us out of his Protection and waging War against us.

He has plundered our seas, ravaged our Coasts, burnt our towns, and destroyed the lives of our people.

He is at this time transporting large Armies of foreign Mercenaries to compleat the works of death, desolation and tyranny, already begun with circumstances of Cruelty

& perfidy scarcely paralleled in the most barbarous ages, and totally unworthy the Head of a civilized nation.

He has constrained our fellow Citizens taken Captive on the high Seas to bear Arms against their Country, to become the executioners of their friends and Brethren, or to fall themselves by their Hands.

He has excited domestic insurrections amongst us, and has endeavoured to bring on the inhabitants of our frontiers, the merciless Indian Savages, whose known rule of warfare, is an undistinguished destruction of all ages, sexes and conditions.

In every stage of these Oppressions We have Petitioned for Redress in the most humble terms: Our repeated Petitions have been answered only by repeated injury. A Prince whose character is thus marked by every act which may define a Tyrant, is unfit to be the ruler of a free people.

Nor have We been wanting in attentions to our Brittish brethren. We have warned them from time to time of attempts by their legislature to extend an unwarrantable jurisdiction over us. We have reminded them of the circumstances of our emigration and settlement here. We have appealed to their native justice and magnanimity, and we have conjured them by the ties of our common kindred to disavow these usurpations, which, would inevitably interrupt our connections and correspondence. They too have been deaf to the voice of justice and of consanguinity. We must, therefore, acquiesce in the necessity, which denounces our Separation, and hold them, as we hold the rest of mankind, Enemies in War, in Peace Friends.

We, therefore, the Representatives of the united States of America, in General Congress, Assembled, appealing to the Supreme Judge of the world for the rectitude of our intentions, do, in the Name, and by Authority of the good People of these Colonies, solemnly publish and declare, That these United Colonies are, and of Right ought to be Free and Independent States; that they are Absolved from all Allegiance to the British Crown, and that all political connection between them and the State of Great Britain, is and ought to be totally dissolved; and that as Free and Independent States, they have full Power to levy War, conclude Peace, contract Alliances, establish Commerce, and to do all other Acts and Things which Independent States may of right do. And for the support of this Declaration, with a firm reliance on the protection of divine Providence, we mutually pledge to each other our Lives, our Fortunes and our sacred Honor.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html>. Acesso em 21 jan 2014.

Anexo II - Justificação da PEC 19/10 - “PEC da Felicidade” que Tramita no Senado Federal

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição não encontra os óbices materiais previstos no artigo 60, parágrafo 4º do Texto, haja vista que não há proposta de supressão de qualquer dos direitos ali encartados.

Como já exposto, a expressa previsão do direito do indivíduo de perquirir a felicidade vem ao encontro da possibilidade de positivação desse direito, ínsito a cada qual. Para a concretização desse direito, é mister que o Estado tenha o dever de, cumprindo corretamente suas obrigações para com a sociedade, bem prestar os serviços sociais previstos na Constituição.

A busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva. Há felicidade coletiva quando são adequadamente observados os itens que tornam mais feliz a sociedade, ou seja, justamente os direitos sociais – uma sociedade mais feliz é uma sociedade mais bem desenvolvida, em que todos tenham acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, previdência social, cultura, lazer, dentre outros.

Evidentemente as alterações não buscam autorizar um indivíduo a requerer do Estado ou de um particular uma providência egoística a pretexto de atender à sua felicidade. Este tipo de patologia não é alcançado pelo que aqui se propõe, o que seja, repita-se, a inclusão da felicidade como objetivo do Estado e direito de todos.

A alteração no artigo 6º é reflexo, justamente, do escopo principal previsto nesta Proposta de Emenda à Constituição, sendo os direitos sociais (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados) essenciais para que se propicie a busca, pelos indivíduos, com reflexos na sociedade como um todo, da felicidade.

Há muito norma positiva contempla a busca pela felicidade como um direito. Na Declaração de Direitos da Virgínia (EUA, 1776), outorgava-se aos homens o direito de buscar e conquistar a felicidade; na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789) há a primeira noção coletiva de felicidade, determinando-se que as reivindicações dos indivíduos sempre se voltarão à felicidade geral. Hoje, o Preâmbulo da Carta Francesa de 1958 consagra a adesão do povo francês aos Direitos Humanos consagrados na Declaração de 1789, dentre os quais se inclui toda a evidência, à felicidade geral ali preconizada.

Atualmente, a felicidade está elevada ao grau constitucional em diversos ordenamentos jurídicos. Nesse contexto, como deixar de citar o Reino do Butão, que estabelece, como indicador social, um Índice Nacional de Felicidade Bruta (“INFB”), mensurado de acordo com indicadores que envolvem bem-estar, cultura, educação, ecologia, padrão de vida e qualidade de governo, determinando o artigo 9º daquela Constituição o dever do INFB. O artigo 20, item 1 daquela Carta estabelece, na mesma esteira, que o Governo deverá garantir a felicidade do Estado de promover as condições necessárias para o fomento do povo.

Em linha análoga segue o artigo 13 da Constituição do Japão e o artigo 10 da Carta da Coreia do Sul: o primeiro determina que todas as pessoas têm direito à busca pela felicidade, desde que isso não interfira no bem-estar público, devendo o Estado, por leis e atos administrativos, empenhar-se na garantia às condições por atingir a felicidade; o segundo estatui que todos têm direito a alcançar a felicidade, atrelando

esse direito ao dever do Estado em confirmar e assegurar os direitos humanos dos indivíduos.

Em recente estudo, dois economistas brasileiros se propuseram a analisar, empiricamente, o que trazia felicidade aos brasileiros. Determinantes como renda, sexo, estado civil e emprego se mostraram diretamente ligadas às respostas dos pesquisados a respeito da felicidade. Concluiu-se, com base nesse estudo, que pessoas com maior grau de renda se dizem mais felizes, assim como aquelas pessoas casadas. A relevância do estudo, destarte, é estabelecer elementos concretos como determinantes da felicidade geral, demonstrando que é possível, sim, definir objetivamente a felicidade.

Todos os direitos previstos na Constituição – sobretudo, aqueles tidos como fundamentais – convergem para a felicidade da sociedade. É assegurado o direito à uma vida digna, direito esse que pode ser tido como fundamental para que a pessoa atinja a felicidade. Também a vida com saúde é fator que leva felicidade ao indivíduo e à sociedade. Uma adequada segurança pública implica em uma vida mais feliz, indubitavelmente. E assim ocorre com um sem-número de direitos encartados na Constituição.

Os critérios objetivos da felicidade podem, no contexto constitucional, ser entendidos como a inviolabilidade dos direitos de liberdade negativa, tais como aqueles previstos no artigo 5º (variantes da vida, ao Estado prestacional – os direitos sociais, como os preconizados liberdade, igualdade, propriedade e segurança), além daqueles relacionados no artigo 6º do Texto Constitucional. O encontro dessas duas espécies de direitos – os de liberdade negativa e os de liberdade positiva – redundam, justamente, no objetivo da presente Proposta de Emenda à Constituição: a previsão do direito do indivíduo e da sociedade em buscar a felicidade, obrigando-se o Estado e a própria sociedade a fornecer meios para tanto, tanto se abstendo de ultrapassar as limitações impostas pelos direitos de égide liberal quanto exercendo com maestria e, observados os princípios do caput do artigo 37, os direitos de cunho social.

Ante o exposto, em face da especial relevância social da Proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos, solicitamos às ilustres senadoras e senadores a sua aprovação.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97622>. Acesso em 12 nov. 2012.

Anexo III - Justificação da PEC 513/10 - “PEC da Felicidade” que Tramita na Câmara dos Deputados

I – Introdução

A felicidade é um sentimento, um estado de espírito a respeito do qual a esmagadora maioria da comunidade social busca a todo o tempo ao longo da vida.

De fato, é de se indagar quem não quer ser feliz.

A par, nada obstante, da felicidade ter sido ora conceituada como sentimento e estado de espírito, é certo que ela pode ser enquadrada no plano das coisas palpáveis e asseguráveis, consistindo, ao menos em parte, um direito de cada indivíduo e da coletividade social como um todo considerada.

Como, contudo, qualificar a felicidade a ponto de trazê-la ao plano concreto, tornando-a um direito capaz de justicialização, vale dizer, de enforcement ou exigibilidade? Poderia parecer essa uma tarefa hercúlea, haja vista a subjetividade inerente ao conceito de felicidade. Analisando-se, contudo, a fundo os meandros da felicidade e a legislação constitucional posta, vê-se a possibilidade de elevar o sentimento ou estado de espírito que invariavelmente é a felicidade ao patamar de um autêntico direito. Mas fato é que o objetivo fundamental do Estado Democrático de Direito é a busca pela felicidade coletiva.

Sob o aspecto da legislação constitucional posta, outros são os termos que revelam, porque não, sentimentos e estados de espírito: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), este, enunciado como um dos mais soberanos e essenciais direitos; a sociedade justa (artigo 3º, I); o bem de todos (artigo 3º, IV); a honra das pessoas (artigo 5º, X), isso, para ficar em algumas expressões que se tornam direitos colocadas nos cinco primeiros artigos do Texto Constitucional. Tratam-se de cláusulas abertas ou conceitos vagos, mecanismos ligados à técnica legislativa que permitem ao intérprete seu preenchimento quando da análise do caso concreto. A incrementar o exemplo, o Código Civil, em sua redação atual, usa muito desse mecanismo.

Sob o viés da felicidade propriamente dita, é possível dicotomizá-la em seus aspectos subjetivo e objetivo. O aspecto subjetivo da felicidade condiz com os elementos internos e ínsitos a cada indivíduo que formam o sentimento e o estado de espírito felicidade. Sobre esses aspectos, afetos às sensações mais profundas do indivíduo, a legislação não pode tratar. Com efeito, a felicidade para um cidadão não será, no mais absoluto das vezes, a felicidade para outro.

Todavia, sob seu aspecto objetivo, a felicidade é plenamente tutelável pela legislação. É justamente esse o objeto das modificações que a pontual proposta se presta a tecer.

II – A Tutela Jurídica da Felicidade

Em recente estudo, dois economistas brasileiros se propuseram a analisar, empiricamente, o que trazia felicidade aos brasileiros. Determinantes como renda, sexo, estado civil e emprego se mostraram diretamente ligadas às respostas dos pesquisados a respeito da felicidade. Concluiu-se, com base nesse estudo, que pessoas com maior grau de renda se dizem mais felizes, assim como aquelas pessoas casadas. A relevância do estudo, destarte, é estabelecer elementos concretos como determinantes da felicidade geral, demonstrando que é possível, sim, definir objetivamente a felicidade.

Todos os direitos previstos na Constituição – sobretudo, aqueles tidos como fundamentais – convergem para a felicidade da sociedade. É assegurado o direito à uma

vida digna, direito esse que pode ser tido como fundamental para que a pessoa atinja a felicidade. Também a vida com saúde é fator que leva felicidade ao indivíduo e à sociedade. Uma adequada segurança pública implica em uma vida mais feliz, indubitavelmente. E assim ocorre com um sem-número de direitos encartados na Constituição.

Os critérios objetivos da felicidade podem, no contexto constitucional, ser entendidos como a inviolabilidade dos direitos de liberdade negativa, tais como aqueles previstos no artigo 5º (variantes da vida, liberdade, igualdade, propriedade e segurança)², além daqueles relacionados ao Estado prestacional – os direitos sociais, como os preconizados no artigo 6º do Texto Constitucional. O encontro dessas duas espécies de direitos – os de liberdade negativa e os de liberdade positiva – redundam, justamente, no objetivo da presente Proposta de Emenda à Constituição: a previsão do direito do indivíduo e da sociedade em buscar a felicidade, obrigando-se o Estado e a própria sociedade a fornecer meios para tanto, tanto se abstendo de ultrapassar as limitações impostas pelos direitos de égide liberal quanto exercendo com maestria e, observados os princípios do caput do artigo 37, os direitos de cunho social.

III – A Felicidade e o Ordenamento Histórico e Contemporâneo

Há muito a norma positiva contempla a busca pela felicidade como um direito. Na Declaração de Direitos da Virgínia (EUA, 1776), outorgava-se aos homens o direito de buscar e conquistar a felicidade; na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789) há a primeira noção coletiva de felicidade, determinando-se que as reivindicações dos indivíduos sempre se voltarão à felicidade geral. Hoje, o Preâmbulo da Carta Francesa de 1958 consagra a adesão do povo francês aos Direitos Humanos consagrados na Declaração de 1789, dentre os quais se inclui, à toda a evidência, a felicidade geral ali preconizada.

Atualmente, a felicidade está elevada ao grau constitucional em diversos ordenamentos jurídicos. Nesse contexto, como deixar de citar o Reino do Butão, que estabelece, como indicador social, um Índice Nacional de Felicidade Bruta (“INFB”), mensurado de acordo com indicadores que envolvem bem-estar, cultura, educação, ecologia, padrão de vida e qualidade de governo, determinando o artigo 9º daquela Constituição o dever do Estado de promover as condições necessárias para o fomento do INFB. O artigo 20, item 1 daquela Carta estabelece, na mesma esteira, que o Governo deverá garantir a felicidade do povo.

Em linha análoga segue o artigo 13 da Constituição do Japão e o artigo 10 da Carta da Coreia do Sul: o primeiro determina que todas as pessoas têm direito à busca pela felicidade, desde que isso não interfira no bem-estar público, devendo o Estado, por leis e atos administrativos, empenhar-se na garantia às condições por atingir a felicidade; o segundo estatui que todos têm direito a alcançar a felicidade, atrelando esse direito ao dever do Estado em confirmar e assegurar os direitos humanos dos indivíduos.

IV – Justificativa e Adequação

A presente Proposta de Emenda à Constituição não encontra os óbices materiais previstos no artigo 60, parágrafo 4º do Texto, haja vista que não há proposta de supressão de qualquer dos direitos ali encartados.

Como já exposto, a expressa previsão do direito do indivíduo de perquirir a felicidade vem ao encontro da possibilidade de positivação desse direito, ínsito a cada qual. Para a concretização desse direito, é mister que o Estado tenha o dever de, cumprindo corretamente suas obrigações para com a sociedade, bem prestar os serviços sociais previstos na Constituição.

A busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva. Há felicidade coletiva quando são adequadamente observados os itens que tornam

mais feliz a sociedade, ou seja, justamente os direitos sociais – uma sociedade mais feliz é uma sociedade mais bem desenvolvida, em que todos tenham acesso aos básicos serviços públicos de saúde, educação, previdência social, cultura, lazer, dentre outros.

Evidentemente as alterações não buscam autorizar um indivíduo a requerer do Estado ou de um particular uma providência egoística a pretexto de atender à sua felicidade. Este tipo de patologia não é alcançado pelo que aqui se propõe, o que seja, repita-se, a inclusão da felicidade como objetivo do Estado e direito de todos.

As alterações no artigo 6º são reflexo, justamente, do escopo principal previsto nesta Proposta de Emenda à Constituição, sendo os direitos sociais (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados) essenciais para que se propicie a busca, pelos indivíduos, da felicidade.

Assim, ante os motivos expostos, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=484478>>. Acesso em 15 jan 2014.